

Economia para Administração

“Apostila”

Organizado pelo Professor MSc. George Wilson Aiub

Aplicado ao Curso de Administração
Disciplina de Economia

Esta Apostila foi organizada pelo Prof. George Wilson Aiub a partir do conteúdo de diferentes fontes bibliográficas referenciadas. Como em Pinho e Vasconcellos (1998) procurando formular questões que abordam diferentes impactos da economia sobre os negócios:

Por que a expansão da moeda e do crédito pode gerar inflação?

Por que o governo que não tem superavit fiscal apresenta dificuldade em financiar seus deficits públicos?

Como pode uma desvalorização cambial conduzir a uma melhora na balança comercial e a uma redução do salário?

Será que o sistema de indexação de salários, câmbio e juros interfere no processo inflacionário?

Por que a taxa de juros de mercado e o preço esperado de venda do produto são dados importantes para as decisões de investimento das empresas?

Até onde juros altos reduzem o consumo e estimulam a poupança?

Por que os impostos sobre alguns produtos como cigarros, veículos e eletrodomésticos são mais elevados?

Quais as justificativas técnicas para a existência de tantas empresas estatais na economia brasileira?

Como os bancos interferem nas taxas de juros e apenas intermediam a poupança financeira do país?

A propaganda cria necessidades ou apenas informa sobre as características dos bens e serviços?

Por que a alta no preço do cafezinho reduz a demanda de açúcar?

Porque a renda dos agricultores se eleva quando ocorre uma estiagem que reduz a produção?

SUMÁRIO

1. Aspectos Históricos	1.1 A Ciência Econômica	1.1.1. Interesse pela Economia
		1.1.2. Natureza Histórica
		1.1.3. Conceitos básicos
		1.1.4. Definição de Economia
		1.1.5. Interrelação com outras áreas
		1.1.6. Leis da Economia
		1.1.7. A Organização da Atividade Econômica
		1.1.8. Escolas Econômicas
		1.1.9. Proposições Normativas e Positiva
2. Fatores de Produção	2.1. Os Problemas Econômicos Fundamentais	2.1.1. Escassez e Necessidades
	2.2. Recursos ou Fatores de Produção	2.2.1. Trabalho
		2.2.2. Capital
		2.2.3. Tecnologia
		2.2.4. Capacidade Empresarial
		2.2.5. Reservas Naturais
	2.3. Agentes Econômicos	2.3.1. Bens Econômicos
3. Sistema Econômico	3.1. Conceito de Sistema Econômico	3.1.1. Sistema de trocas
		3.1.2. Fluxo real e monetário
		3.1.3. Curva de Possibilidades de Produção
		3.1.4. Lei dos rendimentos decrescentes
4. Estrutura de Mercado	4.1. Conceitos, tipologias e estruturas	4.1.1. Conceitos e tipologias
		4.1.2. Estruturas de mercado
	4.2. Teoria da Empresa	4.2.1. Concorrência Perfeita
		4.2.2. Monopólio
		4.2.3. Oligopólio
		4.2.4. Concorrência Monopolística
		4.2.5. Monopsonio
		4.2.6. Monopólio bilateral
	4.3. Análise Microeconômica	
	4.4. Teoria do Consumidor	4.4.1. A Demanda
		4.4.2. A Lei da Procura
	4.5. Oferta de Mercado	4.5.1. Deslocamentos da Curva de Procura
		4.5.2. Deslocamentos da Curva de Oferta
		4.5.3. Equilíbrio de Mercado

		4.5.4. Movimento de Preços
	4.6. Elasticidade	4.6.1. Conceitos de Elasticidade
		4.6.2. Elasticidade Preço-Demanda
5. Macroeconomia e Grandes Agregados	5.1. Agregados	5.1.1. Conceitos
	5.2. Política Macroeconômica	5.2.1. Política econômica
		5.2.2. Instrumentos de Política Econômica
	5.3. Contabilidade Social	5.3.1. Agregados Econômicos
		5.3.2. Indicadores econômicos
	5.4. Teoria Monetária	5.4.1. Tipos e função da moeda
		5.4.2. Meios de pagamento
		5.4.3. Controle da oferta monetária
	5.5. Inflação	5.5.1. Conceitos, tipo e intensidade
		5.5.2. Causas e efeitos
		5.5.3. Medidas de inflação
	5.6. População econômica ativa	5.6.1. PEA
		5.6.2. Dinâmica do mercado de trabalho
6. Uma Nova Economia ?	5.7. Emprego e Desemprego	5.7.1. Tipos do desemprego
		5.7.2. Desemprego e desenvolvimento
		6.1 Economia Solidária

1. ASPECTOS HISTÓRICOS

Introdução

O Estudo da Economia pode ser dividida em duas partes: microeconomia e macroeconomia Dallagnol (2008). A primeira cuida do comportamento dos consumidores e das empresas em seus mercados, as razões que levam os consumidores a comprar mais, ou menos, de um determinado produto e a pagar mais, ou menos, por este bem. Estuda ainda os motivos que levam empresas a produzir certa quantidade de um produto e de que forma seus preços são estabelecidos. Leva-se em conta os mercados nos quais as empresas e consumidores atuam.

Dallagnol (2008) destaca que a macroeconomia preocupa-se com o conjunto de decisões de todos os agentes econômicos, que ira se refletir em maior ou menor produção e nível de emprego. Inflação, taxa de juros, taxa de câmbio, nível de emprego global, crescimento econômico são objetos estudados na análise macroeconômica, além de cuidar das análises sobre as decisões tomadas pelo formulador de política econômica do país.

O fenômeno recente da globalização da economia levou os governos a buscarem apoio de outras economias, formando blocos econômicos, para conseguirem melhor sustentação frente à força das novas tecnologias e da pressão das multinacionais, do aumento da produtividade, do desemprego estrutural que ameaça a estabilidade social mesmo dos países mais desenvolvidos. Isto reforça a necessidade de aprofundar os conhecimentos na área das ciências econômicas.

1.1 A CIÊNCIA ECONÔMICA

1.1.1 Interesse pela Economia

No mundo globalizado, quando se fala em administração de organizações, tem-se que pensar em administração estratégica e, quando se fala em administração estratégica, pensa-se em organizações como parte de um ambiente que oferece, às organizações nele inseridas, uma série de ameaças e oportunidades. (DALLAGNOL, 2008).

O objetivo principal do estudo da economia para o administrador de organizações é compreender o *ambiente econômico* no qual as empresas estão competindo, enquanto fator de ameaças e oportunidades para as organizações. Entender os conceitos econômicos podem ajudar na sobrevivência das empresas e dos cidadãos.

O estudo sistemático da Economia é relativamente recente, embora a atividade econômica e os problemas dela decorrentes tenham sempre despertado a atenção dos povos,. Em todas as épocas da História as nações procuram resolver eficientemente seus problemas de natureza econômica. Mas, só a partir do século XVII, é que a Economia apontou como ciência. (DALLAGNOL (2008)

1.1.2 Natureza Histórica

Possamai (2001) destaca que a expressão economia política apareceu somente no século XVII com a publicação, no ano de 1615, do *Traité de l'Économie Politique*, do mercantilista francês Antoine de Montchrétien (1575-1621), há autores que a atribuem a Aristóteles (384-322, a.c.).

Aristóteles é considerado o primeiro analista econômico embora tratasse do termo com bem menos complexidade que a realidade da ciência de hoje que se ocupa do desenvolvimento, da inflação de preços do desemprego, do nível da renda social, das recessões e da plena utilização dos escassos recursos do sistema econômico. Em sua época Economia era considerada como a ciência da administração da comunidade doméstica.

O núcleo central das Ciências Econômicas, seu campo de ação e sua definição derivaria da própria etimologia da palavra economia (do grego *oikonomia*, de *oikos* = casa, *nomos* = lei). Tratavam-se, pois, de um ramo do conhecimento destinado a abranger apenas o campo da atividade econômica, em suas mais simples funções de produção e distribuição. Como a teria definido Aristóteles, a Economia era a “ciência do abastecimento, que se trata da arte da aquisição”.

Possamai (2001) relata que as dimensões da análise econômica só se ampliaram no período pós-renascentista, quando o desenvolvimento dos novos Estados-nações da França, Alemanha, Inglaterra, Espanha e Portugal e, em especial, a descoberta da América, impuseram a necessidade de a Análise Econômica se desligar das questões puramente éticas, às quais se mantiveram ligada durante longos séculos. Nesta época, os escritores mercantilistas desenvolveram diversos estudos sobre a administração dos bens e rendas do Estado, ampliando-se o campo de ação Economia.

Nessa nova fase, devido as novas dimensões do mundo econômico e à consolidação da do Estado-nação, a Economia seria definida como um ramo do conhecimento essencialmente voltado para a melhor administração do Estado, sob o objeto central de promover o seu fortalecimento.

No século XVII a Economia entra em sua fase científica. Naquele século, considerado como a Idade da Razão ou a Época do Iluminismo, os pensadores econômicos procurariam reformular os princípios fundamentais da Economia. Duas importantes obras foram publicadas, em 1785 e 1776: *Tableau Économique*, de François Quesnay, e *An Inquiry into the Nature and Causes of The Wealth of Nations*, de Adam Smith. A partir das obras desses dois autores – fundadores de duas importantes escolas econômicas na França e na Inglaterra – os pensadores econômicos iriam dedicar-se à descoberta e análises dos princípios, das teorias e das leis que pudessem ser estabelecidas em cada um dos três grandes compartimentos da atividade econômica: formação, distribuição e consumo de riquezas. (POSSAMAI, 2001)

Do ponto de vista histórico, Pinho e Vasconcellos (1998) destacam que o marco inicial da etapa científica da Teoria Econômica coincidiu com os grandes avanços da técnica e das ciências físicas e biológicas, nos séculos XVIII e XIX. Nesse período da evolução do conhecimento humano, a Economia construiu seu núcleo científico, estabeleceu sua área de ação e delimitou suas fronteiras com outras ciências sociais. A construção de seu núcleo científico fundamentou-se no enunciado de um apreciável volume de leis econômicas, desenvolvidas a partir das concepções mecanicistas, organicistas e posteriormente humanas, através das quais os economistas procuraram interpretar os principais fenômenos da atividade Econômica.

As definições baseadas na clássica trilogia formação, distribuição e consumo duraram até as últimas décadas do século XIX, quando uma nova linha conceitual seria proposta por Alfred Marshall, teórico inglês, professor de Economia em Cambridge e responsável pela chamada síntese neoclássica em seu *Principles of Economics*, editado em 1890, Marshall proporia uma nova definição: A Economia é a ciência que examina a parte da atividade individual e social essencialmente consagrada a atingir e utilizar as condições materiais do bem-estar. As definições contemporâneas eram baseadas pela dicotomia, escassos recursos e necessidades ilimitadas.

A Economia é, fundamentalmente, o estudo da escassez e dos problemas dela decorrentes.

Para Pinho e Vasconcellos (1998), após todos esses enfoques a respeito da concepção da economia sua melhor definição foi dada pelo economista americano Paul Samuelson. No qual a Economia é uma ciência social que estuda a administração dos recursos escassos entre usos alternativos e fins competitivo, complementada pela visão do ex-ministro da fazenda Antonio Delfim Netto que dizia que a Economia é a arte de pensar".

A partir do século XVIII a Economia como ser considerada como Ciência. Ganha grande impulso a partir do XX, com a eclosão das duas grandes guerras (1914/18 e 1939/45) e com a crise econômica que abalou o mundo ocidental na década de 1930 (1929 – Quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque).

Muitos instrumentos de análise econômica foram desenvolvidos durante as guerras, com o objetivo de conhecer a estrutura dos sistemas nacionais de produção como apoio ao esforço de guerra. Nos intervalos das guerras, as nações ocidentais, em plena depressão, se voltaram para o estudo dos elementos do equilíbrio econômico, interessados no restabelecimento da normalidade e na absorção das grandes massas de desempregados. (POSSAMAI, 2001)

A Grande Depressão e as duas Grandes Guerras desestabilizaram completamente a economia, reduzindo pela metade o Produto Nacional das economias atingidas e estas transferiram boa parte de sua capacidade industrial para a produção de armamentos. Em 1945, cerca de 55% da capacidade industrial do mundo estava destinada à produção de armamentos. Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo viu-se às voltas com um fenômeno – o despertar dos povos subdesenvolvidos. As facilidades das comunicações internacionais colocaram à mostra os contrastes do atraso e da afluência, transformando-se numa característica.

Possamai (2001) salienta que o grande interesse despertado pela Economia vem da importância e da profundidade dos problemas econômicos nunca antes registrados na história da humanidade de forma tão aguda. A tecnologia produzida em qualquer parte do mundo tem influência imediata sobre os nossos meios de produção e nosso mercado. O maior grau de abertura de nossa Economia tornou esse fato ainda mais importante para a sociedade

Ao mesmo tempo em que o mundo se apresenta dividido em países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, se delineiam esboços de uma nova realidade econômica mundial com a globalização da economia, a formação de blocos econômicos e a hegemonia dos grandes conglomerados, que têm no domínio tecnológico e no desenvolvimento contínuo e programado de novos produtos, aliados ao acesso aos meios de comunicação de massa, poderosos instrumentos de eliminação de seus concorrentes mais fracos. As empresas nacionais dos países menos desenvolvidos encontram condições restritivas para competir dentro dessa nova ordem econômica. (POSSAMAI, 2001)

É possível ver ainda em Possamai (2001) que algumas forças que atuam na economia são benéficas e são definidas como desejo de lucros, demanda e oferta, pressões sindicais etc. Entretanto, outras forças não são positivas e nem sempre aparecem claramente, como interesses dos grupos econômicos, pressões de partidos políticos, interesses individuais de posição de pessoas de influência e até mesmo a falta de ética e o autobenefício que leva a encarecer tantas obras públicas, ao desvio de recursos, à implantação de projetos economicamente não justificáveis etc.

Resolver os problemas econômicos nem sempre são fáceis, pois se encontram muitas vezes interdependentes e contraditórios, levando muitas vezes a atingir certos objetivos, porém com reflexo negativo em outras metas. Por exemplo, medidas de combate à inflação podem ser incompatíveis com crescimento econômico e que levam muitas vezes à recessão. Melhoria tecnológica e automação *versus* desemprego. Aumento salarial *versus* aumento de preços. Ganho de escala que leva ao gigantismo empresarial e redução de custos *versus* domínio monopolístico.

A busca pelo desenvolvimento econômico foi a marca fundamental da economia do pós-guerra. É uma utopia pretender o bom desenvolvimento entre todos os povos e superação histórica de todos os problemas ideológicos, alterando-se as grandes desigualdades que diferenciam profundamente o padrão de vida e o bem-estar das nações. Aproximadamente 77% da população mundial aspiram desfrutar das condições de bem-estar em que vivem os demais. Transformar gradualmente essa aspiração em realidade é um desafio de nossos tempos. É, portanto, no campo das Ciências Econômicas que se descobrirão e revelarão os instrumentos para tornar alcançável o grande escopo de nossa época. (POSSAMAI, 2001)

1.1.3. Conceitos Básicos

Rosseti (2002) destaca que a palavra economia é de origem Grega oikos = casa e nomos= governo, administração. Xenofontes(455 a 345 a.c.) foi o primeiro a usar o termo Economia no sentido exposto anteriormente, ou seja, abrangendo apenas o governo ou a administração do lar.

Economia é uma ciência social, pois estuda a situação econômica da sociedade.

A economia se ocupa das questões relativas a satisfação das necessidades dos indivíduos e da sociedade.

Necessidade Humana: é a sensação de carência de algo unida ao desejo de satisfazê-la.

Tipos de necessidades:

Necessidades do indivíduo

- Natural: por exemplo, comer.
- Social: decorrente da vida em sociedade; por exemplo, festa de casamento.

Necessidades da sociedade

- Coletivas: partem do indivíduo e passam a ser da Sociedade; por exemplo, o transporte
- Públicas: surgem da mesma sociedade; por exemplo, a ordem pública.

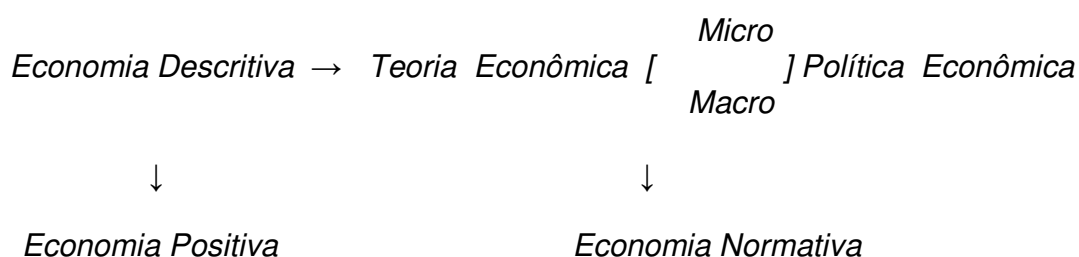
Necessidades vitais ou primárias: destas depende a conservação da vida; por exemplo, os alimentos.

Necessidades civilizadas ou secundárias: são as que tendem a aumentar o bem-estar do indivíduo e variam no tempo, segundo o meio cultural, econômicos e sociais em que se desenvolvem os indivíduos; por exemplo, o turismo.

Definição de Economia

A economia estuda a maneira como se administram os recursos escassos, com o objetivo de produzir bens e serviços e distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade.

Divisão do Estudo da Economia



É possível detalhar a divisão do estudo da economia pela visão de Rossetti(2002), conforme segue:

Economia Descritiva: trata da identificação do fato econômico. É a partir dos levantamentos descritivos sobre a conduta dos agentes econômicos que se inicia o complexo de conhecimento sistematizado da realidade no campo da economia positiva.

É através dela que a realidade começa a ser submetida a um criterioso tratamento no sentido de que possam ser analisadas as relações básicas que se estabelecem entre os diversos agentes que compõem o quadro da atividade econômica.

Teoria Econômica: a teoria econômica é o compartimento central da economia. É possível ver um ordenamento lógico aos levantamentos sistematizados fornecidos pela economia descritiva, produzindo generalizações que sejam capazes de ligar aos fatos entre si, desvendar cadeias de ações manifestadas e estabelecer relações que identifiquem os graus de dependência de um fenômeno em relação a outro. Surgiram então em decorrência conjunto de princípios, de teorias, de modelos e de leis fundamentadas nas descrições apresentadas.

A teoria econômica adota duas posições distintas na apresentação e análise do fenômeno econômico, estas posições são conhecidas como microeconomia e macroeconomia.

A microeconomia é aquela parte da teoria econômica que estuda o comportamento das unidades, tais como os consumidores, as indústrias e empresas, e suas inter-relações.

A macroeconomia estuda o funcionamento da economia em seu conjunto. Seu propósito é obter uma visão simplificada da economia que, porém, ao mesmo tempo, permita conhecer e atuar sobre o nível da atividade econômica de um determinado país ou de um conjunto de países.

Política Econômica: os desenvolvimentos elaborados pela teoria econômica servem a política econômica. Nesse campo de estudo é que serão utilizados os princípios, as teorias, os modelos e as leis. A utilização terá a finalidade de conduzir adequadamente a ação econômica com vistas a objetivos pré-determinados. Quando se emprega a expressão política econômica governamental esta se referindo as ações práticas desenvolvidas pelo governo com a finalidade de condicionar, balizar e conduzir o sistema econômico no sentido de que sejam alcançados um ou mais objetivos politicamente estabelecidos.

1.1.5. Inter-relação com outras áreas

A ciência econômica possui relações com diferentes áreas do conhecimento humano, como é possível ser nas seguintes inter-relações:

Com a Biologia: quem exerce a atividade econômica gera serviço, objeto das ciências biológicas. O trabalho gera recursos econômicos para a alimentação e sobrevivência humana.

Com a Moral: a moral tem por objetivo o honesto, a economia tem por objetivo útil, isto é, a atividade humana em busca de prosperidade material. A honestidade com o crescimento econômico.

Com o Direito: o direito e a economia são ciências sociais, tendo como objetivo o homem.

Com a Contabilidade: essa traz luz à economia, sobre inúmeros problemas que se interferem; ambas tratam de juros, empréstimos, bancos, bolsas. A contabilidade age sobre o ponto de vista técnico e a economia mostra as razões teóricas para as suas conclusões sobre determinado fato.

Com a Geografia: essa se utiliza de matemática, física e biologia, as quais fornecem a economia inúmeros elementos.

Com a História: a história também é uma ciência social. A história econômica é o prefácio da economia política.

Com a Sociologia: mostra os fenômenos econômicos interdependentes com os sociais. Muitos autores consideram a economia política como um ramo da sociologia.

Com a Matemática: cálculos e gráficos.

Com a Lógica: uso da razão, raciocínio.

Com a Estatística: classifica, analisa, critica e interpreta dados relativos aos fatos econômicos.

Com a Administração: a administração é o processo de tomar e colocar em prática decisões sobre objetivos e utilização de recursos.

Possamai(2001) apresenta outras interrelações com áreas:

A economia e a história

Além de inter-relacionadas com as estruturas políticas e sociais, os problemas econômicos, em sua maior parte, são também condicionados pela permanente evolução histórica das civilizações. Esse condicionamento confere alto grau de interdependência entre a História e a Economia. A pesquisa histórica reveste-se de incontestável utilidade para o economista, fornecendo-lhe a necessária localização, no tempo e no espaço, das atividades humanas, a natureza geral e as correlações entre os acontecimentos, bem como a organicidade e a evolução dos fatos.

A economia e a geografia

A inter-relação entre a Economia e a Geografia decorrem de uma constatação fundamental – a de que as instituições econômicas e as próprias formas de organização da atividade produtiva divergem de país para país e, dentro de um mesmo país, entre várias regiões. A investigação dessas diferenças, conquanto decorrentes das características do meio ambiente, é assunto de alçada da Geografia, cujo campo de ação tem-se alargado cada vez mais, afastando-se do simples registro de acidentes geomorfológicos e de ocorrências climáticas, para se ocupar de relevantes análises que interessam de perto à economia. Como exemplos, enquadram-se em seu campo o levantamento e a análise das condições geoeconômicas dos mercados regionais, a localização espacial dos fatores produtivos, a distribuição e a avaliação dos métodos regionais de produção, intercâmbio, e comunicações, a composição setorial da atividade econômica, a eficiência infra-estrutural da economia e as próprias formas de organização das unidades produtivas.

A economia e o direito

Além de condicionada às características do espaço geográfico em que se localiza, a evolução da História e às alterações das bases institucionais e sociais, a atividade econômica mantém-se ainda ligada à estrutura jurídica do sistema. Existe uma interdependência entre o Direito e a Economia, uma vez que compete à lei jurídica situar o homem, a empresa e a sociedade diante do poder político e da natureza, definindo seus direitos e suas responsabilidades e também fixando as balizas dentro das quais poderá ser exercida a liberdade de ação de cada um desses agentes da atividade econômica.

A economia e os métodos quantitativos

Os métodos quantitativos são de particular interesse para a Economia, não só em razão da necessidade de se quantificarem certos fenômenos, mas também devido extraordinário desenvolvimento da Econometria. Os modelos macroeconômicos, a Teoria do Crescimento, a análise das relações intersetoriais e a previsão, por indicadores antecedentes, das flutuações conjunturais são desenvolvimentos que têm impulsionado as inter-relações entre a análise econômica e os métodos quantitativos de investigação.

1.1.6 . Leis Econômicas

Lei é a relação entre um fenômeno e sua causa, Economia política é uma ciência e conseqüentemente possui princípios, normas e leis.

Divisão das leis:

Leis Naturais: são aquelas de forma global, gerais; exprimem uma relação constante entre a causa e o efeito. Ex: leis físicas são aquelas onde cientistas podem determinar perfeitamente a causa; a água a zero grau congela.

Leis Sociais: exprimem a tendência que certos fatos tem em produzir certos efeitos. Ex: fenômenos econômicos podem garantir a tendência de acontecimento do fato, segundo as condições propostas; a escassez do produto indica um aumento do preço.

Leis Tipicamente Econômicas: lei da oferta e da procura - essa lei diz que o preço aumenta. Não pode dizer quanto (em valores), quando e como aconteceu e nem em que medida poderá ser produzido.

Pinho e Vasconcellos (1998) destacam que em Economia tudo se resume a uma restrição quase que física - a lei da escassez, isto é, produzir o máximo de bens e serviços a partir dos recursos escassos disponíveis a cada sociedade.

Salientam ainda que, se uma quantidade infinita de cada bem pudesse ser produzida, se os desejos humanos pudessem ser completamente satisfeitos, não importaria que uma quantidade excessiva de certo bem fosse de fato produzida. Nem importaria que os recursos disponíveis: trabalho, terra e capital (este deve ser entendido como máquinas, edifícios, matérias-primas etc.) fossem combinados irracionalmente para produção de bens.

Não havendo o problema da escassez, não faz sentido se falar em desperdício ou em uso irracional dos recursos e na realidade só existiriam os "bens livres". Bastaria fazer um pedido e, pronto, um carro apareceria de graça.

Na realidade, ocorre que a escassez dos recursos disponíveis acaba por gerar a escassez dos bens - chamados "bens econômicos". Por exemplo: as jazidas de minério de ferro são abundantes, porém, o minério pré-usinável, as chapas de aço e finalmente o automóvel são bens econômicos escassos. Logo, o conceito de escassez econômica deve ser entendido como a situação gerada pela razão de se produzir bens com recursos limitados, a fim de satisfazer as ilimitadas necessidades humanas. Entretanto, somente existirá escassez se houver uma procura para a aquisição do bem. Por exemplo: o hino nacional escrito na cabeça de um alfinete é um bem raro, mas não é escasso porque não existe uma procura para sua aquisição, conforme Pinho e Vasconcellos (1998).

Por que são os bens procurados (desejados)?

A resposta é relativamente simples: um bem é procurado porque é útil. Por **utilidade** entende-se "a capacidade que tem um bem de satisfazer uma necessidade humana".

Desta última definição é necessário conceituar o que são: bem e necessidade humana. Bem é tudo aquilo capaz de atender uma necessidade humana. Eles podem ser: **materiais** - pois se pode atribuir-lhes características físicas de peso, forma, dimensão etc. Por exemplo: automóvel, moeda, borracha, café, relógio etc.; **imateriais** - são os de caráter abstrato, tais como: a aula ministrada, a hospedagem prestada, a vigilância do guarda noturno etc. (em geral todos os serviços prestados são bens imateriais, ou seja, se acabam quase que simultaneamente à sua produção).

O conceito de necessidade humana, conforme Pinho e Vasconcellos (1998), é concreto, neutro e subjetivo, porém, para não se omitir da questão, definir-se-á a "**necessidade humana**" como qualquer manifestação de desejo que envolva a escolha de um bem econômico capaz de contribuir para a sobrevivência ou para a realização social do indivíduo. Assim sendo, ao economista interessa a existência das necessidades humanas a serem satisfeitas com bens econômicos, e não a validade filosófica das necessidades.

Para se perceber a dificuldade da questão, é melhor exemplificar: para os muitos pobres, a carne seca pode ser uma necessidade e não o ser para os mais ricos; para os pobres um carro pode não ser uma necessidade, porém, para os da classe média já o é; para os ricos a construção de uma mansão pode ser uma necessidade, ao passo que pode não o ser para os de renda média.

O fato concreto é que no mundo de hoje todos pensam que desejam e "necessitam" de geladeiras, esgotos, carros, televisão, rádios, educação, cinemas, livros, roupas, cigarros, relógios etc (Pinho e Vasconcellos, 1998). As ilimitadas necessidades já se expandem para fora da esfera biológica da sobrevivência. Poder-se-ia pensar que o suprimento dos bens destinados a atender às necessidades biológicas das sociedades modernas seja um problema solucionado e com ele também o problema da escassez. Todavia, numa contra-argumentação dois problemas surgem: o primeiro é que essas necessidades renovam-se dia a dia e exigem contínuo suprimento dos bens a atendê-las; o segundo é a constante criação de novos desejos e necessidades, motivadas pela perspectiva que se abre a todos os povos, de sempre aumentarem o padrão de vida. Da noção biológica, devemos evidentemente passar à noção psicológica da necessidade, observando que a saturação das necessidades, e sobretudo dos desejos humanos, está muito longe de ser alcançada, mesmo nas economias altamente desenvolvidas de nossa época. Conseqüentemente, também o problema de escassez se renova.

1.1.7 A Organização da Atividade Econômica

A organização da atividade econômica encontra-se diretamente relacionada com a solução dos problemas econômicos fundamentais – *o que e quanto, como e para quem*

produzir – pois constitui um conjunto de questões de mais alta complexidade, devido não apenas devido às suas raízes econômicas, como, sobretudo em decorrência de seu envolvimento social, ético e político. (DALLAGNOL, 2008)

Sempre com o *objetivo* de assegurar maior eficiência à alocação de recursos, as nações economicamente têm se dedicado a procura do sistema econômico ideal (Dallagnol, 2008). No âmbito *econômico e tecnológico* descobriram que as soluções dos problemas econômicos fundamentais poderiam ser facilitadas pela divisão do trabalho; contudo, se a divisão do trabalho conduziu a soluções de questões relacionadas com a eficiência produtiva, talvez tenha trazido maior complexidade às questões relacionadas com a justiça distributiva.

O aumento da eficiência econômica e tecnológica, nas primeiras décadas do século XIX, quando do período formativo do capitalismo industrial, coincidiu com o agravamento das questões sociais atribuídas aos insatisfatórios padrões de repartição do produto social. À medida que as atividades econômicas se especializam, torna-se mais complexa a exata medição das contribuições individuais. Daí por que se impõe a necessidade de desenvolver e de aplicar modelos de organização que reduza os desequilíbrios da repartição, visto que é ao lado dos objetivos de disciplinar e coordenar as tarefas desenvolvidas pelos indivíduos e unidades de produção que se compõe o quadro da atividade produtiva.

Dallagnol (2008) destaca que os liberais do século XVIII e XIX propuseram que as bases do modelo de organização econômicas deveriam ser o individualismo, a livre iniciativa e a concorrência empresarial, pois o funcionamento livre do sistema de preços e do mecanismo do mercado conduziria a ótima alocação dos recursos disponíveis, garantindo o pleno emprego e a eficiência econômica geral. Em contraste com esse modelo, os críticos do sistema liberal capitalista, atuando a partir de bases ideológicas elaboradas por Marx, propunham o bloqueio da liberdade empresarial, o coletivismo e o dirigismo estatal. Em lugar dos mecanismos livres antes propostos, seriam implantados sistemas centralizados de controle, capaz de coordenar as metas de produção da economia, a alocação dos recursos e a repartição do produto.

A partir dessas duas proposições, diametralmente opostas, são ainda possíveis inúmeros modelos menos extremistas. Todos eles, porém, implicam julgamento de valor quanto à análise de sua eficiência, devido aos seus envolvimento éticos e políticos.

A validação da eficiência dos sistemas alternativos constitui uma das mais complexas questões da Análise Econômica, e pode-se concluir que os problemas centrais da atividade econômica estão relacionados ao desajuste fundamental entre a escassez dos recursos e a ilimitação das necessidades humanas; e não há sistema econômico que tenha sido capaz de reprimir a expansão das necessidades humanas ou remover a

limitação dos recursos. Por isso, independentemente de seu modelo de organização social ou política, dificilmente as modernas nações conseguirão escapar à tríade dos problemas econômicos fundamentais. Os sistemas coletivistas e aos liberais dão apenas respostas diferentes a esses problemas, mas não conseguiram e certamente jamais conseguirão eliminá-los. (DALLAGNOL, 2008)

As primitivas formas de organização: tradição e autoridade são assim descritas por Possamai (2001).

A tradição e a autoridade podem ser consideradas as duas principais bases das formas primitivas de organização da atividade econômica. A tradição, como base da organização social, política e econômica, dominou os sistemas que garantiam a continuidade do seu esforço produtivo, transmitindo as várias e necessárias tarefas de geração em geração, segundo o costume e o hábito: o filho acompanhava o pai, e o sistema era preservado.

Mas é também no Egito que serão encontradas formas primitivas de organização baseadas na autoridade. Atividades como a construção de pirâmides eram desenvolvidas a partir de ordens emanadas de uma eficiente organização central, que comandava igualmente toda a ação econômica da sociedade.

O extremo localismo que caracterizou a sociedade feudal começou a ser minado, nos séculos XV e XVI, pela procura de novas rotas comerciais. Paralelamente, os mercadores, artesões, manipuladores de câmbio e homens de negócios ganharam novo status perante a sociedade. Suas atividades receberam o reconhecimento geral, ao mesmo tempo em que se encorajou a acumulação de capitais valorizando-se as tarefas vinculadas à promoção do progresso econômico e revigorando-se as descobertas e os novos procedimentos tecnológicos. Logicamente, a organização da atividade econômica sofreria o impacto de tais mudanças. Os principais da tradição e da autoridade cederiam lugar a novas concepções, desenvolvidas então à sombra dos ideais mercantilistas. (POSSAMAI, 2001)

1.1.8 Escolas Econômicas

ANTIGUIDADE

Os modelos econômicos tiveram diferentes configurações ao longo dos séculos. Na Grécia houve a predominância do pensamento filosófico sobre o econômico, desprezavam as riquezas e pregavam a igualdade social e criaram inúmeras idéias políticas.

Roma não deixou nenhum escrito notável sobre economia, mas sobre justiça e moral. Lei da usura, a imoralidade dos juros altos e o lucro justo.

FEUDALISMO

Surgiu com a desintegração dos impérios Romanos e dos modos de produção escravocrata. O Feudalismo caracteriza-se como a organização social e econômica da idade Média. Entre suas características:

- Grandes propriedades de terras da nobreza e do clero, chamados de Feudos que eram auto-suficientes;
- Servos (chamados de camponeses), trabalhavam pela subsistência, pertenciam a terra. Eram protegidos religiosamente pelo clero e a segurança era papel dos feudistas, pagavam seus impostos através do trabalho, produtos ou dinheiro.

Pessoas que não trabalhavam com a terra pertenciam à classe dos estéreis, salvo o clero e os militares. Os trabalhadores das cidades, também pagavam impostos ao Senhor Feudal, dono das terras onde as cidades estavam erguidas;

Durante o século XV ocorre o crescimento das cidades, como resultado das expansões territoriais - descobrimento de novas terras, e do progresso das atividades comerciais. O declínio do feudalismo ocorre pela expansão do comércio e da manufatura das cidades e com a ampliação do poder da Monarquia.

Na Rússia os camponeses foram libertados em meados de 1861, no Japão por volta da metade do século XIX e nos países da África e Arábia Saudita mantiveram-se até o século XX.

MERCANTILISMO

Fase que caracteriza o período histórico chamado de Revolução Comercial. Marcado pela desintegração do Feudalismo e pela formação dos Estados nacionais.

Princípios básicos:

- A riqueza dos Estados Nacionais, dependiam do aumento da população e principalmente do volume de estoque de metais preciosos;
- O comércio e a indústria são mais importantes que a agricultura.
- O comércio exterior - com outros Estados Nacionais deve ser estimulado, pois é através da balança comercial que se aumenta o volume de riqueza, que é medido através do estoque de metais preciosos, principalmente prata e ouro;
- Intenso protecionismo estatal e ampla intervenção do estado na economia.

- Considerava-se que o governo de um país seria mais forte e poderoso quanto maior fosse seu estoque de metais preciosos. Com isso, o mercantilismo acabou estimulando a guerra, exacerbou o nacionalismo e manteve a poderosa e intensa presença do estado em assuntos econômicos.

FISIOCRACIA

Combate os ideais mercantilistas e formulação de maneira sistemática e lógica a teoria do liberalismo econômico. Centrou sua análise econômica na produção. Argumentava que somente a terra (natureza) possuía a capacidade de gerar excedentes, riquezas. Segundo estes pensadores a indústria e o comércio não geravam excedentes, pois somente transformavam bens em mercadorias e as distribuíam os produtos gerados dos recursos naturais. Dividia a sociedade em produtores (agricultores e servos), proprietários de terra (nobreza e clero) e os estéréis (comerciantes, empresários, manufatureiros, etc). defendiam:

A liberdade econômica e repudiavam as barreiras feudais e o intervencionismo do estado pregado pelo mercantilismo.

- Adoção de imposto único que incidiria sobre a propriedade de bens.
- Ao estado cabe a função de manutenção da ordem econômica e da propriedade privada.

Surgiu como reação ao Mercantilismo, significa "regras da natureza". Bens produzidos com a ajuda da natureza - Traduziram os ideais do liberalismo. Novos fundamentos vieram onde à liberdade de empreender era o carro chefe, a livre iniciativa, a livre concorrência e a propriedade dos meios de produção passaram a ser da iniciativa privada.

ESCOLA CLÁSSICA (1723 - 1790)

Pensadores econômicos que seguiam parcialmente as doutrinas da fisiocracia-fisiocrata, tais como o liberalismo e o individualismo. Refutam os fisiocratas na questão da riqueza, onde o trabalho é o único meio de se gerar riqueza e o fator gerador de valor é a mão de obra dos agentes, demonstrada pela Teoria do Valor- Trabalho. Segundo essa escola de pensamento econômico a geração de riqueza está diretamente relacionada com a produtividade da mão-de-obra, e esta produtividade será constantemente crescente, decorrentes da especialização das tarefas produtivas e da divisão do trabalho.

A Teoria Clássica é elaborada em função de uma sistemática de equilíbrio automático da economia, onde esta se harmoniza ou se reequilibra através das forças naturais dos mecanismos de demanda e oferta. As crises e desequilíbrios apresentados pela economia são temporários, ou designados como desvios temporários de equilíbrio que serão sanados pela demanda e oferta.

Entre as teorias que se destacam nesta escola, a Teoria da Renda da Terra de David Ricardo, onde o valor dos aumentos e da renda das terras com maior produtividade aumentam simultaneamente de acordo com o aumento da sociedade, que exige que seja

produzida uma maior quantidade de alimentos. Neste caso existe a necessidade de utilização de terras com menor produtividade e como resultado tem-se o aumento dos custos de produção que serão repassados aos alimentos (custos representados pelo transporte, insumos, etc), causando um aumento na renda das terras com mais produtividade.

A Teoria de Adam Smith, considerado o pai da economia, por ser o primeiro economista a ter formulado uma visão completa da economia e com maior fundamento lógico e sistemático. Sua teoria de maior importância é a Teoria da Mão Invisível, onde o pensador demonstra que as pessoas são movidas por ideais individualistas, quando estes fossem livremente desenvolvidos seriam um fator natural de harmonização que resultaria no bem estar coletivo. Os mercados livres e a concorrência funcionariam para o emprego do capital e dos recursos naturais de forma que eles sejam empregados de maneira mais produtiva possível, contribuindo de forma positiva ao bem-estar econômico, esta maximização egoísta do lucro para canais socialmente úteis- com que fossem produzidas as mercadorias que as pessoas precisassem e mais desejassem.

As idéias de Smith tiveram maior impacto depois da publicação de suas teses que foram feitas simultaneamente com a Revolução Industrial, e esta corroborada com as afirmações do economista.

A defesa do mercado como regulador das decisões econômicas de uma nação traria muitos benefícios para a coletividade. O objetivo era claramente identificado e método de análise sobre a riqueza. Primeira escola de pensamento econômico onde Adam Smith lança o seu livro pioneiro sobre a Riqueza das Nações, em 1776.

CAPITALISMO

Baseia-se na divisão do trabalho entre os possuidores de capital, que contratam a mão-de-obra e os que vendem a mão-de-obra. Prima pela liberdade individual, o direito a propriedade privada dos meios de produção, a não intervenção do estado na economia e obtenção de lucro através da economia de mercado.

COMUNISMO

Baseia-se na não existência do Estado, sendo que suas atribuições seriam absorvidas pela sociedade civil. As propriedades privadas seriam absorvidas pelas comunidades de produtores tanto agrícolas e industriais. Não existência de classes sociais.

SOCIALISMO

Sistema econômico e social, que possui por objetivos os interesses dos trabalhadores, uma sociedade onde não exista meios de produção privados, que estes sejam da coletividade, coordenados por um governo central, não exista diferença entre classes sociais, diferencia-se do comunismo, por ser mais moderno no que tange as relações comerciais. A distribuição dos bens e serviços que no capitalismo são determinados pelo mercado aqui são determinados pelo Estado.

Surge como reação ao liberalismo. O pensamento se consolida com a obra de Karl Marx, O Capital. Onde desenvolveu uma teoria ou conceito da "mais valia". O valor das mercadorias que os trabalhadores *produzem* em um dado período de tempo e o valor da força do trabalho vendida aos capitalistas que as contratam. Os juros, lucros e aluguéis é a mais valia.

MARXISMO

Escola de pensamento econômico muito semelhante com o socialismo e o comunismo, diferencia-se destas por não criar uma estrutura econômica definida. Em suas obras Marx analisava criticamente as leis do movimento da sociedade capitalista. Pregava que uma sociedade justa sem a imensa diferença entre proletários e capitalistas ocorreria através de uma sociedade que não existisse classes sociais diferenciadas, sem um organismo centralizador e normatizador. Para que se chegasse a este estágio seria necessário uma revolução promovida pelas classes pobres da sociedade. Não definiu especificamente como seria a organização desta sociedade. Para alguns autores a economia Marxista era uma fase preparatória ao Comunismo.

MARGINALISTA

Escola neoclássica procurou resgatar os princípios do liberalismo, onde Keynes busca conciliar o socialismo com o liberalismo propondo a eficiência econômica, a justiça social e a uberdade. Sua obra mais famosa "Teoria Geral do emprego, dos juros e da moeda" de Joahn Maynard Keynes (1883-1946). Esta obra de grande impacto foi lançada em 1936 onde consegue mostrar que as teorias adotadas já não funcionavam e aponta soluções que poderiam tirar o mundo da recessão.

O período recente apresenta algumas transformações, que se fazem sentir a partir das décadas de 70/80. O Neoliberalismo defende a liberdade individual e a livre iniciativa, o Estado mínimo e prioriza o crescimento econômico.

A Social Democracia defende um estado politicamente forte. Aceita o capitalismo por ter este se revelado o mais eficiente. Apóia o crescimento econômico, acompanhado da distribuição de renda.

NEOLIBERALISMO

Tentativa de adaptação do liberalismo ao capitalismo moderno. Sofre grande ataque de outras correntes diante da ineficiência ao mercado de se auto-regular diante de crises contínuas e cíclicas. Argumenta que somente o sistema de preços e a concorrência pura possuem o poder de equilibrar o mercado, porém o governo deve possuir a função de disciplinar o mercado, agindo como órgão normativo e fiscalizador. Esse disciplinamento vai ocorrer através da estabilidade financeira e monetária do Estado. Segundo esta escola o Estado não deve tentar financiar o progresso econômico, pois através do descontrole de suas receitas, pode contribuir ou criar um processo inflacionário que desestabiliza a economia. Os controles de mercado tais como monopólios, oligopólios, devem ser eliminados ou severamente controlados, sendo estes combatidos através dos mercados concorrências do tipo Mercado Comum Regional.

1.1.9 Proposições Normativas e Positivas

Dallagnol (2008) destaca que os conceitos de senso comum, ciência e ideologia, as metodologias básicas de construção da economia e as vinculações entre fundamentos teóricos e pressupostos ideológicos são, em conjunto, essenciais para a compreensão dos conteúdos e dos significados dos principais compartimentos da economia.

A primeira e mais importante diferenciação são entre a expressão **economia positiva** e **economia normativa**. Esta diferenciação é atribuída a John Neville Keynes, filósofo e economista político do final do séc. XIX, pai de J. M. Keynes, um dos mais influentes economistas da primeira metade do século XX. Embora à primeira vista pareça pouco relevante, essa diferenciação é fundamental para a construção científica.

A **economia positiva** trata a *realidade como ela é*. A **economia normativa** considera mudanças nessa mesma realidade, propondo como ela **deve ser**. Uma posição positiva pode ser refutada ou aceita, já uma posição normativa depende de juízos de valor, pessoais e subjetivos.

A **economia descritiva** e a **teoria econômica** situam-se, preponderantemente, no campo da **economia positiva**. A **política econômica** é, preponderantemente, **normativa**.

Essa distinção simples entre proposições normativas e positivas conduz a uma questão metodológica relevante: a impossibilidade lógica de se deduzirem afirmações positivas de juízos normativos e vice-versa. Um exemplo para compreender esta questão de método. Suponha que alguém afirme que:

- (1) quando as taxas de crescimento da população são superiores às da expansão da renda nacional como um todo; a renda *per capita* se reduz;
- (2) a redução da renda *per capita* implica perda do poder aquisitivo real da sociedade, mantidos os níveis vigentes de preços; e
- (3) logo, como é desejável a manutenção e, mesmo, a ampliação do poder aquisitivo real, devem ser adotadas políticas econômicas de contenção de crescimento populacional.

As afirmações (1) e (2) são factuais, positivas; a proposição (3) é de caráter normativo.

Não há, entre elas, relações lógicas, formais. As duas primeiras não são condições suficientes para dar sustentação à terceira. E esta pode ser até melhor justificada por outras razões, diferentes das duas primeiras consideradas. Esta ressalva metodológica não implica a inexistência de conexões entre os compartimentos positivo e normativo, em economia. Na realidade, a política econômica, desde que tecnicamente respaldada, busca sustentação na teoria econômica. E é exatamente esta sustentação que lhe confere maior

grau de confiabilidade, reduzindo os graus de risco e de incertezas sobre os efeitos esperados, decorrentes de cursos de ação posto em prática.

A teoria econômica indica políticas econômicas, que são adotadas, ou não, de acordo com os princípios éticos e morais, que orientam a ação dos políticos e das pessoas de poder decisórios e com objetivos nacionais.

Visto sob este ângulo, os diferentes compartimentos em que usualmente se subdivide a economia positiva alimentam o processo político de escolha da economia normativa. O desdobramento dos diferentes segmentos da economia positiva fundamenta-se na divisão usual entre **microeconomia** e **macroeconomia**.

2. FATORES DE PRODUÇÃO

2.1 OS PROBLEMAS ECONOMICOS FUNDAMENTAIS

Para Pinho e Vasconcellos (1998), nas bases de qualquer comunidade se encontra sempre a seguinte tríade de problemas econômicos básicos:

O QUE produzir? - Isto significa quais os produtos deverão ser produzidos (carros, cigarros, café, vestuários etc.) e em que quantidades deverão ser colocados à disposição dos consumidores.

COMO produzir? - Isto é, por quem serão os bens e serviços produzidos, com que recursos e de que maneira ou processo técnico.

PARA QUEM produzir? - Ou seja, para quem se destinará a produção, fatalmente para os que têm renda.

QUAIS, QUANTO, COMO e PARA QUEM produzir não seriam problemas se os recursos utilizáveis fossem ilimitados. Mas na realidade existem ilimitadas necessidades e limitados recursos disponíveis e técnicas de fabricação. Baseada nessas restrições, a Economia deve optar dentre os bens a serem produzidos e os processos técnicos capazes de transformar os recursos escassos em produção, conforme Pinho e Vasconcellos (1998).

Pode-se na tabela a seguir, apresentada por Dallagnol (2008) ter um resumo dos princípios fundamentais da economia.

Problemas Econômicos Fundamentais	Níveis de Referência	Respostas a estas questões
1. O que e quanto produzir?	Econômico	É proporcionada pelo conhecimento das máximas possibilidades de produção de que dispõe uma nação. Há que se considerar que, ao mesmo tempo em que se decide pela produção de um bem ou serviço, um outro bem estará deixando de ser produzido. Cabe às autoridades econômicas o papel de estimular a produção em determinadas regiões, para o atendimento a políticas econômicas de crescimento e mesmo de desenvolvimento econômico dessa região e da nação como um todo, com vistas ao bem-estar da coletividade.
2. Como produzir?	Tecnológico	Esta questão está estreitamente relacionada às possibilidades tecnológicas de produção. Competirá à sociedade como um todo, a adoção de técnicas de produção que combinem, da maneira mais adequada possível, seus recursos humanos e patrimoniais. A resposta a esta questão deve considerar o dilema homem <i>versus</i> máquina, de tal forma que a introdução da técnica no aparelho produtivo não implique em desperdício do potencial humano e, por outro lado, a sociedade não deverá recusar o emprego de técnicas que possam significar um aumento da eficiência produtiva.
3. Para quem produzir?	Social	Esta questão merece maior atenção por parte daqueles que respondem pelas políticas econômicas. Consiste em decidir de que maneira será distribuída, por toda a sociedade, a produção obtida. Ou seja, de que maneira aqueles que participam do processo produtivo irão usufruir do resultado do seu trabalho.

Fonte: Dallagnol (2008, p.22)

2.1.1. Escassez e Necessidades

O problema econômico por excelência é a escassez. Surgiu porque as necessidades humanas são virtualmente ilimitadas, e os recursos econômicos, limitados, incluindo também os bens. Esse não é problema tecnológico, e sim de disparidade entre os desejos humanos e os meios disponíveis para satisfazê-los. A escassez é um conceito relativo, pois existe desejo de adquirir uma quantidade de bens e serviços maior que a disponibilidade.

Portanto eficiência produtiva e eficácia alocativa são as duas questões básicas com que defrontam todos os agentes econômicos.

Eficiência: maximizar o emprego dos recursos.

Eficácia: otimizar as escolhas.

As necessidades, os bens econômicos e os serviços

O conceito de necessidade humana, isto é, a sensação de carência de algo unida ao desejo de satisfazê-la é algo relativo, pois os desejos dos indivíduos não são fixos. Assim, pois, o fato real que enfrenta economia é que em todas essas sociedades, tanto nas ricas como nas pobres, os desejos dos indivíduos não podem ser completamente satisfeitos. Nesse sentido, bens escassos são aqueles que nunca se tem em quantidade suficiente para satisfazer os desejos dos indivíduos.

Os **bens econômicos** caracterizam-se pela utilidade, pela escassez e por serem transferíveis.

Os **bens livres** – como, por exemplo, o ar - são aqueles cuja quantidade é suficiente para satisfazer a todo o mundo.

Para Pinho e Vasconcellos (1998), em Economia tudo se resume a uma restrição quase que física - a lei da escassez, isto é, produzir o máximo de bens e serviços a partir dos recursos escassos disponíveis a cada sociedade.

Já Dallagnol (2008) cita Albert L. Meyer que parte de uma observação para explicar a lei da escassez. Diz que se fosse possível dar a cada indivíduo uma lâmpada de Aladim, todos os problemas que se ocupam os economistas seriam resolvidos. Se tivéssemos posse da lâmpada, teríamos todos os bens que desejássemos, e não haveria necessidade de coordenação, divisão ou procura de maior eficiência para o trabalho humano/ os problemas decorrentes da produção em massa, da expansão tecnológica e da ciência nas atividades produtivas deixariam de existir. Não haveria necessidade de pesquisa para o aumento da produtividade agropecuária. Não faria mais sentido as lutas de classes, os conflitos entre os grupos sociais, as negociações comerciais internas e externas, a repartição da renda e da riqueza, as disputas ideológicas e os problemas de ajustamento da oferta global. E, como a Economia é a “ciência que cuida da melhor administração dos escassos recursos disponíveis para a satisfação das necessidades humana”, não teria mais por que existir.

Todavia, a realidade é outra. As sociedades humanas sempre se defrontam com a necessidade de trabalhar para atender às suas necessidades fundamentais.

Nenhum sistema econômico até hoje conseguiu satisfazer todas as necessidades da coletividade. A escassez é a mais severa das leis milenares. Para explorar a natureza e extrair dela os bens, toda a sociedade defronta com as limitações de seus recursos produtivos humanos e patrimoniais. O suprimento desses recursos sempre foi limitado, pois “à medida que os recursos produtivos se expandem e se aperfeiçoam, os desejos e as necessidades crescem mais que proporcionalmente”. (DALLAGNOL, 2008)

Considerando, nas modernas economias, a incorporação da ciência e da tecnologia na produção, poderia dizer que o problema da escassez estaria superado, pois provavelmente, o suprimento de bens destinados a atender as necessidades biofisiológicas dos habitantes das economias mais afluentes estaria solucionado. Mas não é assim, pois as necessidades primárias, de natureza biofisiológica, renovam-se dia-a-dia e exigem contínuo suprimento de bens destinados a atendê-los; e, a constante criação de novos desejos e necessidades, motivados pela perspectiva que se abre a todos os povos de sempre aumentarem o seu padrão de vida e o seu bem-estar material, faz o problema da produção ser perpetuado pela contínua necessidade, e o problema da escassez torna-se mais grave que nas economias primitivas. Dallagnol (2008) salienta que a medida que todos esses bens vão alcançando elevado nível de produção em massa, de tal forma que o volume de sua oferta possa atender satisfatoriamente à sua procura, a saturação do mercado será compensado pela criação de outros bens, perpetuando-se, assim, o problema das necessidades insatisfeitas. Conduzidos pelo despertar de novos desejos, as necessidades materiais parecem ilimitadas. Coisas ontem supérfluas são hoje imprescindíveis. E não podemos imaginar onde seremos levados pela produção em massa, pelas novas necessidades que dia-a-dia são criadas e pela incapacidade de renunciarmos a posições materiais de bem-estar já conquistados.

2.2. Recursos ou Fatores de Produção

2.2.1 Trabalho

A população economicamente mobilizável (Trabalho)

É representada por um segmento da população total, delimitado pela faixa etária apta para o exercício de atividades de produção, conforme descrito por Possamai (2001).

Os limites desta faixa variam em função do estágio de desenvolvimento da economia, sofrendo ainda a influência de definições institucionais, geralmente expressas através da

legislação de cunho social. Nas economias menos desenvolvidas observa-se que a idade de acesso às funções produtivas, sobretudo no meio rural, é acentuadamente mais baixa do que nas economias maduras que ostentam altos padrões de desenvolvimento econômico.

De forma geral, porém, o acesso se realiza entre 15 e 25 anos e as atividades se desenvolvem ao longo de um período variável que alcança, em média de 30 e 35 anos. A extensão da faixa de ingresso é justificada pela variação dos períodos de preparação do indivíduo e ainda pelas diferenças que se encontram na legislação social de cada país quando à idade mínima de acesso ao trabalho. De outro lado, o tempo de dedicação à produção varia, essencialmente, em função do tipo de atividade desenvolvida, observando-se também aqui variações de natureza legal quanto ao período mínimo exigido para a aposentadoria espontânea ou compulsória. Além disso, há que considerar as diferenças institucionais – também decorrente do estágio de desenvolvimento e do meio em que se realizam as atividades de produção – aplicáveis à mobilização do homem e da mulher. Há diferenças acentuadas não só quanto aos regimes legais de proteção, como ainda quanto às formas de organização social, resultando diferentes períodos de vida produtiva. (POSSAMAI, 2001)

2.2.2. Capital

Os recursos de Capital

Para o exercício de suas atividades de produção, a população ativa mobiliza um variado e complexo conjunto de instrumentos e de elementos infraestruturais que dão suporte às operações produtivas, tornado-as mais produtivas, tornado-as mais eficientes. Este conjunto constitui o estoque de **capital** da economia. (POSSAMAI, 2001)

O desenvolvimento e meios de produção, associado às primeiras manifestações de construções infra-estruturais, identifica-se claramente com processo de formação de capital. Desde as mais remotas culturas o homem foi acumulando riquezas destinadas à obtenção de novas riquezas destinadas à obtenção de novas riquezas. Com o passar do tempo com a acumulação e a transmissão de conhecimentos, o acervo de recursos aumentaria em progressão extraordinária. O processo de instrumentação do trabalho humano assumiria crescente complexidade, tornando cada vez mais eficiente o esforço social de produção, mas exigindo, em contrapartida, que uma considerável parcela desse mesmo esforço passasse a ser canalizada sistematicamente para o aperfeiçoamento e produção de novos e mais complexos recursos de capital.

2.2.3. Tecnologia

Para Possamai (2001) tecnologia pode ser considerada como um fator de produção de natureza qualitativa.

Trata-se de um elo de ligação entre a população economicamente mobilizável e os recursos de capital. Esta capacidade acumula-se, transforma-se e evolui pela permanente transmissão de conhecimento. De geração a geração evolução dos processos de produção, decorrentes do extraordinário desenvolvimento de recursos de capital cada vez mais avançados e sofisticados, os sistemas econômicos exigem um paralelo desenvolvimento da tecnologia aplicada.

Esta capacidade é inerente à qualificação dos recursos humanos. O saber fazer, imprime características extremamente variadas a dado conjunto de população economicamente mobilizável. As nações desenvolvidas contam não apenas com extraordinária base de recursos de capital acumulados, mas com recursos humanos preparados para operar o complexo aparelhamento de produção do sistema. Já as economias subdesenvolvidas não apenas apresentam estoques de capital pouco eficazes e sub-dimensionados, como ainda recursos humanos tecnicamente despreparados. De certa forma, os processos de criação, aperfeiçoamento e acumulação de capital caminham paralelamente com o de formação de capacidade tecnológica. São, por assim dizer, duas engrenagens que se ajustam. O movimento de uma delas está necessariamente vinculado ao movimento da outra.

2.2.4. A Capacidade Empresarial

À semelhança da capacidade tecnológica, a capacidade empresarial é também um fator de natureza qualitativa. Trata-se do espírito empreendedor que movimenta, combina e anima os demais recursos de produção do sistema.

Tanto empreendedorismo de caráter privado ou público. Assume-a o Estado, ao mobilizar recursos para atividades econômicas de produção ou de formação da infra-estrutura de apoio. Assume-a, dentro das condições institucionais da livre iniciativa, o empresário privado ou os grupos de constituição privada, quando a implantação, ampliação e operação de seus empreendimentos econômicos de produção. E, tanto, num caso como no outro, a capacidade empresarial enquadra-se no domínio dos agentes dinâmicos da vida econômica.

2.2.5. Reservas Naturais

O elenco de recursos com que contam os sistemas econômicos para o exercício das atividades de produção completa-se com a disponibilidade das reservas naturais. Em seu

significado econômico, este recurso é constituído pelo conjunto dos elementos da natureza utilizados no processamento primário da produção. O solo e a parte explorável do subsolo, as terras de pastagem e de cultura, os cursos d'água, os lagos, as florestas e ainda o próprio clima e o índice pluviométrico incluem-se entre os recursos naturais de que toda economia deve dispor, face às necessidades de suprimento manifestadas pela sociedade. (POSSAMAI, 2001)

A disponibilidade das reservas naturais não depende apenas das suas quantidades físicas disponíveis, mas ainda de outros fatores que viabilizam o seu efetivo aproveitamento. Para Possamai(2001), o estágio dos conhecimentos tecnológicos, associado à disponibilidade de recursos de capital, tem ligações diretas com o volume das reservas naturais economicamente aproveitáveis. As formas e a extensão da ocupação territorial também influenciam o nível em que as reservas naturais disponíveis serão efetivamente empregadas no processamento básico da produção – quer através da extração de matérias primas, quer aproveitando os potenciais energéticos existentes. Sendo assim, o próprio conhecimento de sua existência e o pré-levantamento de suas potencialidades condicionam as disponibilidades econômicas das reservas.

2.3 AGENTES ECONÔMICOS

Os agentes econômicos - as famílias, as empresas e o setor público - são os responsáveis pela atividade econômica. Em relação ao seu comportamento, supõe-se que são coerentes quando tomam decisões.

A atividade econômica e os agentes econômicos

Atividade econômica caracteriza-se na produção de ampla gama de bens e serviços, cujo destino último é a satisfação das necessidades humanas. Os homens, mediante sua capacidade de trabalho, são os organizadores e executores da produção.

A organização dos fatores produtivos (terra, trabalho e capital) dentro das empresas, assim como a direção de suas atividades, recai sobre pessoas ou grupos de caráter privado ou público. Na economia, os diversos papéis que desempenham os agentes econômicos, isto é, as famílias ou unidades familiares, as empresas e o setor público, podem ser agrupados em três grandes setores.

O **setor primário** abrange as atividades que se realizam próximas às bases dos recursos naturais, isto é, as atividades agrícolas, pesqueiras, pecuárias e extrativas.

O **setor secundário** inclui as atividades industriais, mediante as quais são transformados os bens.

O **setor terciário** ou de serviços reúne as atividades direcionadas a satisfazer as necessidades de serviços produtivos que não se transformam em algo material.

As empresas

Na sociedade moderna, as empresas produzem e oferecem praticamente totalidade dos bens e serviços.

A empresa é a unidade de produção básica. Contrata trabalho e compra fatores com o fim de fazer e vender bens e serviços.

As famílias ou unidades familiares

Os diferentes agentes econômicos podem ser divididos em privados e públicos. Os agentes privados básicos são as famílias e as empresas.

As funções das famílias constituem em, por um lado, consumir bens e serviços; por outro, oferecer seus recursos, isto é, trabalho e capital as empresas. Entretanto as famílias que pretendem maximizar a satisfação obtida no consumo são limitadas pelo orçamento de que dispõem.

O setor público

Entende-se por setor público mais do que somente o Estado-Nação das organizações políticas atuais.

O governo destaca-se como agente econômico devido às particularidades que envolvem suas ações econômicas. O governo é um agente coletivo que contrata diretamente o trabalho de unidades familiares e que adquire uma parcela da produção das empresas para proporcionar bens e serviços úteis à sociedade como um todo. Trata-se, pois, de um centro de produção de bens e serviços coletivos. Suas receitas resultam de retiradas compulsórias do poder aquisitivo das unidades familiares e das empresas, feitas por meio do sistema tributário.

Além de interagir com os demais agentes econômicos, o governo é um centro de geração, execução e julgamento de regras básicas para a sociedade como um todo.

2.3.1 Bens Econômicos

Dallagnol (2008) destaca que a produção de bens e serviços – ou produção econômica – pode ser classificada em três categorias, de acordo com a sua destinação:

- **Bens e serviços de consumo:** são aqueles bens e serviços que satisfazem às necessidades das pessoas quando consumidos no estado em que se encontram como alimentos, roupas, serviços médicos etc.

Possamai (2001) afirma que os bens e serviços de consumo, de uso imediatos ou duráveis, são destinados ao atendimento das necessidades da população. Nos sistemas econômicos modernos, as solicitações de bens e serviços de consumo evoluem não somente a satisfação de necessidades da biofisiológicas, como principalmente o desejo (em grande parte dos casos artificialmente estimulados) de diversificação e sofisticado conjunto de produtos resultantes de atividades secundárias e terciárias. É, exatamente em decorrência destas últimas solicitações, em geral excitada por promoções desenvolvidas pelas próprias unidades de produção, que as necessidades de bens e serviços de consumo são consideradas como ilimitadas.

- **Bens e serviços intermediários:** são os bens e serviços que não atendem diretamente às necessidades das pessoas, pois precisam ser transformados para atingir sua forma definitiva. Como exemplo, podemos citar as chapas de aço que são empregadas na produção de automóveis; os serviços de computação que preparam as folhas de pagamentos para empresas etc. (DALLAGNOL, 2008)

Os bens e serviços intermediários são constituídos por insumos destinados ao reprocessamento. Esses bens reingressam no aparelho de produção da economia, para que sejam transformadas em bens capazes de atender a necessidades finais. As sementes, as fibras naturais ou sintéticas, os minérios e uma multiplicidade de outros bens da mesma natureza são identificados como intermediários. No campo dos serviços, há também os que apenas se destinam a servir de suporte para as atividades de produção do sistema. Esses também são considerados intermediários, uma vez que se destinam a atender às exigências operacionais das empresas e não às necessidades finais da sociedade. A todos os bens e serviços desta categoria, ao retornarem às unidades de produção, são adicionados novos esforços ativos, que não apenas modificarão suas características, como também o seu valor econômico. Em cada uma delas mobilizam-se novos recursos e combinam-se novos fatores, elevando-se em consequência a soma dos valores adicionados. (POSSAMAI, 2001)

- **Bens de capital:** também não atendem diretamente às necessidades dos consumidores, mas destina-se a aumentar a eficiência do trabalho humano no processo produtivo, como as máquinas, as estradas etc. (DALLAGNOL, 2008)

Para Possamai (2001), os bens de capital são constituídos por uma categoria especial de bens filiais. São bens que, embora não destinados ao consumo, consideram-se como terminais em relação aos fluxos de produção de que se originaram. As bases infra-estruturais da economia (constituídas por ferrovias, portos hidrelétricas, rodovias, entrepostos de abastecimento e outros recursos fixos de utilização coletiva), somadas às edificações fabris, aos implementos agrícolas, aos equipamentos industriais e a outros

instrumentos de produção, são exemplos típicos de bens desta terceira categoria. Estes bens, através das atividades de investimento, destinam-se a se incorporar ao estoque de capital da economia. Nesse sentido, não atendem diretamente às necessidades humanas de consumo. Todavia, ao se incorporarem ao estoque disponível de capital, quer para sua manutenção, renovação ou ampliação, aumentam a eficiência do trabalho humano, constituindo-se numa das fontes mais significativas do processo de crescimento econômico.

3. SISTEMA ECONÔMICO

3.1 CONCEITO DE SISTEMA ECONÔMICO

Sistema econômico é o conjunto de relações técnicas, básicas e institucionais que caracterizam a organização econômica de uma sociedade. Essas relações condicionam o sentido geral das decisões fundamentais que se tomam em toda a sociedade e os ramos predominantes de sua atividade.

Para Dallagnol (2008), um sistema econômico pode ser definido como sendo a forma política, social e econômica pela qual está organizada a sociedade. É um particular sistema de organização da produção, distribuição, consumo de todos os bens e serviços que as pessoas utilizam buscando uma melhoria no padrão de vida e bem-estar.

Sistema Econômico: reunião dos diversos elementos participantes da produção e do consumo de bens e serviços que satisfazem as necessidades da sociedade, organizados do ponto de vista econômico, social, jurídico e institucional.

Os sistemas econômicos podem ser classificados em:

- **Sistema capitalista** ou **economia de mercado**: É regido pelas forças de mercado, predominando a livre iniciativa e a propriedade privada dos fatores de produção;

- **Sistema socialista** ou **economia centralizada** ou ainda **economia planificada**: Nesse sistema as questões econômicas fundamentais são resolvidas por um órgão central de planejamento, predominando a propriedade pública dos fatores de produção, chamados nessas economias de *meios de produção*, englobando os bens de capital, terra, prédios, bancos, matérias-primas.

Os países organizam-se segundo esses dois sistemas, ou de forma intermediária entre elas.

Pelo menos até o início do século XX, prevalecia nas economias ocidentais o sistema de concorrência pura, em que não havia a intervenção do Estado na atividade econômica. Era a filosofia do **Liberalismo**.

Principalmente a partir de 1930, passaram a predominar os **sistemas de economia mista**, no qual ainda prevaleciam as forças de mercado, mas com a atuação do Estado,

tanto na alocação e distribuição de recursos como na própria produção de bens e serviços, nas áreas de infra-estrutura, energia, saneamento e telecomunicações.

Em **economia de mercado**, a maioria dos preços dos bens, serviços e salários são determinados predominantemente pelo mecanismo de preços, que atua por meio da oferta e da demanda dos fatores de produção. Nas **economias centralizadas**, essas questões são decididas por um órgão central de planejamento, a partir de um levantamento dos recursos de produção disponíveis e das necessidades do país. Ou seja, grande parte dos preços dos bens e serviços, salários, quotas de produção e de recursos é calculada nos computadores desse órgão, e não pela oferta e demanda no mercado.

Possamai (2001) apresenta ainda outra classificação clássica das economias:

- **Economia Fechada**

Economia típica de um país isolado. Não há importação nem exportação de produtos. O intercâmbio de mercadorias não se realiza além dos limites territoriais determinados pelos agentes econômicos locais: produtores, intermediários e consumidores. Esse tipo de economia praticamente não existe no mundo atual. Mas é útil como modelo para se analisar de que forma o total das despesas de consumo, gastos governamentais, investimentos e tributos interagem para determinar os níveis do emprego e renda nacional. Então, constitui-se num modelo em que não a interveniência do setor externo (importação e exportação). Exemplos atuais praticamente inexistentes, sendo o mais próximo: Cuba.

- **Economia Aberta**

Economia baseada na livre ação dos agentes econômicos, objetivando a concorrência, ao investimento, ao comércio e ao consumo. Corresponde aos princípios do liberalismo econômico, pelo qual a única função do Estado seria garantir a livre concorrência entre as empresas. Constitui-se num modelo em que há a interveniência do setor externo (importação e exportação). Exemplo: Brasil.

Além destes conceitos, outros se destacam como as Funções renda, consumo, etc.

Renda (Y)

É aquela percebida pelo indivíduo em forma de salário, lucro, juro, aluguel, arrendamento ou remuneração por serviços prestados. É a renda total de todos os indivíduos antes que tenha pago o Imposto de Renda e os demais impostos pessoais. Inclui um volume substancial de pagamentos de transferências do governo, que não são incluídos na renda nacional. Inclui também pagamento de transferência feitos pelo setor privado.

Consumo (C)

Utilização, aplicação, uso ou gasto de um bem ou serviço por um indivíduo ou uma empresa. É o objeto e a fase final do processo produtivo, precedido pelas etapas de fabricação, armazenagem, distribuição e comercialização. A função consumo depende substancialmente da renda.

Impostos (Tx)

Taxas obrigatórias pagas ao Estado, que devem reverter à coletividade sob forma de benefícios de interesse geral: transporte, educação, saúde, etc...

Subsídios ou Transferências (Tr)

Tecnicamente, pode ser definido de várias formas:

- a) benefícios a pessoas ou a empresas, pagos pelo governo, sem contrapartida em produtos e serviços;
- b) despesas correspondentes da transferência de recursos de uma esfera do governo em favor de outra;
- c) despesas do governo visando a cobertura de prejuízos das empresas (públicas ou privadas) ou ainda para financiamento de investimentos;
- d) benefícios aos consumidores, na forma de preços inferiores que, na ausência de tal mecanismo, seriam fixados pelo mercado;
- e) benefícios a produtores e vendedores mediante preços mais elevados, como acontece com a tarifa aduaneira protecionista; e
- f) concessões de benefícios pela via do orçamento público ou outros canais.

Poupança (s)

Em economia, parte da renda nacional ou individual que não é utilizada em despesas, sendo guardada e aplicada depois de deduzidos os impostos.

Investimento (I)

Aplicação de recursos (dinheiro ou títulos) em empreendimentos que renderão juros ou lucros, em geral em longo prazo. Num sentido amplo, o termo se aplica tanto à compra de máquinas, equipamentos e imóveis para a instalação de unidades produtivas, como à compra de títulos financeiros (letras de câmbio, ações, etc...).

Exportações (X)

Vendas, no estrangeiro, de bens e serviços de um país. Resulta, como a importação da divisão internacional do trabalho, pela qual os países tendem a se especializar na produção dos bens para os quais tem maior disponibilidade de fatores produtivos, garantindo um excedente exportável.

Importações (Z)

Entrada de mercadorias e serviços estrangeiros num país. Os serviços, cujo valor não figura na receita comercial, constituem as chamadas importações invisíveis. Para manter a balança comercial favorável ou menos equilibrada, os países submetem as importações a diversas formas de controle.

As funções de Exportações e Importações pertencem única e exclusivamente a Economias Abertas, as demais funções são passivas ocorrer nos dois tipos de economias.

3.1 Sistemas de Trocas

Além da produção e do consumo, existe outra atividade que é comum em qualquer sistema econômico e que tem grande importância: as trocas. A forma de adoção das trocas é diferente em cada sistema.

Cada sujeito geralmente possui habilidades e recursos diferentes dos demais e deseja consumir bens diversificados. Por isso, a tendência natural é colocar-se em contato entre si para trocar aquilo que se possui abundância pelo que não se tem e beneficiar-se mutuamente pelo intercâmbio. O intercâmbio faz possível a especialização e a divisão de trabalho, e esta contribui para a eficiência, entendida como a obtenção do maior volume de produção possível com a menor quantidade de recursos.

A divisão de trabalho em várias fases permite:

- a) a especialização;
- b) maior capacidade de cada operário; e
- c) a introdução de ferramentas e maquinarias específicas.

Todos esses fatores favorecem o aumento da produção por pessoa.

A especialização e a divisão do trabalho precisam de um sistema em que os indivíduos possam vender os seus excedentes e adquirir o que necessitam. A forma primitiva de intercâmbio é a troca. Por meio dela, cada indivíduo pode trocar um bem por outro.

A troca significa uma transação em que dois indivíduos permutam bens entre si, baseados no escambo. Eles se desfazem do produto que possuem em excesso e adquirem os produtos de que necessitam.

A troca realizada dessa forma tem sérios inconvenientes. Por um lado, levaria muito tempo, já que exige que cada indivíduo encontre alguém disposto a adquirir precisamente o que ele pretende trocar; ou seja, a troca requer uma coincidência de necessidades. Outro inconveniente da troca deriva da indivisibilidade de alguns bens. Quando envolvem

muitos participantes, as trocas tornam-se muito complexas e as limitações básicas das trocas fazem com que ela seja praticamente inviável.

Trocas indiretas

As mercadorias-moeda solucionaram os principais inconvenientes do escambo primitivo. Os mercados se ampliaram e o comércio evoluiu com seu emprego. A divisão social do trabalho e a especialização foram estimuladas. Iniciava-se uma nova era, caracterizada pela crescente intensificação das trocas indiretas entre os agentes econômicos. As mercadorias-moeda possibilitavam as trocas indiretas.

A vida econômica dos modernos sistemas fundamenta-se em uma enorme, complexa e quase indescritível rede de trocas.

Os recursos disponíveis encaminham-se para as empresas à procura da melhor remuneração possível. As empresas destinam sua produção aos consumidores, os quais procurarão atender da forma mais vantajosa possível as suas necessidades.

No centro orgânico desse processo localizam-se os mercados de recursos e de produtos finais, através dos quais toda essa atividade é desenvolvida e controlada.

Mantém-se, assim, como principais características desse processo, a impessoalidade e a alta competição.

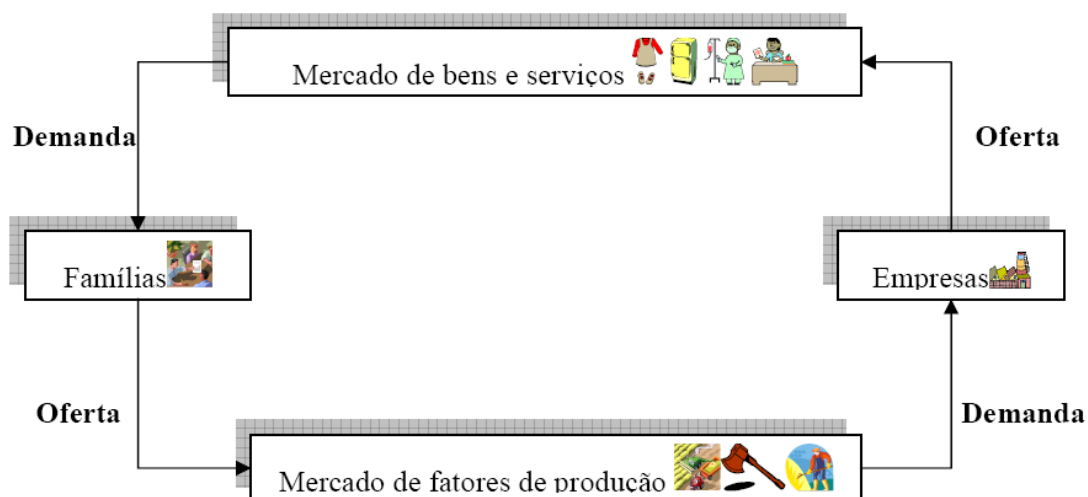
Fonte: Dallagnol (2008, p.34)

3.1.2 Fluxo Real e Monetário

Para entender o funcionamento do sistema econômico, imagina-se uma economia de mercado que não tenha interferência do governo e não tenha transações com o exterior (economia fechada). Os agentes econômicos são as famílias (unidades familiares) e as empresas (unidades produtoras). As famílias são proprietárias dos fatores de produção e os fornecedores às unidades de produção (empresas) no **mercado dos fatores de produção**. As empresas, pela combinação dos fatores de produção, produzem bens e serviços e os fornecem às famílias no **mercado de bens e serviços**.

A esse fluxo de fatores de produção, bens e serviços denominam **fluxo real da economia**.

FLUXO REAL DA ECONOMIA

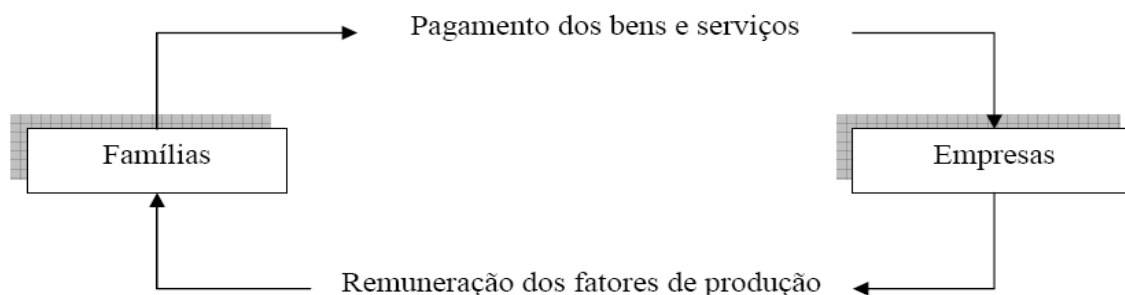


Fonte: Dallagnol (2008, p. 35)

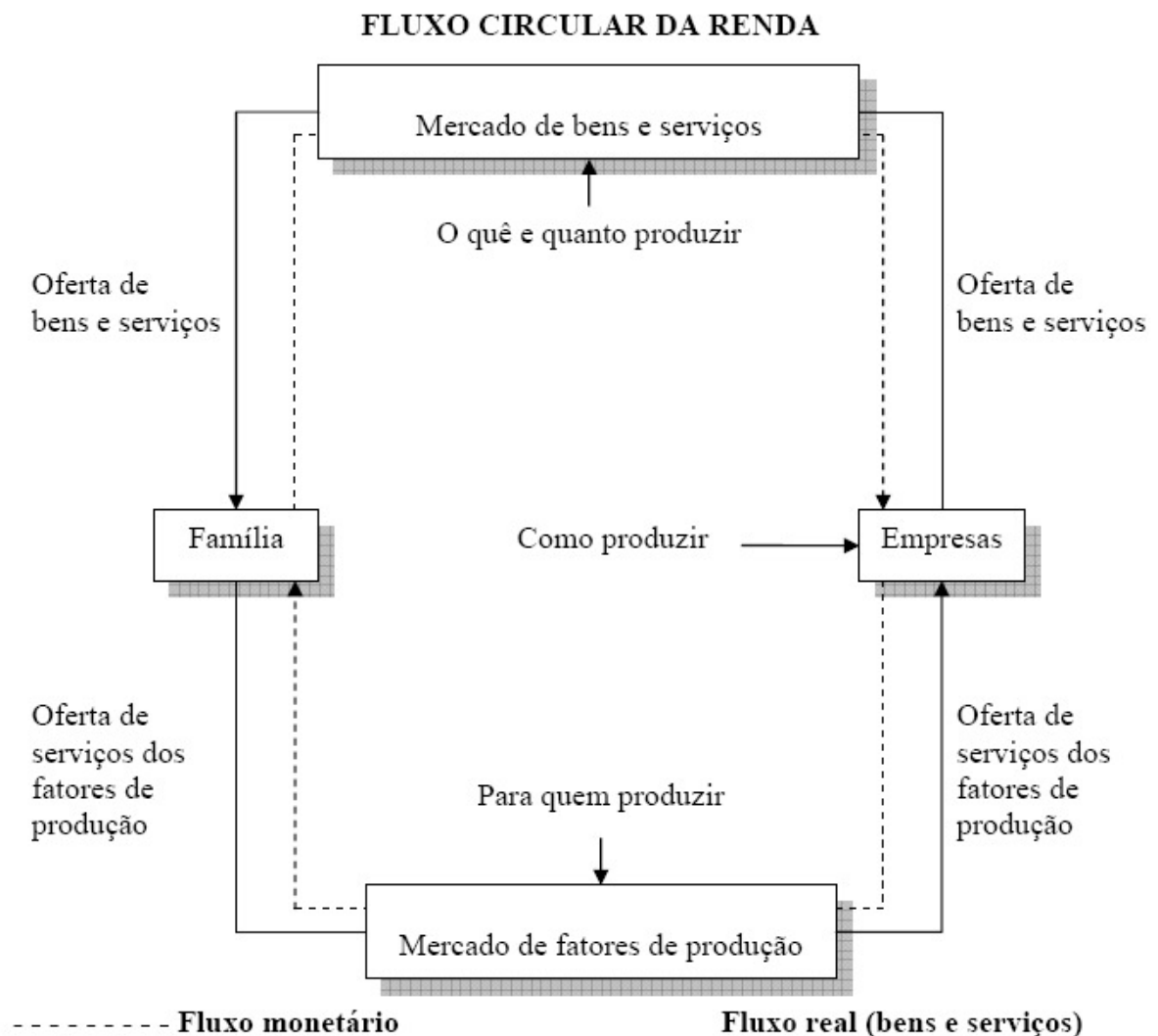
Como pode ser observadas na figura acima, família e empresa exercem um duplo papel. No mercado de bens e serviços, as famílias demandam bens e serviços, enquanto as empresa os oferecem; no mercado de fatores de produção, as famílias oferecem os serviços dos fatores de produção (que são de sua propriedade), enquanto as empresas os demandam. No entanto, o fluxo real da economia só se torna possível com a presença da moeda, que é utilizada para remunerar os fatores de produção e para o pagamento dos bens e serviços.

Desse modo, paralelamente ao fluxo real, temos um **fluxo monetário da economia**.

FLUXO MONETÁRIO DA ECONOMIA



Fonte: Dallagnol (2008, p.36)



Fonte: Dallagnol (2008,p.36)

Em cada um dos mercados atuam conjuntamente as forças da oferta e da demanda, determinando o preço. Assim, no mercado de bens e serviços formam-se os **preços dos bens e serviços**, enquanto no mercado de fatores de produção, são determinados os **preços dos fatores de produção** (salários, juros, aluguéis, lucros, *royalties* etc).

O **fluxo completo** incorpora o **setor público**, adicionando-se os efeitos dos impostos e dos gastos públicos ao fluxo anterior, bem como com o **setor externo**, que inclui todas as transações com mercadorias, serviços e movimento financeiro com o resto do mundo.

A introdução do governo nesse modelo simplificado de fluxos reais e monetários não modifica, quanto aos seus funcionamentos, as características e o funcionamento deste sistema. Embora exerça também funções normativas e regulatórias, ao co-participar dos fluxos econômicos fundamentais, o governo é um agente econômico como outro qualquer. Ele se apropria de uma parte da renda social e, com ela, proporciona à sociedade o suprimento de bens e serviços de uso coletivo que, de outra forma, não seriam disponibilizados. Para tanto, ele também emprega e remunera fatores de produção, interagindo assim com as unidades familiares. E adquire produtos, conectando-se com as empresas.

Os fluxos básicos entre as unidades familiares e as empresas são mantidos, mas com três diferenças substanciais:

- **Redução do poder aquisitivo e da capacidade privada de acumulação.** Tanto as unidades familiares quanto as empresas sofrem redução de seu poder aquisitivo ou em sua capacidade de acumulação. A redução é imposta pelo governo, através de cobrança de tributos diretos e indiretos – proporcionais à renda, progressivos ou regressivos.
- **Realocação de renda.** Operando o sistema de previdência social, o governo retira parte da renda da sociedade, tanto das unidades familiares quanto das empresas, realocando através do pagamento de transferência (seguro desemprego e aposentadoria).
- **Reconfiguração da procura e da oferta de bens e serviços.** Como agente econômico, o governo, de um lado, adquire bens e serviços fornecidos pelas empresas e, de outro lado, fornece bens e serviços à sociedade, seja através da formação bruta de capital fixo (infraestrutura de interesses econômicos e sociais), seja pelo atendimento direto de necessidades através do suprimento de bens e serviços públicos.

3.1.3. Curva de Possibilidades de Produção

A **curva de possibilidades de produção** é um recurso que os economistas utilizam para ilustrar o problema da escassez. Por ser um conhecimento abstrato, vamos fazer uma aproximação do que seria esta curva numa situação mais próxima da realidade: suponhamos que uma empresa tenha 10 máquinas e 40 trabalhadores e que tenha apenas dois produtos na sua linha de fabricação: parafuso tipo **A** e parafuso tipo **B**. adicionalmente, suponhamos que a empresa, por um determinado prazo de tempo, não possa mais comprar máquinas e nem contratar mais trabalhadores adicionais e que não haja nenhuma inovação tecnológica no processo de fabricação do produto. (DALLAGNOL, 2008)

Assim, os pressupostos são:

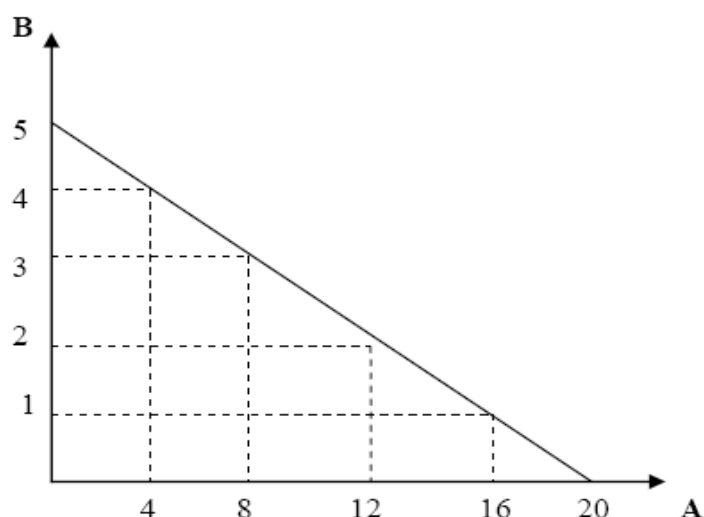
- a) os recursos produtivos são **fixos** ou **constantes**;
- b) o conhecimento tecnológico é **constante**;
- c) somente dois **produtos** são passíveis de fabricação.

O Diretor da empresa encomenda ao engenheiro responsável pelo Departamento de Produção um levantamento de quais são as possibilidades de produção da empresa utilizando-se plenamente e da forma mais eficiente possível todos os fatores de produção da empresa (ou seja, os 40 trabalhadores e as 10 máquinas da empresa). O engenheiro, obedecendo tais ordens, faz o seguinte levantamento de produção:

Parafuso A	Parafuso B
20	0
18	1
15	2
11	3
6	4
0	5

O gráfico a seguir poderia ser montado para ilustrar as possibilidades de produção contidas no mapa levantado pelo engenheiro, colocando-se no eixo das abscissas a produção de **A** e no das ordenadas, a de **B**.

Curva de Possibilidade de Produção



Fonte: Dallagnol (2008, p. 41)

Algumas constatações podem ser tiradas da análise do gráfico da empresa:

1. A produção de parafusos **B** é mais difícil de ser feita do que a do parafuso **A**;
2. Os pontos da curva de possibilidade de produção expressam a quantidade máxima possível da produção de um dos bens, dada a produção do outro. Por exemplo, se a empresa desejar produzir 11 unidades do bem **A**, ela poderá fabricar no máximo, utilizando todos os fatores de produção da forma mais eficiente possível, 3 unidades do bem **B**;
3. Um ponto dentro da curva significa uma produção abaixo ou aquém das possibilidades da empresa;
4. Um ponto fora da curva significa uma produção acima ou além das possibilidades de produção;
5. O fato mais importante a ser constatado é de que **aumentos** na produção de um bem, se a empresa estiver trabalhando em pontos situados na curva de possibilidades de produção, só poderão ser efetuados à custa de decréscimos na produção do outro.

A eficiência máxima e o pleno emprego são alcançados, portanto, quando se mobilizam todas as possibilidades de produção da economia; e a escolha das melhores alternativas depende das opções sociais ou políticas feitas pela própria sociedade ou pelos seus governantes. Sejam quais forem essas opções, haverá sempre um limite máximo para o seu atendimento, devido à limitação dos recursos, dado que jamais será possível produzir quantidades infinitas de todos os bens e serviços desejados. (DALLAGNOL, 2008)

Como regra geral, o aumento da produção de dada classe de bens implica, necessariamente, a redução da produção de uma outra classe, a não ser que tenha ocorrido um aumento nos recursos acumulados.

Por isso não tem como aumentar a produção de um bem sem sacrificar a do outro, pois qualquer combinação envolverá custo de oportunidade, ou seja, a transferência dos fatores de produção de um bem **A** para produzir um bem **B** implica em um custo de oportunidade que é igual ao sacrifício de deixar de produzir parte do bem **A** para produzir mais do bem **B**.

Concluindo, Dallagnol (2008) afirma que a escassez de recursos faz com que haja um custo de oportunidade, quando se opta por certo bem. O deslocamento da curva de possibilidade de produção para a direita indica que o País está crescendo. Isso pode ocorrer fundamentalmente tanto em função do aumento da quantidade física de fatores de

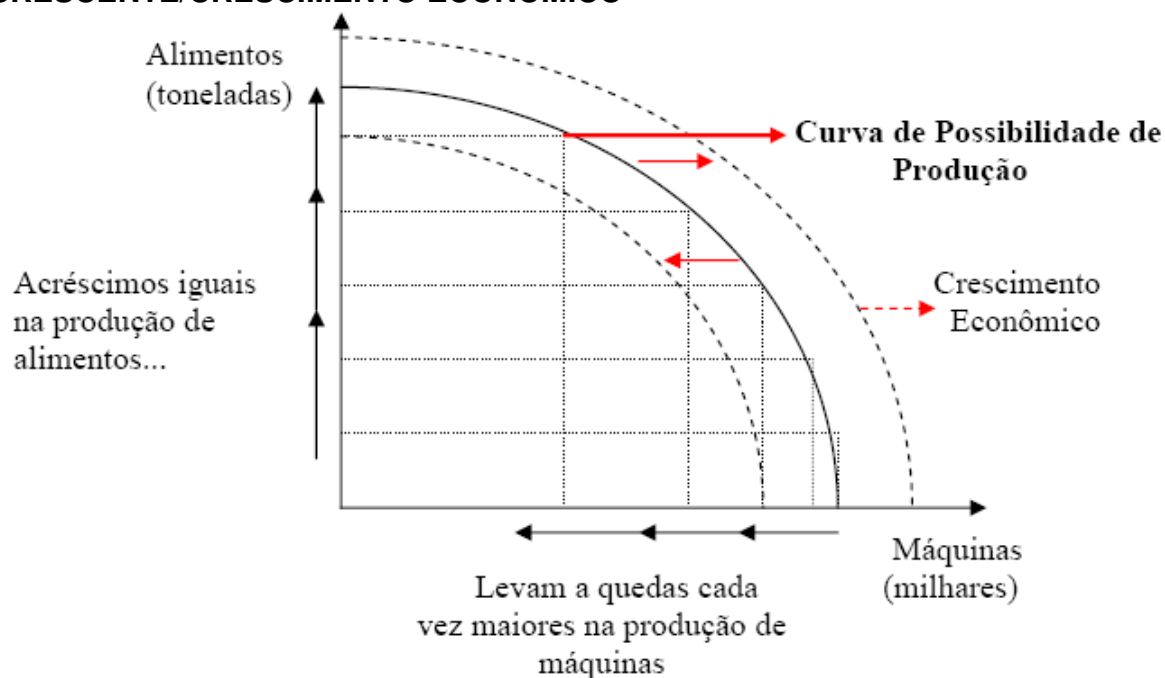
produção como em função de melhor aproveitamento dos recursos já existentes, o que pode ocorrer com o progresso tecnológico, maior eficiência produtiva e organizacional das empresas e melhoria no grau de qualificação da mão-de-obra. Desse modo, a expansão dos recursos de produção e os avanços tecnológicos, que caracterizam o crescimento econômico, mudam a curva de possibilidade de produção para cima e para direita, permitindo que a economia obtenha maiores quantidades de ambos os bens.

No deslocamento negativo, há um deslocamento da curva de possibilidade de produção para a esquerda, devido a fatores que influenciam, tais como; pestes, epidemias e guerras que devastam a população, desarranjos institucionais e depressões econômicas que sucateiam os bens, redução dos investimentos de formação de capital fixo, o que implica em redução da capacidade produtiva e a prática de explorações extensivas que resultam em devastação de recursos naturais.

Fatores que causam o crescimento econômico:

- **Aumento do investimento**, sendo que mais bens de investimento tornam os trabalhadores mais produtivos, para investir mais, as pessoas têm que reduzir seu consumo corrente e poupar mais, de modo que sua poupança esteja disponível para o investimento;
- **Inovações** surgem quando alguém descobre uma maneira de produzir mais ou melhor a partir da mesma quantidade de insumos. As inovações em tecnologia, gerenciamento e em técnicas de mercadologia podem contribuir para o crescimento econômico;
- **Maior divisão do trabalho**, ao longo dos últimos dois séculos, permitiu que os trabalhadores se tornassem mais produtivos em suas áreas de especialização. A maior divisão do trabalho também quer dizer que os trabalhadores não estão produzindo para si mesmos, mas para outras pessoas. Assim, a especialização e o comércio caminham juntos;
- **Aumento nos insumos**, por exemplo, mais trabalhadores, mais máquinas e mais terra. Um aumento no número de insumos leva a um maior produto e ao crescimento econômico.

CURVA DE POSSIBILIDADES DE PRODUÇÃO/CUSTO DE OPORTUNIDADE CRESCENTE/CRESCIMENTO ECONÔMICO



Fonte: Dallagnol (2008, p.43)

3.1.4. Lei dos Rendimentos Decrescentes

Dallagnol (2008) afirma que a Lei dos Rendimentos Decrescentes está intimamente relacionado com a constância e a intensidade dos deslocamentos das curvas de possibilidade de produção. Os deslocamentos produtivos são provocados pela expansão ou melhoria dos recursos humanos e patrimoniais disponíveis para fins produtivos. Um maior suprimento destes recursos induzirá à dilatação das fronteiras de produção da economia.

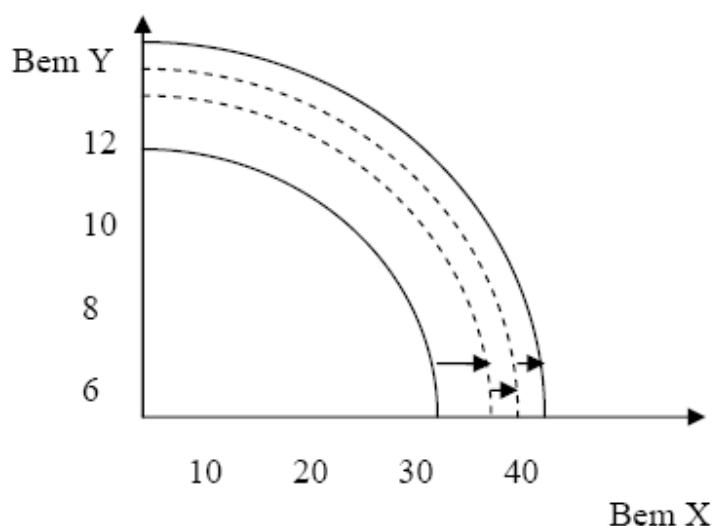
Para que a expansão das possibilidades de produção realmente ocorra, em escala constante, deve-se registrar um aumento de suprimento dos recursos de produção. Quando o suprimento de um dos produtos não se altera, permanecendo fixo ao longo de vários e sucessivos períodos produtivos, não ocorreram deslocamentos constantes, mas sim decrescentes. A fixidez de um único recurso poderá dificultar a expansão normal das fronteiras de produção do sistema, e os aumentos da capacidade serão menos que

proporcionais, tornando-se decrescente ou mesmo nulo a partir de certo ponto. (DALLAGNOL, 2008)

A Lei dos Custos Crescentes. Dadas como inalteradas as capacidades tecnológicas de produção de uma economia e estando o sistema a operar a níveis de pleno emprego, a obtenção de quantidades adicionais de determinada classe de produto implica necessariamente na redução das quantidades de outra classe. Ou seja, se uma economia está produzindo o produto **x**, e transfere recursos de sua produção para outra produção **y**, irá determinar a expansão da produção **y**; todavia, essa expansão será cada vez menor se a sociedade continuar insistindo na transferência de recursos de uma atividade para outra, e implicará em custos sociais crescentes, devido a um grau maior de inflexibilidade.

Na ocorrência de Custos de Oportunidade Crescentes – os rendimentos decrescentes estão basicamente relacionados a fixidez dos recursos de produção. Na ocorrência de custos de oportunidade crescentes, não estaremos considerando o suprimento de recursos, nem supondo qualquer variação em sua disponibilidade, pois todos os recursos permanecem inalterados. O que se altera é a destinação que se dá aos recursos, nas diferentes alternativas originalmente supostas. Exemplo: quando as economias estão em período de paz ou guerra.

CURVA DE POSSIBILIDADES DE PRODUÇÃO E A LEI DOS RENDIMENTOS DECRESCENTES



Fonte: Dallagnol (2008, p.44)

Na visão de Pinho e Vasconcellos (1998) a título de ilustração, imagine-se uma empresa agrícola produtora de arroz. O fator fixo é representado pela área de terra disponível associada ao equipamento existente. O fator variável é representado pela mão-de-obra empregada, ou seja, pelo número de empregados contratados. Se várias combinações de terra e mão-de-obra forem utilizadas para produzir arroz e se a quantidade de terra for mantida constante, os aumentos da produção dependerão do aumento da mão-de-obra utilizada na lavoura. Quando isso ocorrer, alterar-se-ão as proporções de combinação entre os fatores fixo (terra) e variável (mão-de-obra). Nesse caso, a produção de arroz aumentará até certo ponto e depois decrescerá, isto é, a maior quantidade de homens para trabalhar, associada à área constante de terra, permitirá que a produção cresça até um máximo e depois passe a decrescer.

4. ESTRUTURA DE MERCADO

De acordo com Dallagnol (2008), a organização da atividade econômica encontra-se diretamente relacionada com a solução dos problemas econômicos fundamentais – *o que e quanto, como e para quem produzir* – pois constitui um conjunto de questões da mais alta complexidade, devido não apenas devido às suas raízes econômicas, como, sobretudo em decorrência de seu envolvimento social, ético e político.

O aumento da eficiência econômica e tecnológica, nas primeiras décadas do século XIX, quando do período formativo do capitalismo industrial, coincidiu com o agravamento das questões sociais atribuídas aos insatisfatórios padrões de repartição do produto social. À medida que as atividades econômicas se especializam, torna-se mais complexa a exata medição das contribuições individuais. Daí por que se impõe a necessidade de desenvolver e de aplicar modelos de organização que reduza os desequilíbrios da repartição, visto que é ao lado dos objetivos de disciplinar e coordenar as tarefas desenvolvidas pelos indivíduos e unidades de produção que se compõe o quadro da atividade produtiva. (DALLAGNOL, 2008)

Os liberais do século XVIII e XIX propuseram que as bases do modelo de organização econômicas deveriam ser o individualismo, a livre iniciativa e a concorrência empresarial, pois o funcionamento livre do sistema de preços e do mecanismo do mercado conduziria a ótima alocação dos recursos disponíveis, garantindo o pleno emprego e a eficiência econômica geral.

Em contraste com esse modelo, os críticos do sistema liberal capitalista, atuando a partir de bases ideológicas elaboradas por Marx, propoiam o bloqueio da liberdade empresarial, o coletivismo e o dirigismo estatal. Em lugar dos mecanismos livres antes propostos, seriam implantados sistemas centralizados de controle, capaz de coordenar as metas de produção da economia, a alocação dos recursos e a repartição do produto.

A partir dessas duas proposições, radicalmente opostas, são ainda possíveis inúmeros modelos menos extremistas. Todos eles, porém, implicam julgamento de valor quanto à análise de sua eficiência, devido aos seus envolvimento éticos e políticos.

A validação da eficiência dos sistemas alternativos constitui uma das mais complexas questões da Análise Econômica, e conforme Dallagnol (2008) pode se concluir que os problemas centrais da atividade econômica estão relacionados, todos eles, ao desajustamento fundamental entre a escassez dos recursos e a ilimitação das necessidades humanas; e não há sistema econômico que tenha sido capaz de reprimir a expansão das necessidades humanas ou remover a limitação dos recursos. Por isso, independentemente de seu modelo de organização social ou política, dificilmente as

modernas nações conseguirão escapar à tríade dos problemas econômicos fundamentais. Os sistemas coletivistas e aos liberais dão apenas respostas diferentes a esses problemas, mas não conseguiram e certamente jamais conseguirão eliminá-los.

4.1 CONCEITOS, TIPOLOGIAS E ESTRUTURAS DE MERCADO

No mercado, por detrás das decisões individuais de produtores e consumidores, emerge a alocação de recursos na economia. O sistema de preços é o mecanismo pelo qual são tomadas decisões com referência à alocação de recursos, objetivando satisfazer simultaneamente produtores e consumidores. Em consequência, afirma Pinho e Vasconcellos (1998) que as decisões do produtor, relacionadas com o preço e a produção, e a estrutura de mercado determinam conjuntamente a alocação dos recursos escassos da coletividade. Dado que os preços se determinam no mercado, a análise do equilíbrio do mercado pretende descrever a determinação dos respectivos preços e quantidades de equilíbrio.

4.1.1 Conceitos e Tipologias

Em sua concepção primitiva, o mercado dizia respeito a um lugar determinado por agentes econômicos realizando suas transações. Mas o conceito de mercado, em sua concepção econômica mais ampla, está bem distante dessa tradição. Mercado, agora, é uma abstração. Executivos de grandes empresas industriais ou do setor financeiro falam das dificuldades com que eles se defrontam no mercado. Deles a missão se referindo a um lugar, mas a uma abstração econômica.

O mercado se define pela existência de forças aparentemente antagônicas: as da procura e as da oferta. Quando ambas ocorrem simultaneamente, define um mercado. Quando a procura por trabalhadores de pessoas dispostas a trabalhar; ou então quando procurando por empréstimos nos bancos; quando, enfim, recursos humanos, financeiros e de capital são ofertados e procurados, pode-se dizer que há um mercado de recursos. Ou, então, mais especificamente, mercado de trabalho, no mercado financeiro, o mercado de capitais. Todos são abstrações, que dizem respeito à oferta e a procura dos recursos correspondentes.

Quando se diz que o mercado está em expansão, é porque nele estão correndo simultaneamente deslocamentos para mais na procura e na oferta. Contrariamente, quando o mercado está em contração, perdendo expressão econômica, é por que nele a procura e oferta estão contraindo-se.

4.1.2. Estruturas de Mercado

Os mercados de bens e serviços estão estruturados; de formas diferentes. As várias estruturas são resultado da influência de alguns fatores que, combinados, definem as mesmas. Dentre os fatores que determinam as estruturas de mercado, destaca-se:

- I - o número de firmas;
- II - o tamanho ou dimensão das firmas;
- III - a extensão da interdependência entre as firmas;
- IV - a homogeneidade ou o grau de heterogeneidade do produto das diferentes firmas;
- V - a natureza e o número dos compradores;
- VI - a extensão das informações que compradores e vendedores dispõem dos preços das transações de outros produtos;
- VII - a habilidade das firmas individuais para influenciar a procura do mercado por meio da promoção do produto, melhoria na sua qualidade, facilidades especiais de comercialização etc.;
- VIII - a facilidade com que firmas entram e saem da indústria.

Na abordagem padrão em microeconomia, supõe-se que o objetivo principal da firma é a maximização do lucro. Se o lucro precisa ser maximizado, as seguintes condições necessitam ser satisfeitas:

1ª) A firma somente produz uma dada quantidade de produto se a Receita Total for igual ou superior ao Custo Variável Total ($RT \geq CVT$).

2ª) A firma produza quantidade um produto até que a Receita Marginal seja igual ao Custo Marginal ($RMg = CMg$).

A primeira condição que a firma só produz quando é mais caro não produzir do que produzir. Se a Receita Total for maior que o Custo Variável Total, pelo menos parte do Custo Fixo Total (CFT) estará sendo coberta.

A segunda condição, consistente no objetivo de maximização de lucro, diz que a firma aumentará sua produção sempre que o aumento na receita for maior que o aumento nos custos.

Principais estruturas de mercado

Para analisar como as estruturas se comportam, estas são classificadas em modelos que podem ser assim apresentados:

Concorrência perfeita
Monopólio

Oligopólio
Concorrência monopolística

4.2 TEORIA DA EMPRESA

4.2.1 Concorrência perfeita

A estrutura de mercado caracterizada por concorrência perfeita é uma concepção ideal, porque os mercados altamente concorrenciais existentes, na realidade, são apenas aproximações desse modelo, posto que, em condições normais, sempre parece existir algum grau de imperfeição que distorce o seu funcionamento, de acordo com Pinho e Vasconcellos (1998).

O seu conhecimento é importante não só como estrutura ideal, que é empregada em muitos estudos que procuram descrever o funcionamento econômico de uma realidade complexa, como, também, pelas inúmeras consequências derivadas de suas hipóteses que condicionam, o comportamento dos agentes econômicos em diferentes mercados.

Uma estrutura de mercado descrita como de concorrência perfeita deve preencher todas as seguintes condições:

- Atomização: o número de agentes compradores e vendedores é de tal ordem que nenhum deles possui condições para influenciar o mercado. A expressão de cada um é insignificante.
- Homogeneidade: o bem o serviço, no mercado de produtos, o fator de produção, no mercado de fatores, é perfeitamente homogêneo. Nenhuma empresa pode diferenciar o produto. O produto vindo de qualquer produtor é um substituto perfeito do que é a ofertados por quaisquer outros produtos.
- Mobilidade: cada agente comprador e vendedor atua independente de todos os demais. A mobilidade é livre e não há quaisquer acordos entre os que participam do / no mercado.
- Permeabilidade: não há quaisquer barreiras para entrada ou saída dos agentes que atuam ou querem atuar no mercado. Barreiras técnicas, financeiras, legais, emocionais ou de qualquer outra ordem não existem.
- Preço limite: nenhum vendedor de produto pode praticar preços acima daquele que está estabelecido no mercado, resultante da livre atuação das forças de oferta e da

procura. Em contrapartida, nenhum comprador pode impor um preço abaixo dos de equilíbrio, o preço limite é dada pelo mercado.

- Extrapreço: não há qualquer eficácia em formas de concorrência fundamentadas em mecanismos extrapreço. A oferta de quaisquer vantagens adicionais, associáveis o produto ou fator, não faz qualquer sentido. Essa característica é subproduto da homogeneidade.
- Transparência: por fim, o mercado é absolutamente transparente. Não há qualquer agente que tenha informações privilegiadas ou diferentes daquelas que todos detêm. As informações que possam influenciar o mercado são perfeitamente acessíveis a todos.

4.2.2.Monopólio

O monopólio situa-se em outro extremo. Essa estrutura se situa no extremo oposto do da concorrência perfeita. As condições que caracterizam são:

- Unicidade: há apenas um vendedor, dominando inteiramente a oferta. Sob monopólio, os conceitos de empresa e de atividade sobrepõem-se. A indústria monopolista é constituída por uma única firma ou empresa.
- Insusituibilidatude: o produto da empresa monopolista não tem substituto. A necessidade que ela atende não tem como ser igualmente satisfeita por qualquer similar ou sucedâneo.
- Barreira: a entrada de um novo concorrente no mercado monopolista é, no limite, impossível. As barreiras de entrada são rigorosamente impedidas. Podem decorrer de disposições legais, de direitos de exploração outorgado pelo poder público a uma única empresa, do domínio de tecnologias de produção e de condições operacionais exigidas pela própria atividade.
- Poder: a expressão poder de monopólio é empregada para a caracteriza a situação privilegiada em que se encontram com monopolista, quanto as duas importantes variáveis do mercado preço e quantidades.
- Extrapreço: devido a seu pleno domínio sobre o mercado, os monopólios dificilmente recorrem às formas convencionais de mecanismos extrapreço, para estimular ou desestimular comportamentos de compradores.
- Opacidade: os monopólios são, por definição, opacos. O acesso a informações sobre fontes supridoras, processos de produção, níveis de oferta e resultados

alcançados dificilmente são abertos e transparentes. A empresa monopolista e caracteriza-se por ser impenetrável.

4.2.3 Oligopólios

As estruturas oligopolistas não se caracterizam por fatores determinantes puros e extremados. Os tipos possíveis, de fato, observadas na realidade são de alta variabilidade. Em todas as características desta estrutura de mercado, os conceitos são mais flexíveis, comparativamente aos casos extremados de concorrência perfeita e de monopólio.

- O número de concorrentes: geralmente, é pequeno. Palavras como limitados, poucos, alguns, vários, são empregadas para indicar o número de concorrentes nas estruturas oligopolistas.
- Diferenciação: outra característica de alta variabilidade se refere a fatores como homogeneidade, substitutibilidade e padronização dos produtos. Isto por que tanto podem ocorrer oligopólios de produtos diferenciados, como de produtos não diferenciáveis.
- Rivalização: tipicamente, os concorrentes que atuam sob condições de oligopólio são fortes rivais entre si. Há casos até de rivalizações que transparecem campanhas publicitárias e em práticas comerciais desviadas de padrões de ética e a lealdade. Mas, no outro extremo, encontra-se também situações de oligopólio em que os concorrentes se unem em acordos setoriais, todos respeitando rigorosamente as regras negociadas e definidas.

4.2.4. Concorrência Monopolística

Esta estrutura contém características que se encontram nas definições usuais de mercados perfeitamente competitivos e monopolizados. Na concorrência monopolística, o número de concorrentes é grande. O consumidor encontra facilmente substitutos, não ocorrendo dessa forma à caracterização essencial do monopólio puro. As características principais desta estrutura de mercado são:

- Competitividade: é elevado o numero de concorrentes, com capacidade de competição relativamente próximas.
- Diferenciação: o produto de cada concorrente apresenta particularidades capazes de distingui-lo dos demais e de criar um mercado próprio para ele.

- Substitutibilidade: embora cada concorrente tenha um produto diferenciado os produtos de todos os concorrentes substituem-se entre si. Obviamente, a substituição não é perfeita, mas é possível, conhecida e de fácil acesso.
- Preço-prêmio: a capacidade de cada concorrente controlar o preço depende do grau de diferenciação percebido pelo comprador. A diferenciação quando percebida e aceita, pode dar origem a um preço-prêmio, gerando resultados favoráveis e estimuladores.
- Baixas barreiras: as barreiras de entrada em mercados monopolisticamente competitivos tendem a ser baixas. Há relativa facilidade para ingresso de novas empresas no mercado.

Para Pinho e Vasconcellos (1998), embora presente, como a concorrência perfeita, uma estrutura de mercado em que existe um número elevado de empresas, a concorrência monopolista (também chamada concorrência imperfeita) caracteriza-se pelo fato de que as empresas produzem produtos diferenciados, embora substitutos próximos.

Por exemplo, diferentes marcas de cigarros, perfumes, sabonetes, refrigerantes etc. Trata-se, assim, de uma estrutura mais próxima da realidade que a concorrência perfeita, onde se supõe um produto homogêneo, produzido por todas as empresas.

Nesta estrutura, cada empresa tem certo poder sobre a fixação de preços. Ou seja, a curva de demanda com a qual se defronta é negativamente inclinada, embora bastante elástica, pois a existência de substitutos próximos permite aos consumidores alternativas para fugirem de aumentos de preços.

4.2.5. Monopsonio

Esta estrutura de mercado é caracterizada pela existência de muitos vendedores e um único comprador (Pinho e Vasconcellos, 1998). É uma estrutura que pode prevalecer especialmente no mercado de trabalho. Portanto, ou os trabalhadores empregam-se no monopsonio, ou precisam trabalhar em outra localidade, por exemplo.

A curva de oferta de trabalho indica quantas unidades serão empregadas, dado o preço do salário. Como o monopsonista precisa pagar salários mais elevados para obter unidades adicionais de trabalho, o custo marginal é crescente e, portanto, a curva de Custo Marginal situa-se acima da curva de oferta do fator, que é a sua curva de Custo Médio.

A consequência deste fato é que o Custo Marginal é superior ao preço pago ao trabalho marginal, porque ele deve pagar salários mais altos para todas as unidades já empregadas. Quando o monopsonista está em equilíbrio, maximizando o lucro, naturalmente igualando o Custo Marginal no valor do produto marginal do fator, ele paga um preço para o fator, que é inferior ao valor de seu produto marginal.

Comparando-se o monopsônio com a firma monopolista ou de concorrência perfeita, verifica-se que o preço pago pelo monopsônio é mais baixo.

Podemos definir também o oligopsônio, que se caracteriza por um pequeno número de firmas compradoras de um dado produto. Por exemplo, o setor automobilístico, na compra de auto-peças, os supermercados etc.

4.2.6. Monopólio bilateral

No monopólio bilateral, defrontam-se um monopolista e um monopsonista. Tipicamente, o monopolista deseja vender uma dada quantidade de produto por um preço relativamente alto, e o monopsonista pretende comprar a mesma quantidade por um preço o mais baixo possível. Como ambas as posições são conflitantes, somente a negociação recíproca permite a definição do preço. O preço final dependerá do poder de regateio de cada um dos oponentes.

VISÃO GERAL

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS QUATRO ESTRUTURAS BÁSICAS DE MERCADO				
Características	Concorrência perfeita	Monopólio	Oligopólio	Concorrência monopolística
1. Quanto ao número de empresas.	Muito grande.	Só há uma empresa.	Pequeno.	Grande.
2. Quanto ao produto	Padronizado. Não há quaisquer diferenças.	Não há substitutos satisfatórios.	Pode ser padronizado ou diferenciado.	Diferenciado.
3. Quanto ao controle das empresas sobre os preços.	Não há possibilidades de manobras pelas empresas.	Considerável, sobretudo quando não há intervenções restritivas.	Dificultado pela interdependência. Pode ser amplo, através de práticas conspirativas.	Há possibilidades. Porém limitadas.
4. Quanto à concorrência extrapreço.	Não é possível nem seria eficaz.	A empresa geralmente recorre a campanhas institucionais para salvaguardar sua imagem	É vital, sobretudo quando não há diferenciação dos produtos.	É considerável, exercendo-se através de marcas, patentes e prestação de serviços complementares.
5. Quanto às condições de ingresso na indústria.	Não há quaisquer obstáculos.	O ingresso é impossível. O surgimento de mais uma empresa implica no desaparecimento do monopólio.	Há consideráveis obstáculos.	São relativamente fáceis.

Fonte: Possamai (2001, p.42)

4.3 ANÁLISE MICROECONÔMICA

Pinho e Vasconcellos (1998) destacam que genericamente, a microeconomia é concebida como o ramo da Ciência Econômica voltado ao estudo do comportamento das unidades de consumo representadas pelos indivíduos e/ou famílias (estas desde que caracterizadas por um orçamento único), ao estudo das empresas, suas respectivas produções e custos e ao estudo da produção e preços dos diversos bens, serviços e

fatores produtivos. Desta maneira distingue-se da macroeconomia, porque esta se interessa pelo estudo dos agregados como a produção, o consumo e a renda da população como um todo.

Secundariamente, a microeconomia apresenta uma visão microscópica dos fenômenos econômicos, e a macroeconomia, uma ótica telescópica, isto é, esta última possui uma amplitude muito maior, apreciando o funcionamento da economia no seu global. A título comparativo, se fosse considerada uma floresta, a microeconomia estudaria as espécies vegetais que a compõem, ou seja, a composição do produto como um todo, enquanto a macroeconomia preocupar-se-ia com o nível do produto total.

Na visão de Dallagnol (2008), a análise microeconômica, ou teoria dos preços, como parte das ciências econômicas, preocupa-se em explicar como se determina o preço dos bens e serviços, bem como dos fatores de produção. O instrumental microeconômico procura responder também, a questões aparentemente simples; por exemplo, por que, quando o preço de um bem se eleva, a quantidade demandada desse bem deve cair, *ceteris paribus*.

Entretanto, deve-se salientar que, se a teoria microeconômica não é um manual de técnicas para tomadas de decisões do dia-a-dia, mesmo assim ela representa uma ferramenta útil para estabelecer políticas e estratégias, dentro de um horizonte de planejamento, tanto para empresa como para políticas econômicas.

Para as **empresas**, a análise microeconômica pode subsidiar as seguintes decisões:

- Política de preços da empresa;
- Previsões de demanda e faturamento;
- Previsões de custo de produção;
- Decisões ótimas de produção (escolha da melhor alternativa de produção, isto é, da melhor combinação de fatores de produção);
- Avaliação e elaboração de projetos de investimentos (análise de custo-benefício da compra de equipamentos, ampliação da empresa);
- Política de propaganda e publicidade (como as preferências dos consumidores podem afetar a procura do produto);
- Localização da empresa (se a empresa deve se situar próxima aos centros consumidores ou aos centros fornecedores de insumos);
- Diferenciação de mercados (possibilidade de preços diferenciados, em diferentes mercados consumidores do mesmo produto).
- Em relação à **política econômica**, a teoria microeconômica pode contribuir na análise de tomada de decisões das seguintes questões:
 - Avaliação de projetos de investimentos públicos;
 - Efeitos dos impostos sobre mercados específicos;
 - Política de subsídios (nos preços de produtos como trigo e leite, ou na compra de insumos como máquinas, fertilizantes);

- Fixação de preços mínimos na agricultura;
- Controle de preços;
- Política salarial;
- Política de tarifas públicas (água, luz e outras);
- Política de preços públicos (como petróleo, aço);
- Leis antitrustes (controle de lucros de monopólios e oligopólios).

Como se observa, são decisões necessárias ao planejamento estratégico das empresas e à política e programação econômica do setor público.

O estudo da teoria microeconômica envolve então os seguintes tópicos:

- **Análise da demanda** ou **procura** de uma mercadoria ou serviço;
- **Análise da oferta** de um bem ou serviço;
- **Análise das estruturas de mercado** – a partir da demanda e da oferta são determinados o preço e quantidade de equilíbrio de um dado bem ou serviço. O preço e a quantidade, entretanto, dependerão da particular forma ou estrutura desse mercado, ou seja, se ele é competitivo, com muitas empresas produzindo um dado produto, ou concentrado em poucas ou em uma única empresa. Na análise das estruturas de mercado avaliam-se os efeitos da oferta e da demanda, tanto no mercado de bens e serviços como no mercado de fatores de produção.

4.4 TEORIA DO CONSUMIDOR

4.4.1. A Demanda

A **demand** ou **procura** pode ser definida como a quantidade de certo bem ou serviço que os consumidores desejam adquirir em determinado período de tempo. (Dallagnol, 2008). A procura depende de variáveis que influenciam a escolha do consumidor. São eles:

- O preço do bem ou serviço; esta é a variável mais importante para que o consumidor decida o quanto vai comprar do bem; se o preço for considerado barato, provavelmente ele adquirirá maiores quantidades do que se for considerado caro;
- O preço de outros bens; se o consumidor deseja adquirir manteiga, por exemplo, ele não olhará somente o preço desta, mas também o preço de bens substitutos tais como a margarina ou o requeijão; da mesma forma, se ele desejar adquirir arroz, considerará não somente o preço do arroz, mas também o preço do feijão já que, em nosso país, o consumo destes bens está freqüentemente associado um ao outro;

- A renda do consumidor; embora muitas vezes o consumidor considere atrativo o preço do bem, ele pode não ter a renda (y) suficiente para comprá-lo;
- Hábitos ou preferência do indivíduo; esta é uma das variáveis mais importantes porque, embora o preço de um bem esteja adequado, o consumidor se não tiver o hábito não será influenciado pelo preço.

Para estudar-se a influência isolada dessas variáveis utiliza-se a hipótese *ceteris paribus*. Condição “*ceteris paribus*”: é impossível compreender a influência e importância de cada uma das variáveis, se elas sofrerem todas uma alteração ao mesmo tempo. Assume-se que o estudo da função *procura* é determinada por uma variável, sendo todas as demais constantes. Esta condição é conhecida em economia como a condição *ceteris paribus*.

Assim, por exemplo, caso se deseje saber o que ocorre com a demanda do bem X se o preço do mesmo aumentar é preciso supor que **todas as demais variáveis que influenciam a demanda permaneçam constantes**, de modo que a **variação da demanda seja atribuível exclusivamente à variação do preço**.

A demanda, ou procura, é definida como a quantidade de um bem ou serviço que o consumidor deseja comprar em um determinado período.

4.4.2. A Lei da Procura

As várias quantidades que os consumidores estarão dispostos e aptos a adquirir, em função dos vários níveis de preços possíveis, em determinado período de tempo representa a Lei da Procura. (POSSAMAI, 2001)

A REAÇÃO TÍPICA DOS CONSUMIDORES AOS NÍVEIS DOS PREÇOS

A reação típica dos consumidores aos níveis dos preços pode ser explicada por três razões:

- 1ª) Quanto mais altos os seus níveis, menor será o número de consumidores dispostos e efetivamente aptos para ingressar no mercado.
- 2ª) Efeito substituição.
- 3ª) Quanto maiores forem as quantidades disponíveis de um produto qualquer, menores serão os graus de sua utilidade marginal.

De acordo com Pinho e Vasconcellos (1998), a escolha do consumidor é influenciada por algumas variáveis que em geral serão as mesmas que influenciarão sua escolha em outras ocasiões. Dessa forma, costuma-se apresentar quatro determinantes de procura individual:

- I - preço do bem;
- II - preços dos outros bens;
- III – renda do consumidor
- IV - gosto ou preferência do indivíduo.

Em linguagem matemática se expressa estas relações da seguinte forma:

$$D_x = f(P_x, P_1, P_2, \dots, P_{n-1}, R, G)$$

Por exemplo, se diz que, *ceteris paribus*, a demanda é função do preço, sendo:

D_x = a demanda do bem x

P_x = o preço do bem x

P_i = o preço dos outros bens, $i = 1, 2, \dots, n-1$

R = renda

G = preferências

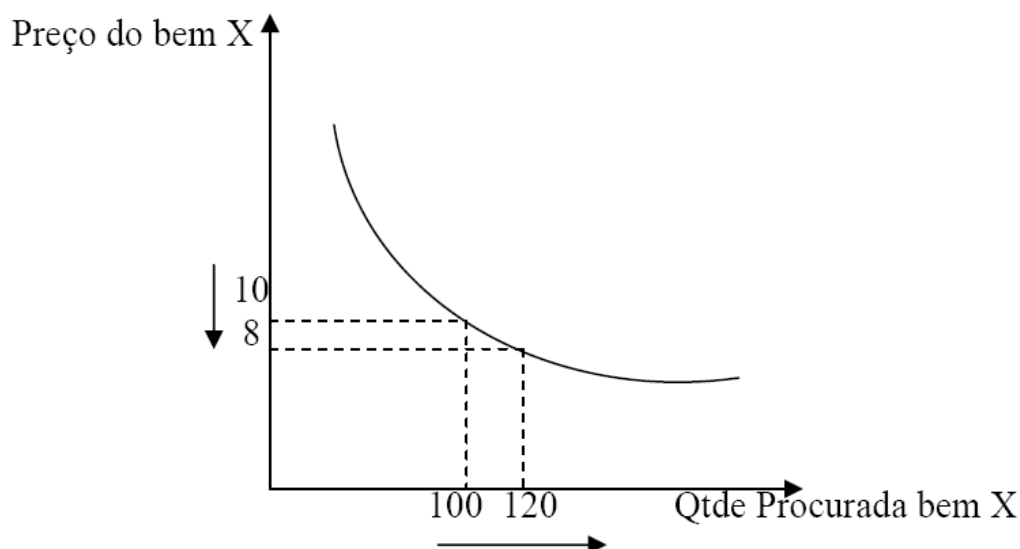
DESLOCAMENTOS DA PROCURA

Os fatores determinantes da procura são constituídos por um conjunto de elementos que podem alterar, para mais e para menos, a própria posição da curva, deslocando-a positiva ou negativamente. Entre outros, os enunciados a seguir são considerados os de maior importância:

- 1º) Dimensão do mercado;
- 2º) Variação do poder aquisitivo;
- 3º) Atitudes e preferências dos consumidores;
- 4º) Preços dos produtos substituídos;
- 5º) Expectativas sobre a evolução da oferta.

Curva de Demanda é a representação gráfica das diferentes quantidades de um bem que os consumidores estão dispostos a comprar aos diferentes preços por unidade de tempo. Lei da Demanda expressa a relação inversa existente entre a quantidade demandada de um bem e seu preço. Indica que quanto maior o preço de um bem, menor será a quantidade demandada desse bem. Também é chamada de **Lei da Procura**.

CURVA DE DEMANDA



Fonte: Dallagnol (2008, p.52)

Há uma relação inversamente proporcional entre a quantidade procurada e o preço do bem, *ceteris paribus*. É chamada **lei geral da demanda**. Os economistas supõem que a curva de procura revela as preferências dos consumidores, sob a hipótese de que estão maximizando sua utilidade, ou grau de satisfação no consumo daquele produto. Ou seja, subjacente à curva há toda uma teoria de valor, que envolve os fundamentos psicológicos do consumidor.

A curva de procura inclina-se de cima para baixo, no sentido da esquerda para a direita, refletindo o fato de que a quantidade procurada de determinado produto varia inversamente com relação ao seu preço, *ceteris paribus*.

A curva da demanda é **negativamente** inclinada devido ao efeito conjunto de dois fatores: efeito substituição e o efeito renda.

Efetivamente, a procura de uma mercadoria não é influenciada apenas por seu preço. Existe uma série de outras variáveis que também afetam a procura. Para a maioria dos produtos, a procura será também afetada pela renda dos consumidores, pelo preço dos bens substitutos (ou concorrentes), pelo preço dos bens complementares e pelas preferências ou hábitos dos consumidores. Se a **renda dos consumidores** aumenta e a demanda do produto também, temos um **bem normal**. Existe também uma classe de bens que são chamados de **bens inferiores**, cuja demanda varia em sentido inverso às variações da renda; por exemplo, se o consumidor ficar mais rico, diminuirá o consumo de

carne de segunda e aumentará o consumo de carne de primeira. Temos também o caso de **bens de consumo saciado**, quando a demanda de um bem não é influenciada pela renda dos consumidores (como arroz, farinha, sal).

Existe uma exceção à lei da demanda – o **bem de Giffen**. Essa situação, pouco provável de ocorrer na prática, conhecida como paradoxo de Giffen, acontece quando há uma relação direta entre preços e quantidade procurada do bem (curva de demanda positivamente inclinada). Como um exemplo, suponha que as pessoas consumam grande quantidade de um produto e que ocorra uma queda no preço desse bem. Com o aumento relativo do seu poder aquisitivo, as pessoas, em vez de gastar mais nesse produto, do qual já estão enfiadas, reduzem o seu consumo, demandando outros – ou seja, a queda de preço desse bem levou à queda em seu consumo, o que contraria a lei da demanda.

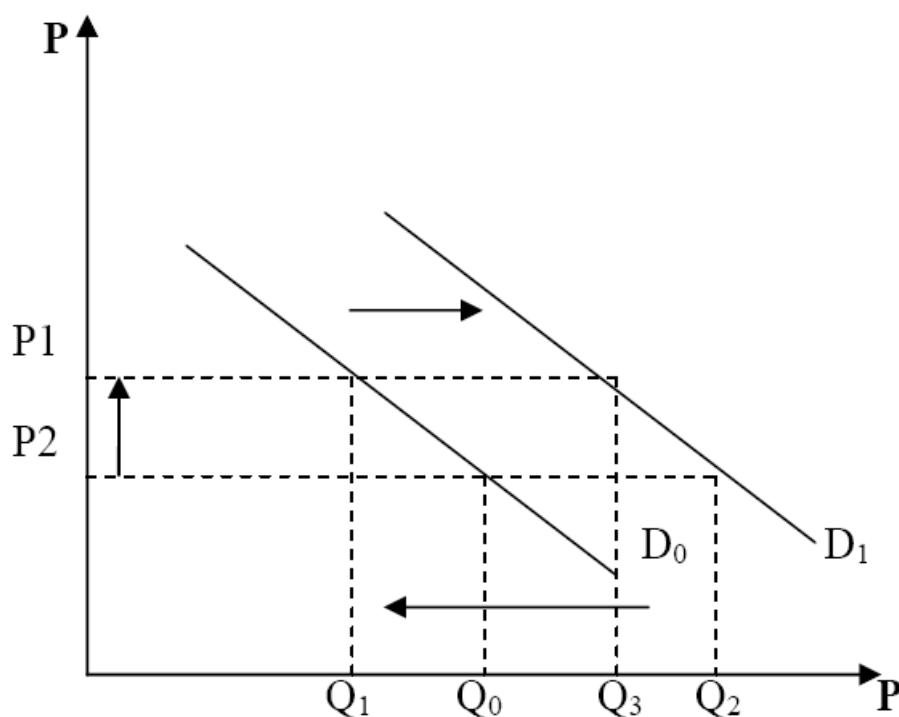
Distinção entre demanda e quantidade demandada

Embora tendam a serem utilizados como sinônimos, esses termos têm significados diferentes.

Por **demanda** entende-se toda a escala que relaciona os possíveis preços a determinadas quantidades.

Por **quantidade demandada** devemos compreender um ponto específico da curva relacionando um preço a uma quantidade. Assim, as alterações nas quantidades demandadas ocorrem ao longo da própria curva de demanda. Já alteração na demanda faz com que surja nova curva. Tudo o que foi exposto até agora se referia ao consumidor individual, mas vale também para o mercado como um todo, já que a curva de demanda do mercado resulta da agregação das curvas individuais.

ALTERAÇÃO NA DEMANDA E NA QUANTIDADE DEMANDADA



Fonte: Dallagnol (2008, p.54)

4.5 OFERTA DE MERCADO

De acordo com Dallagnol (2008), pode-se conceituar oferta como as várias quantidades que os produtores desejam oferecer ao mercado em determinado período de tempo. Da mesma maneira que a demanda, a oferta depende de vários fatores; dentre eles:

- De seu próprio preço;
- Do preço (custo) dos fatores de produção;
- Das metas ou objetivos dos empresários.

Diferentemente da função demanda, a função oferta mostra uma correlação direta entre as quantidades ofertadas e nível de preços, *ceteris paribus*. É a chamada lei geral da oferta.

A relação direta entre a quantidade ofertada de um bem e o preço desse bem deve-se ao fato de que, *ceteris paribus*, um aumento do preço de mercado estimula as empresas a elevar a produção; novas empresas serão atraídas, aumentando a quantidade ofertada do produto.

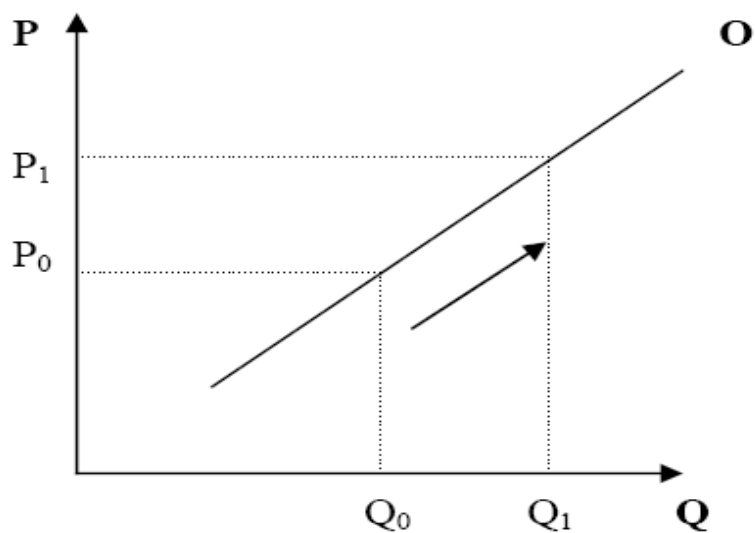
Além do preço do bem, a oferta de um bem ou serviço é afetada pelos custos dos fatores de produção (matérias-primas, salários, preço da terra), por alterações tecnológicas e pelo aumento do número de empresas. Fica claro, portanto, que a relação entre a oferta e o custo dos fatores de produção é inversamente proporcional. Por exemplo, um aumento dos salários ou do custo das matérias-primas deve provocar *ceteris paribus*, uma retração da oferta do produto.

A relação entre a oferta e nível de conhecimento tecnológico é diretamente proporcional, dado que as melhorias tecnológicas promovem melhorias da produtividade no uso dos fatores de produção, e, portanto aumento da oferta. Da mesma forma, há uma relação direta entre a oferta de um bem ou serviço e o número de empresas ofertantes do produto no setor. (DALLAGNOL, 2008)

Oferta e quantidade ofertada

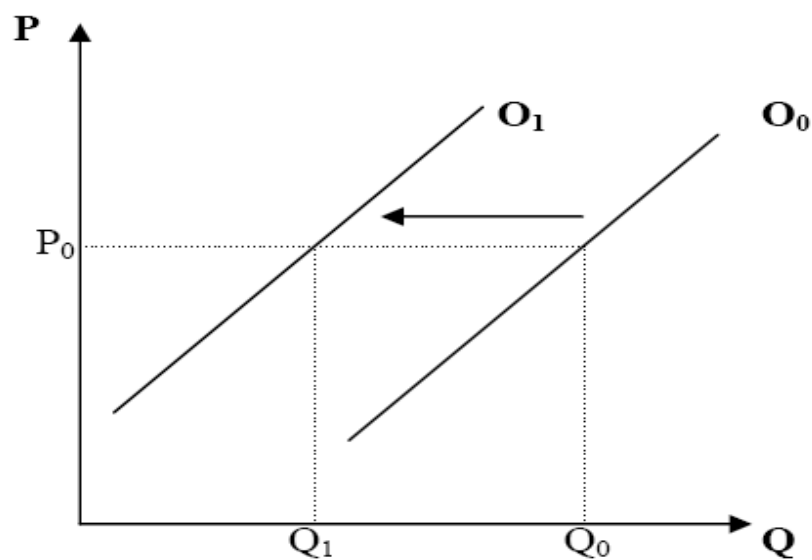
Como no caso da demanda, também deve-se distinguir entre a oferta e a quantidade ofertada de um bem. A oferta refere-se à escala (ou toda a curva), enquanto a quantidade ofertada diz respeito a um ponto específico na curva de oferta. Assim, um aumento no preço de um bem provoca um aumento da quantidade ofertada, *ceteris paribus*, enquanto uma alteração nas outras variáveis (como nos custos de produção ou no nível tecnológico) desloca a oferta (isto é a curva de oferta).

AUMENTO NA QUANTIDADE OFERTADA



DIMINUIÇÃO DA OFERTA

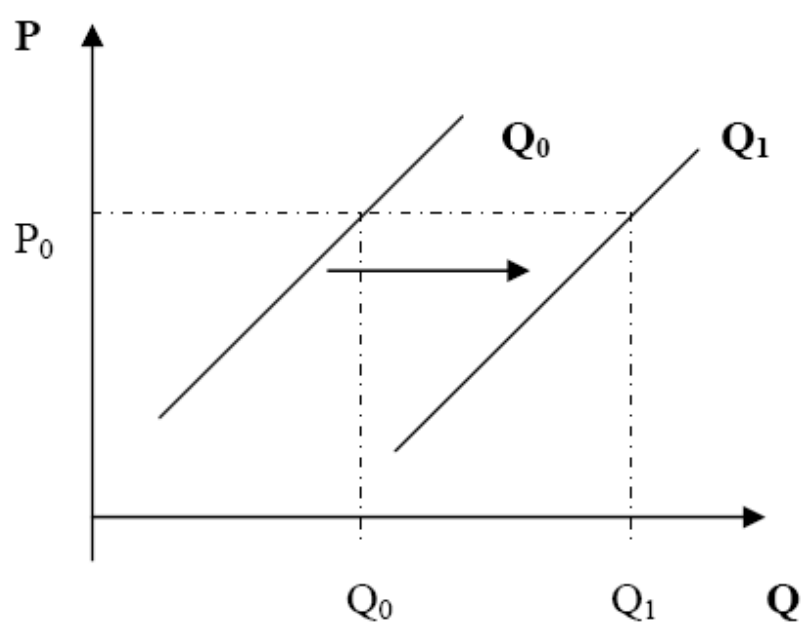
Fonte: Dallagnol (2008, p.55)



Fonte: Dallagnol (2008, p.55)

Por exemplo, conforme se observa na figura anterior, um aumento no custo das matérias-primas provoca uma queda da oferta, mantido o mesmo preço P_0 , *ceteris paribus*, as empresas são obrigadas a diminuir a produção.

AUMENTO DA OFERTA



Fonte: Dallagnol (2008), PG 56

Por outro lado, uma diminuição no preço dos insumos, ou uma melhoria tecnológica na utilização dos mesmos, ou, ainda um aumento no número de empresas no mercado, conduz a um aumento da oferta, dados os mesmos preços praticados, deslocando-se desse modo, a curva da oferta para a direita, conforme se observa na figura acima.

Do mesmo modo que a demanda, a oferta de um bem real depende de um conjunto de fatores. São eles: a tecnologia, os preços de fatores produtivos (terra, trabalho, capital etc.) e o preço do bem que se deseja oferecer. Se permanecerem constantes todos os fatores citados, menos o preço do bem que se oferece, obteremos a relação existente entre o preço de um bem, por exemplo, as laranjas, e a quantidade de laranjas que um agricultor desejaria oferecer por preço, por unidade de tempo. (DALLAGNOL, 2008)

- A *Curva de Oferta de Mercado* mostra a relação entre a quantidade de um bem oferecida por todos os produtores e seu preço, mantendo constantes os outros fatores (tecnologia, preço de fatores produtivos etc.).

4.5.1 Deslocamentos da Curva de Procura

A curva da *Procura* é traçada a partir da hipótese de que só varia o preço, mantendo-se todas as outras condições constantes.

- No entanto, qualquer alteração de uma das variáveis que anteriormente se supunham constantes, provocará um deslocamento da curva da Procura.
- Um *acréscimo* na Renda Média das Famílias provocará um deslocamento à direita da curva da Procura de Bens Normais, indicando que existe uma maior quantidade procurada para cada nível de preço possível.
- Um *decréscimo* na Renda Média das Famílias provocará um deslocamento à esquerda da curva da Procura de Bens Normais, indicando que existe uma menor quantidade procurada para cada nível de preço possível
- Quando a curva da procura se desloca de P_0 para P_1 , *maior* é a quantidade procurada a cada preço.

Tal aumento pode ser provocado por:

- Um aumento no preço de um bem substituto
- Uma diminuição no preço de um bem complementar
- Um aumento no rendimento (bem normal)
- Uma redistribuição do rendimento em benefício dos que favorecem o consumo do bem
- Uma alteração nas preferências de forma a favorecer o produto
- Quando a curva da procura se desloca de P_1 para P_0 , *menor* é a procura para cada preço.
- Tal diminuição pode ser provocada pelos fatores inversos aos citados.
- Se estamos perante uma situação em que se verifica uma alteração na *Procura*, isto é, uma quantidade procurada superior (ou inferior) para cada nível de preço, estamos perante uma deslocamento para a direita (ou esquerda) da curva da Procura.
- Se, no entanto, estivermos perante uma situação em que se verifica um acréscimo (decréscimo) da Quantidade Procurada devido a uma diminuição (aumento) do preço do bem, estamos perante um deslocamento ao longo da curva da Procura.

4.5.2. Deslocamentos da Curva de Oferta

OS DESLOCAMENTOS DA OFERTA

O mesmo raciocínio que desenvolvemos para a procura pode ser aplicado à oferta, se bem que os fatores determinantes desta última sejam bem diferentes dos que influencia, a primeira (Possamai, 2001). Em geral, os enunciados a seguir são considerados os de maior importância:

- (1º) Número de empresas potencialmente aptas;
- (2º) Condições da oferta dos recursos de produção;
- (3º) Preços dos diferentes recursos;
- (4º) Alterações na estrutura tecnológica;
- (5º) Expectativas sobre a evolução da procura;
- (6º) Expectativas sobre o comportamento dos preços.

ELASTICIDADE- PREÇO DA OFERTA

É a relação entre as diferentes quantidades de oferta de certas mercadorias, em função das alterações verificadas em seus respectivos preços. A elasticidade-preço da oferta de bens e serviços pode ser: oferta elástica, oferta de elasticidade unitária e oferta inelástica.

OFERTA ELÁSTICA

A expansão relativa das quantidades ofertadas é mais do que proporcional à expansão relativa dos preços. EXEMPLO: vestuário.

OFERTA DE ELASTICIDADE UNITÁRIA

A expansão relativa das quantidades ofertadas é rigorosamente proporcional à expansão relativa dos preços. EXEMPLO: como é difícil ocorrer esta situação num produto ou serviço, consideramos neste caso como uma situação apenas teórica.

OFERTA INELÁSTICA

A expansão relativa das quantidades ofertadas é menos do que proporcional à expansão relativa dos preços. EXEMPLO: cimento.

O detalhamento do conceito de elasticidade será realizado na sequência da apostila.

4.5.3. Equilíbrio de Mercado

Quando colocamos em contato consumidores e produtores com seus relativos planos de consumo e produção, isto é, com suas respectivas curvas de demanda e oferta em um mercado particular, podemos analisar como acontece a interação entre ambos os agentes.

Isoladamente, nem a curva de demanda, nem a curva de oferta poderiam nos dizer até onde podem chegar os preços ou em que medida os planos dos consumidores e dos produtores são compatíveis. Para isso, deve-se realizar um estudo conjunto de ambas as

curvas e proceder por tentativa e erro, analisando para cada preço a possível compatibilidade entre a quantidade vendida e a demandada.

O preço de equilíbrio, e a quantidade oferecida e demandada (comprada e vendida) denomina-se **quantidade de equilíbrio**. Costuma-se também dizer que o preço de equilíbrio *zera o mercado*.

Na situação de equilíbrio igualam-se as quantidades oferecidas e demandadas. Quando o preço é maior que o de equilíbrio, por exemplo, R\$ 7,00 por quilo de laranja, a quantidade que os produtores desejam oferecer (120 kg) excede à quantidade que os demandantes desejam adquirir (50 kg), ou seja, provoca um excesso de oferta. E, devido à pressão da mercadoria excedente, que não é vendida, a concorrência entre os vendedores fará o preço descer até a situação de equilíbrio. Ao contrário, se o preço é menor que o de equilíbrio, por exemplo, R\$ 2,00 por quilo de laranja, a quantidade que o demandante deseja adquirir (110 kg) é maior que a oferecida pelos produtores (40 kg), isto é, há *excesso de demanda*. Nesse caso, os compradores que não obtiveram a quantidade desejada do produto pressionarão a elevação de preços até adquirir a quantidade desejada.

O preço de equilíbrio é aquele que coincidem os planos de demandantes ou consumidores e dos ofertantes ou produtores.

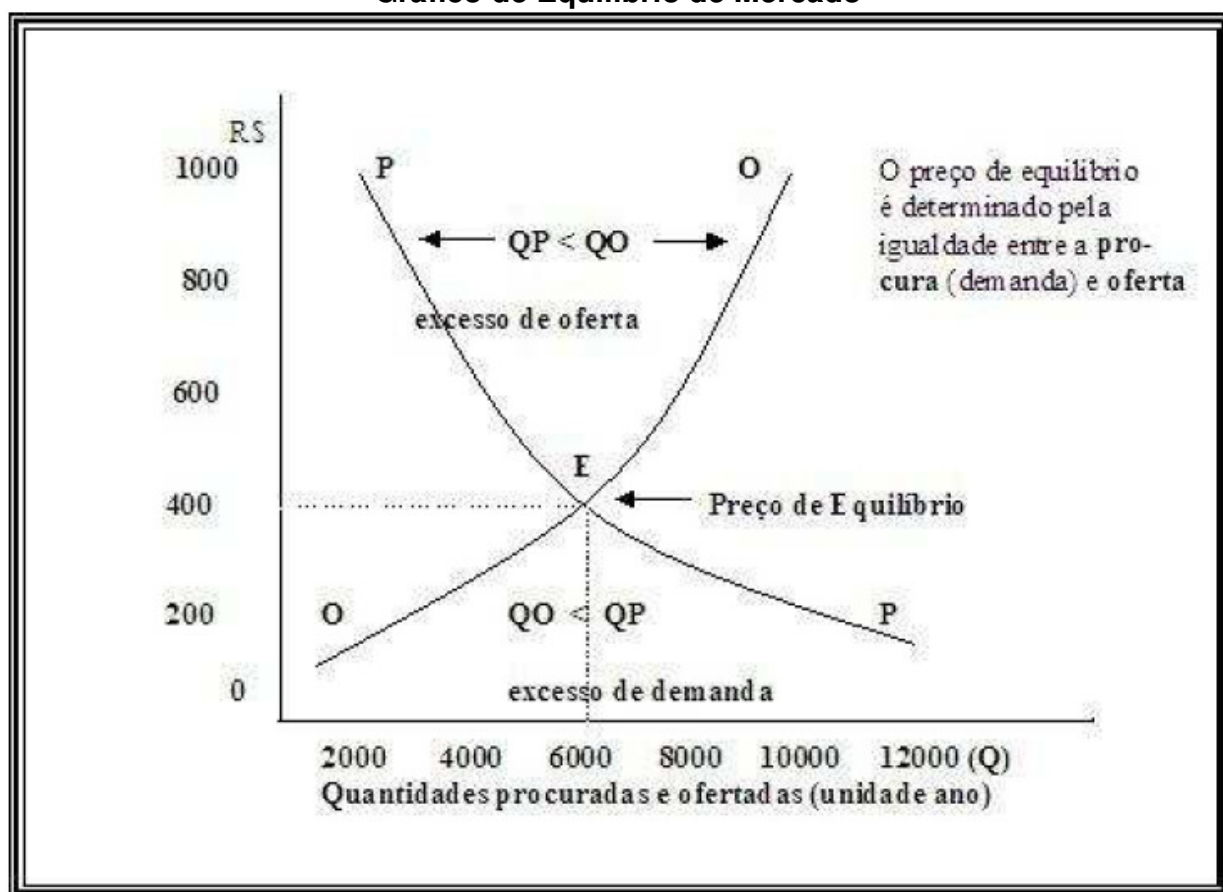
Na visão de Dallagnol (2008), são as forças e os mecanismos de mercado, através das **leis da oferta e da procura**, que conduzem à fixação de um preço de equilíbrio, capaz de harmonizar o permanente conflito de interesses entre os produtores e os consumidores.

O **preço de equilíbrio** que ajusta os interesses dos que realiza a **oferta** e dos que exercem a **procura** é o resultado de um prolongamento do jogo de ensaios e de erros. Partindo da hipótese de o mercado está submetido a uma situação de concorrência perfeita, o **preço de equilíbrio** será determinado pela **livre** manifestação das **forças da oferta e da procura**.

- No Preço de Equilíbrio, a quantidade procurada se iguala a quantidade oferecida.
- Graficamente, o equilíbrio ocorre na intersecção das curvas da Procura e da Oferta.
- Para qualquer preço inferior, haverá excesso de procura e o preço tenderá a aumentar; para qualquer preço acima do de equilíbrio, haverá um excesso de oferta e o preço tenderá a baixar.
- O *Preço de Equilíbrio* é aquele onde as quantidades procurada e oferecida se igualam.

Quando aquela igualdade não se verifica, diz-se que o mercado não está em equilíbrio ou está em desequilíbrio.

Gráfico de Equilíbrio de Mercado



Fonte: Dallagnol (2008, p.58)

Hipóteses relativas a um mercado concorrencial ou competitivo

- 1) as curvas da procura têm um declive negativo em toda a sua extensão;
- 2) as curvas da oferta têm um acento positivo em toda a sua extensão;
- 3) verifica-se uma alteração do preço, se e só se houver excesso de procura: no sentido da subida se o excesso de procura for positivo, e no sentido da descida se o excesso de procura for negativo.

Implicações das hipóteses do mercado concorrencial ou competitivo

- 1) só pode haver um preço para o qual a quantidade procurada e oferecida se igualam;
- 2) só ao preço de equilíbrio o preço de mercado é constante;
- 3) se verificar um deslocamento da curva da procura ou da curva da oferta, também o preço e a quantidade de equilíbrio se alterarão.

As Quatro Leis da Oferta e da Procura

- 1 - Um acréscimo na procura de um bem provoca um acréscimo no preço e quantidade de equilíbrio.
- 2 - Um decréscimo na procura de um bem provoca um decréscimo no preço e quantidade de equilíbrio.
- 3 - Um acréscimo na oferta de um bem provoca um decréscimo no preço de equilíbrio e um acréscimo na quantidade de equilíbrio.
- 4 - Um decréscimo na oferta de um bem provoca um acréscimo no preço de equilíbrio e um decréscimo na quantidade de equilíbrio.

4.5.4. Movimento de Preços

Para Dallagnol (2008) há uma distância grande entre os conceitos de **procura** e de **quantidades procuradas**. Como vimos anteriormente, as quantidades procuradas depende dos possíveis níveis de preços dos produtos: se reunirmos, de um lado, esses diferentes níveis de preços e, de outro, as correspondentes quantidades procuradas, obtem-se uma **curva da procura**. No entanto, a **procura** depende de uma série de fatores que nada tem a ver com os preços de mercado inicialmente supostos.

Os fatores determinantes da **procura** são constituídos por um conjunto de elementos que podem alterar, para mais e para menos a própria **posição da curva**, deslocando-a positiva ou negativamente. Os de maior importância são:

- 1) Dimensão do mercado (D)
- 2) Variação do poder aquisitivo (V)
- 3) Atitude e preferências dos consumidores (A)
- 4) Expectativa sobre a evolução da oferta (E); E
- 5) Preços dos produtos substitutos ($P_a \dots P_k \dots P_n$).

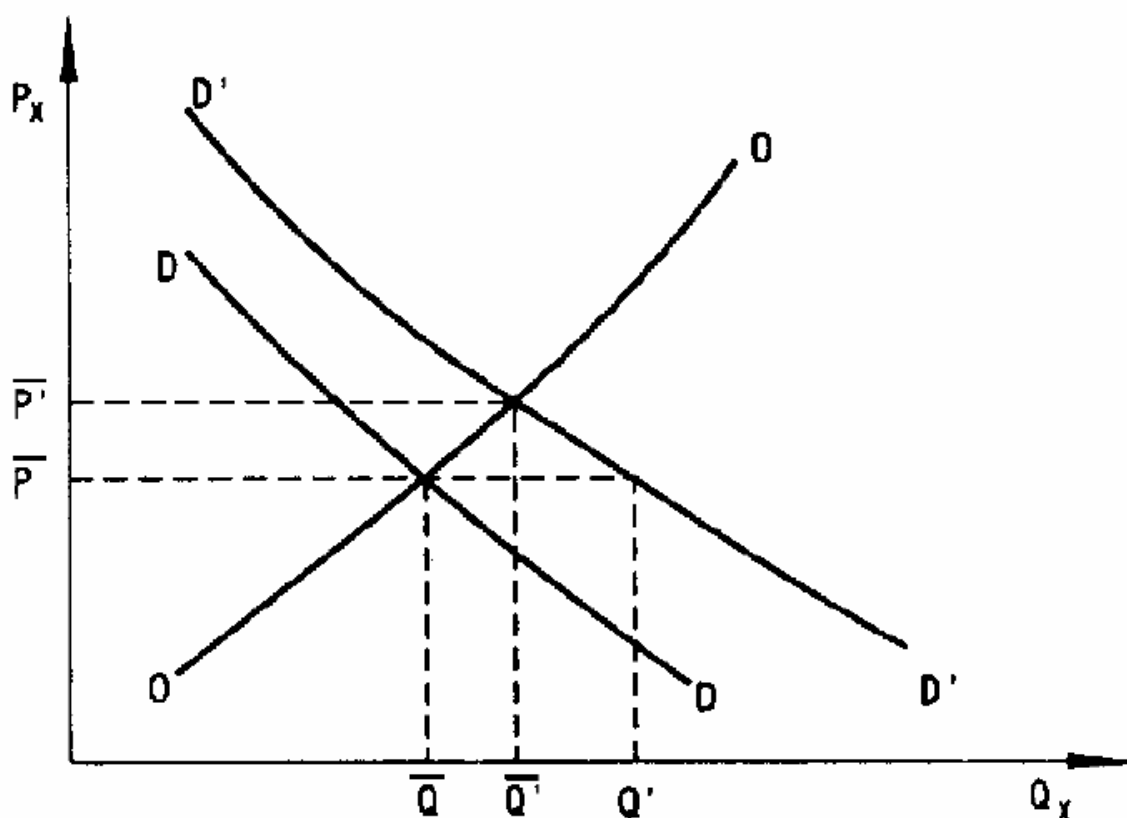
Assim, os fatores determinantes da **procura (P)** é uma relação funcional de dependência, que pode ter a seguinte notação matemática:

$$P = f(D, V, A, E, Pa...Pk...Pn)$$

O primeiro destes fatores (dimensão do mercado - D), que é primeiramente determinado pelo número de consumidores economicamente aptos, é um dos mais importantes determinantes da procura. Quando **aumenta** a dimensão do mercado, através do aumento da população apta a consumir, a curva de determinado produto sofre um deslocamento **positivo**, pois certamente haverá, *para todos os níveis de preços possíveis*, um número maior de consumidores dispostos e aptos a ingressar no mercado.

O mesmo se pode dizer do segundo fator (variação do poder aquisitivo – A), basicamente determinado pelo crescimento da renda disponível das unidades familiares, provocando também uma expansão da procura de determinado produto.

O deslocamento pode ser provocado por outros fatores: atitude de preferência do consumidor (que, aliás, podem ser manejadas pelas campanhas publicitárias); expectativas sobre a evolução da oferta (escasseamento ou maior abundância do produto no mercado) e; preços dos produtos substitutos similares ou sucedâneos também podem produzir **aumentos e diminuições** nas escalas de procura, alterando para mais ou para menos. A figura a seguir demonstra graficamente o deslocamento.



Fonte: Pinho e Vasconcellos (1998, p.112)

É importante observar que essas **variações da procura** são bem diferentes das **variações de quantidades procuradas**. As variações de quantidades procuradas realizam-se ao longo da curva inicialmente definida. As variações na procura são capazes de definir novas **curvas da procura**.

O deslocamento **negativo** teria sido provocado, por exemplo, por uma redução do mercado, por uma queda do poder aquisitivo ou ainda por uma modificação negativa das atitudes e preferências dos consumidores. No segundo caso, o **deslocamento positivo** a influência desses fatores teria sido exatamente o inverso: a dimensão do mercado teria sido expandida, o poder aquisitivo teria sido ampliado, as atitudes e expectativas da coletividade passariam a ser mais favorável ao produto, enquanto os preços dos produtos substitutos também registrariam alterações que favoreciam a procura do produto considerado.

O deslocamento (positivo ou negativo) da curva da oferta

O mesmo raciocínio desenvolvido para a procura pode ser aplicado à oferta, no entanto os fatores determinantes deste são bem diferentes dos que influencia a procura. Os fatores que influenciam a curva da oferta são:

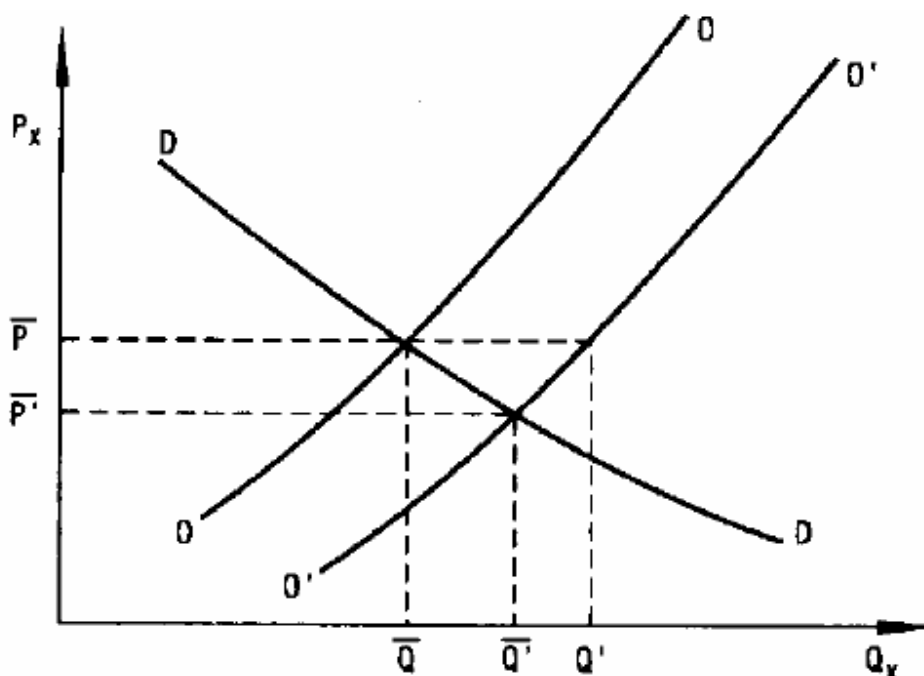
- 1) Número de empresas potencialmente aptas (N)
- 2) Condições dia-a-dia oferta dos recursos de produção (C)
- 3) Preço dos diferentes recursos (Pa... Pk... Pn)
- 4) Alterações na estrutura tecnológica (T)
- 5) Expectativa sobre a evolução da procura (E)
- 6) Expectativa sobre o comportamento dos preços (P).

Assim, pode-se afirmar que esses fatores são os principais determinantes da **oferta (O)**, existindo uma relação funcional de dependência, que pode ter a seguinte conotação matemática:

$$O = f(N, C, Pa... Pk... Pn, T, E, P)$$

Esses seis fatores exercem apreciáveis influências sobre a oferta inicialmente definida para determinado produto. O ingresso de mais uma empresa no mercado certamente vai provocar uma alteração para mais na correspondente curva da oferta, *para todos os níveis de preços possíveis*. Isto também ocorrerá se houver uma expansão (com a conseqüente absorção) dos recursos de produção disponível ou, então, uma alteração na estrutura tecnológica, capaz de possibilitar sensíveis reduções no custo de produção e, em conseqüência, um aumento do número de produtores dispostos a expandir os níveis anteriores da oferta, aos preços de mercado possíveis.

Também aqui será importante observar que essas **variações da oferta** são bem diferentes das **variações nas quantidades ofertadas**. As variações nas quantidades ofertadas realizam-se ao longo da curva inicialmente definida, enquanto as variações da oferta são capazes de definir novas curvas. A figura a seguir mostra graficamente o deslocamento positivo e negativo da curva da oferta.

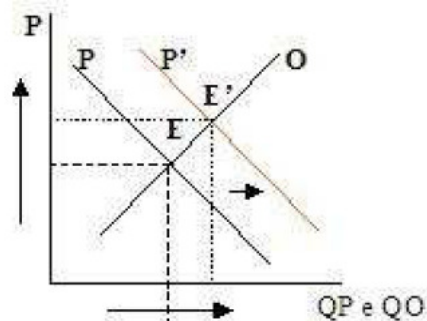


Fonte: Pinho e Vasconcellos (1998, p.113)

O grau de competitividade com que os produtores e consumidores se dispõem a vender e comprar são identificados pelo comportamento das curvas de oferta e demanda. Lembre-se que a demanda e a oferta são também determinadas por outras variáveis além de preços. Assim, a quantidade de determinada mercadoria que os produtores desejam vender depende não só dos preços, mas também de seu custo de produção, incluindo salários, despesas financeiras e custos de matérias-primas. E que, a quantidade demandada depende da renda total disponível dos consumidores.

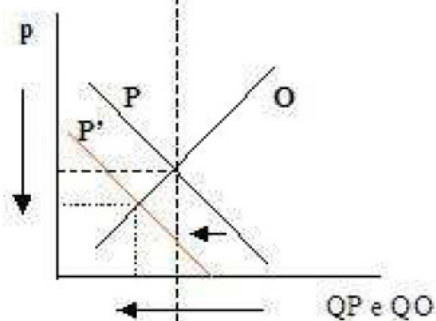
É preciso compreender como as curvas da oferta e demanda se modificam, em resposta a mudanças de variáveis como salários, custos de capital e renda.

Na figura a seguir podemos verificar o deslocamento da Procura e da Oferta e o Movimento dos Preços.



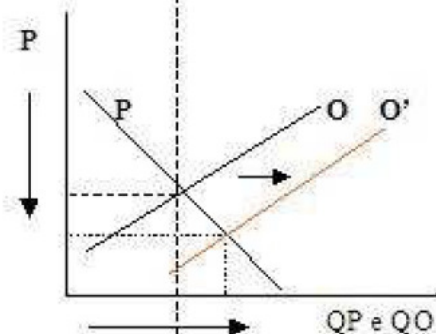
Hipótese (a)

Uma expansão da procura, mantendo-se inalterada a oferta, perturbará o equilíbrio do mercado: aumentarão, ao mesmo tempo, as quantidades transacionadas e os preços.



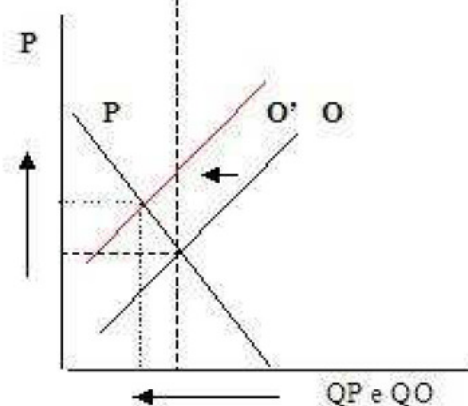
Hipótese (b)

Uma redução da procura, mantendo-se inalterada a oferta, perturbará o equilíbrio do mercado: cairão as quantidades transacionadas e os preços também.



Hipótese (c)

Uma expansão da oferta, mantendo-se inalterado a procura, perturbará o equilíbrio do mercado: maiores quantidades serão transacionadas a preços mais baixos.



Hipótese (d)

Uma redução da oferta, mantendo-se inalterada a procura, perturbará o equilíbrio do mercado: menores quantidades serão transacionadas a preços mais altos.

Fonte: Dallagnol (2008, p.62)

4.6. ELASTICIDADE

4.6.1. Conceitos de Elasticidade

Possamai (2001) aborda diferentes conceitos relacionados com a elasticidade em economia:

ELASTICIDADE – PREÇO DA PROCURA

É a relação entre as diferentes quantidades de procura de certas mercadorias, em função das alterações verificadas em seus respectivos preços.

A elasticidade – preço de procura de bens e serviços podem ser: procura elástica, procura de elasticidade unitária e procura inelástica.

PROCURA ELÁSTICA

A expansão relativa das quantidades procuradas é rigorosamente proporcional à redução relativa dos preços. EXEMPLO: carne e cerveja.

PROCURA DE ELASTICIDADE UNITÁRIA

A expansão relativa das quantidades procuradas é rigorosamente proporcional à redução dos preços. EXEMPLO: como é difícil ocorrer esta situação num produto ou serviço, consideramos neste caso como uma situação apenas retórica.

PROCURA INELÁSTICA

A expansão relativa das quantidades procuradas é menos do que proporcional à redução relativa dos preços. EXEMPLO: sal e combustíveis.

4.6.2. Elasticidade Preço – Demanda

Em Pinho e Vasconcellos (1998) se vê que mudanças nos preços dos bens, *ceteris paribus*, provocam mudanças nas quantidades procuradas. Suponha-se que uma situação de equilíbrio que seja modificada por um aumento da oferta. A nova posição de equilíbrio vai depender da curva de procura do referido bem.

Para Dallagnol (2008) a elasticidade preço – demanda é a relação existente entre as modificações relativas observadas nas quantidades procuradas, decorrentes de

alterações relativas introduzidas nos preços. Mede a reação da quantidade demandada de um produto a uma variação de seu preço.

Ou seja, as quantidades procuradas variam em função do nível de preços. Uma curva típica de procura mostra que uma alteração **para mais** no nível de preços provoca, conseqüentemente, uma alteração **para menos** nas quantidades procuradas. Estas, portanto, são sensíveis aos preços. No entanto, o **grau de sensibilidade** não é igual para todos os bens e serviços disponíveis no mercado. Na verdade, cada produto, pelo menos cada classe de produto, parece ter uma curva de procura diferente, quanto à sua concavidade ou inclinação, indicando que são diferentes as suas **sensibilidades** às variações de preços.

Para certos produtos, uma pequena variação nos preços pode provocar uma alteração acentuada nas quantidades procuradas. Para outros, pode ocorrer exatamente o inverso; mesmo uma alteração muito acentuada nos preços não é capaz de provocar grandes modificações nas quantidades procuradas. E há casos em que as variações preços-quantidade são rigorosamente proporcionais. (DALLAGNOL, 2008)

Esses diferentes **graus de sensibilidade** podem ser quantificados através do conceito formal da **elasticidade-preço da procura**. Assim, a elasticidade-preço é a relação existente entre as modificações relativas (ou percentuais) observadas nas quantidades procuradas, decorrentes de alterações relativas (ou percentuais) introduzidas nos preços. Assim, podemos considerar que **elasticidade-preço da procura** (\mathcal{E}) em determinado ponto da curva pode ser aproximadamente medida pela seguinte expressão:

$(\mathcal{E}) = \text{Modificação percentual da quantidade procurada}$

$\text{Modificação percentual do preço}$

Suponha-se, por exemplo, que o preço de determinado produto sofre uma redução real de 30%; caso as quantidades procuradas aumentem 30%, dizemos que esse produto apresenta **elasticidade-preço unitária** ($\mathcal{E}) = 1$. Ou seja ($\mathcal{E}) = |1,0|$. Essa rigorosa proporcionalidade poderá não ocorrer com outros produtos.

Em alguns casos, uma redução real de 30% no preço pode conduzir, suponhamos, a um aumento de apenas 15% nas quantidades procuradas; nesse caso, o valor de (\mathcal{E}) seria inferior à unidade – aproximadamente $|0,5|$ - definindo uma procura **inelástica** ($\mathcal{E}) < 1$ em relação do preço.

Conversamente, em outros casos, uma mesma redução real de 30% no preço poderia conduzir, suponhamos, a um aumento percentual de 45% nas quantidades procuradas,

definindo, portanto, um valor de (\mathcal{E}) superior à unidade – aproximadamente $|1,5|$. Nesse terceiro caso, estaríamos diante de uma procura **elástica** ($\mathcal{E} > 1$) em relação ao preço.

Além dessas três suposições fundamentais, poderíamos, teoricamente, definir duas outras situações extremas. Uma delas, representada por uma curva paralela ao eixo horizontal; nessa hipótese, o valor de (\mathcal{E}) tenderia para o infinito, definindo um caso de procura **perfeitamente elástica**. Uma Segunda suposição extrema seria representada por uma curva perpendicular ao eixo horizontal; o valor de (\mathcal{E}) tenderia para zero, definindo um caso de procura **anelástica, rígida** ou **plenamente inelástica** em relação ao preço.

ELASTICIDADE-PREÇO DA DEMANDA		
ELÁSTICA	INELÁSTICA	ELASTICIDADE UNITÁRIA
$\epsilon > 1$	$\epsilon < 1$	$\epsilon = 1$
<ul style="list-style-type: none"> ➤ uma Δ % do preço resulta numa $\Delta >$ da qtde demandada; ➤ qdo a demanda é mais elástica, os consumidores são + sensíveis às Δ de preço ➤ se os consumidores são muito sensíveis aos preços, sua demanda é elástica; ➤ qdo surgem mais substitutos de um bem, a demanda fica + elástica ➤ o principal fator que eleva a elasticidade de demanda por um bem são os bens substitutos ➤ se aumentar a renda aumenta a quantidade demandada. ➤ Ex.: bens de luxo 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ uma certa Δ % do preço causa uma $\Delta <$ na qtde demandada; ➤ a qtde demandada não responde muito a Δ de preço; ➤ qdo demanda é inelástica, os consumidores são mais insensíveis às Δ de preços. ➤ Os bens que os consumidores consideram “uma necessidade” geralmente têm demanda inelástica; ➤ Os consumidores tem menos sensibilidade aos preços. ➤ Ex.: bens de primeira necessidade, açúcar. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Uma certa Δ % do preço causa a mesma Δ % da quantidade demandada.; ➤ Ex.; caso o preço de determinado produto sofra uma redução de 30%; caso as quantidades procuradas aumentem 30%, dizemos que esse produto apresenta uma elasticidade-preço unitária.

FONTE: Dallagnol (2008, p.64)

Em geral, a elasticidade da demanda por uma mercadoria depende da disponibilidade de outras mercadorias que possam ser substituídas por ela. Quando existem substitutos próximos, um aumento no preço faz com que o consumidor passe a comprar menos de tal mercadoria, e mais de seu substituto. Neste caso, a demanda é preço-elástica. Quando não existe substituto próximo a demanda tenderá a ser inelástica. Para produtos alimentares, principalmente os *in natura*, o comportamento da demanda muitas vezes é preço-inelástico, dada a reduzida substitutibilidade destes produtos.

Em síntese, as elasticidades descrevem o grau de reação da oferta e da demanda às variações de preço, de renda ou de outras variáveis.

A ELASTICIDADE-CRUZADA DA DEMANDA

A elasticidade-cruzada da demanda refere-se à variação percentual da quantidade demandada por algumas mercadorias resultante de 1% de aumento no preço de outra mercadoria. Por exemplo, pelo fato de manteiga e margarina poderem facilmente ser substituídas uma pela outra, a demanda de cada uma delas depende do preço da outra. Neste caso, a elasticidade da demanda de manteiga em relação ao preço da margarina seria expressa como:

Em termos práticos, há vários fatores que influenciam o grau da elasticidade-preço da procura:

- _ Essencialidade do produto
- _ Substitutibilidade
- _ Periodicidade de aquisição
- _ Importância no orçamento

A **essencialidade do produto** é outro importante fator; os bens essenciais tendem a ter uma curva de procura menos elástica do que os bens considerados supérfluos, ou seja, ainda que os preços aumentem os consumidores não podem prescindir deles, conseqüentemente, as variações relativas em suas quantidades procuradas tendem a ser menos que proporcional às variações em seus preços. Ex.: combustível, gás de cozinha. **(inelástica)**

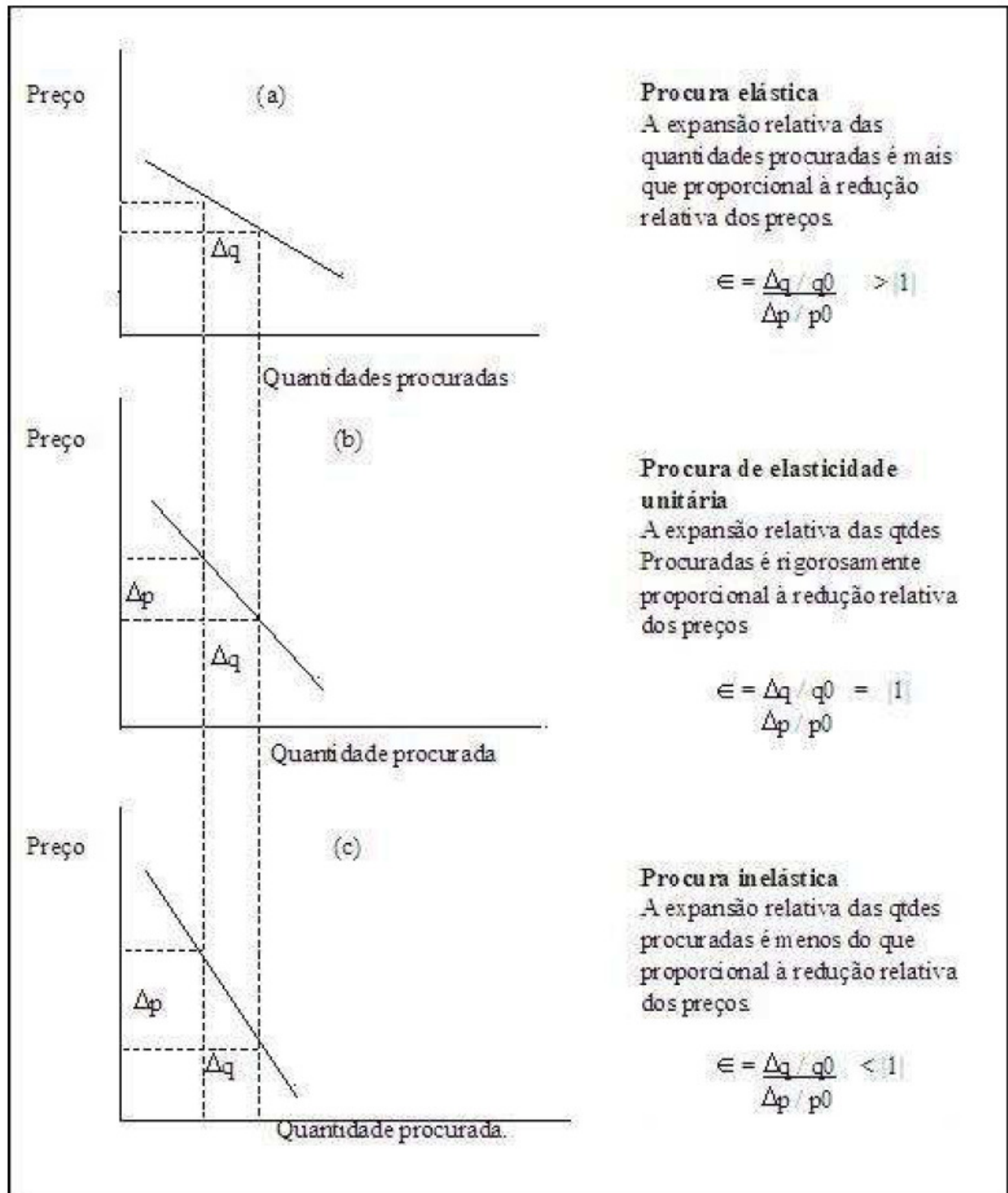
Hábito – a rigidez ou a flexibilidade de hábitos de consumo é também forte fator determinante da elasticidade-preço da demanda. No limite, a sustentação de hábitos que se transformam em vícios praticamente independe do preço dos bens que os satisfazem. Ex.: cigarro, hábito de leitura. **(inelástica)**.

Substitutibilidade – quanto maior o número de produtos que se substituem mutuamente, maiores os coeficientes de elasticidade-preço de todos eles. A **existência ou não de substitutos perfeitos** para um produto é um dos principais determinantes da sua elasticidade-preço (**elástica**); evidentemente, os produtos que **não** têm substitutos ou similares tendem a ter uma curva de procura caracteristicamente **inelástica**; mas, à medida que passam a existir substitutos, o grau de elasticidade-preço tende a aumentar.

Periodicidade de aquisição - a participação do produto no orçamento familiar e a periodicidade com que ele é adquirido; especiarias, como cravo-da-índia e a noz-moscada, ou mesmo o sal, tendem a ser **inelástica**; as alterações percentuais em suas quantidades procuradas são pouco sensíveis à alterações havidas nos preços. O intervalo de tempo entre uma e outra aquisição do produto é também apontado como fator determinante da elasticidade-preço da procura. Grandes intervalos podem apagar da memória os preços de referência, variações nos preços desses produtos tendem a não serem percebidos pelo consumidor, reproduzindo-se em baixa variação nas quantidades procuradas.

CONCEITOS	SIGNIFICADOS	VALOR DO COEFICIENTE
Procura elástica	As quantidades procuradas são relativamente sensíveis a alterações de preços. Ou seja, se houver uma queda no preço de um dado produto, as quantidades procuradas crescem mais do que proporcional	$\infty > \epsilon > 1 $
Procura de elasticidade unitária	As variações nas quantidades procuradas são rigorosamente proporcionais às variações nos preços. Ou seja, se diminuir em 30% o preço de um bem, haverá um aumento de 30% nas quantidades procuradas	$\epsilon = 1 $
Procura Inelástica	As variações nas quantidades procuradas são relativamente insensíveis à alteração nos preços. Ou seja, se houver uma queda nos preços de um produto (10%), as quantidades procuradas são menos do que proporcional a ele (5%).	$0 < \epsilon < 1 $
Procura perfeitamente elástica	A procura é definida por um único preço. Qualquer variação reduz a zero as quantidades procuradas. Ou seja, se houver um aumento no preço de um dado produto, haverá uma redução a zero das quantidades procuradas	$\epsilon = \infty$
Procura anelástica	As quantidades procuradas são dadas e não reagem a preços. Ex.: sal	$\epsilon = 0$

Fonte: Dallagnol (2008, p.66)



Fonte: Dallagnol (2008, p.67)

A elasticidade da oferta

O conceito de elasticidade-preço aplica-se também à **oferta**. Como vimos, uma curva típica da oferta mostra que uma alteração para mais no nível de preços provoca uma alteração também para mais nas quantidades ofertadas. No entanto, não há razões para supor que, para quaisquer bens e serviços, as quantidades ofertadas sejam igualmente sensíveis às variações introduzidas nos preços. Na realidade, também no caso da oferta, há diferentes graus de **sensibilidade**, conduzindo a diferentes coeficientes de elasticidade-preço.

Esses diferentes graus de sensibilidade podem ser quantificados através do conceito formal de **elasticidade-preço da oferta**. É a relação existente entre as modificações relativas (ou percentuais) observadas nas quantidades ofertadas, decorrentes das alterações relativas (ou percentuais) verificadas nos preços.

A **elasticidade-preço da oferta** (n), em determinado ponto da curva, pode ser aproximadamente medida pela seguinte expressão:

(n) = Modificação percentual da quantidade ofertada

Modificação percentual do preços

Suponha-se, por exemplo, que o preço de determinado produto sofre um aumento real de 30%, devido a oscilações inesperadas do mercado; caso as quantidades ofertadas aumentem também em 30%, dizemos que a elasticidade-preço da oferta é **unitária**. Em outros casos, não sendo possível aos produtores aumentar as quantidades ofertadas na rigorosa proporção do aumento havido nos preços, diz-se que a oferta é **inelástica**, seria o caso de uma expansão de apenas 15%, em resposta a uma expansão de 30% nos preços praticados. Por outro lado, caso um aumento de 30% nos preços resultar em um aumento de 45% nas quantidades ofertadas, estaremos diante de uma oferta **elástica**, cujo coeficiente é maior que um.

O sinal da elasticidade-preço da oferta, contrariamente ao que ocorre no caso da procura, é positivo. Isto porque, tratando-se de curvas típicas de oferta, os preços e as quantidades caminham sempre em igual direção. Uma expansão de preços (modificação percentual positiva) conduz a um aumento nas quantidades ofertadas (modificação percentual também positiva). E as reduções nos preços conduzem também a redução nas quantidades ofertadas.

Os **determinantes dos graus de elasticidade-preço da oferta** são, essencialmente:

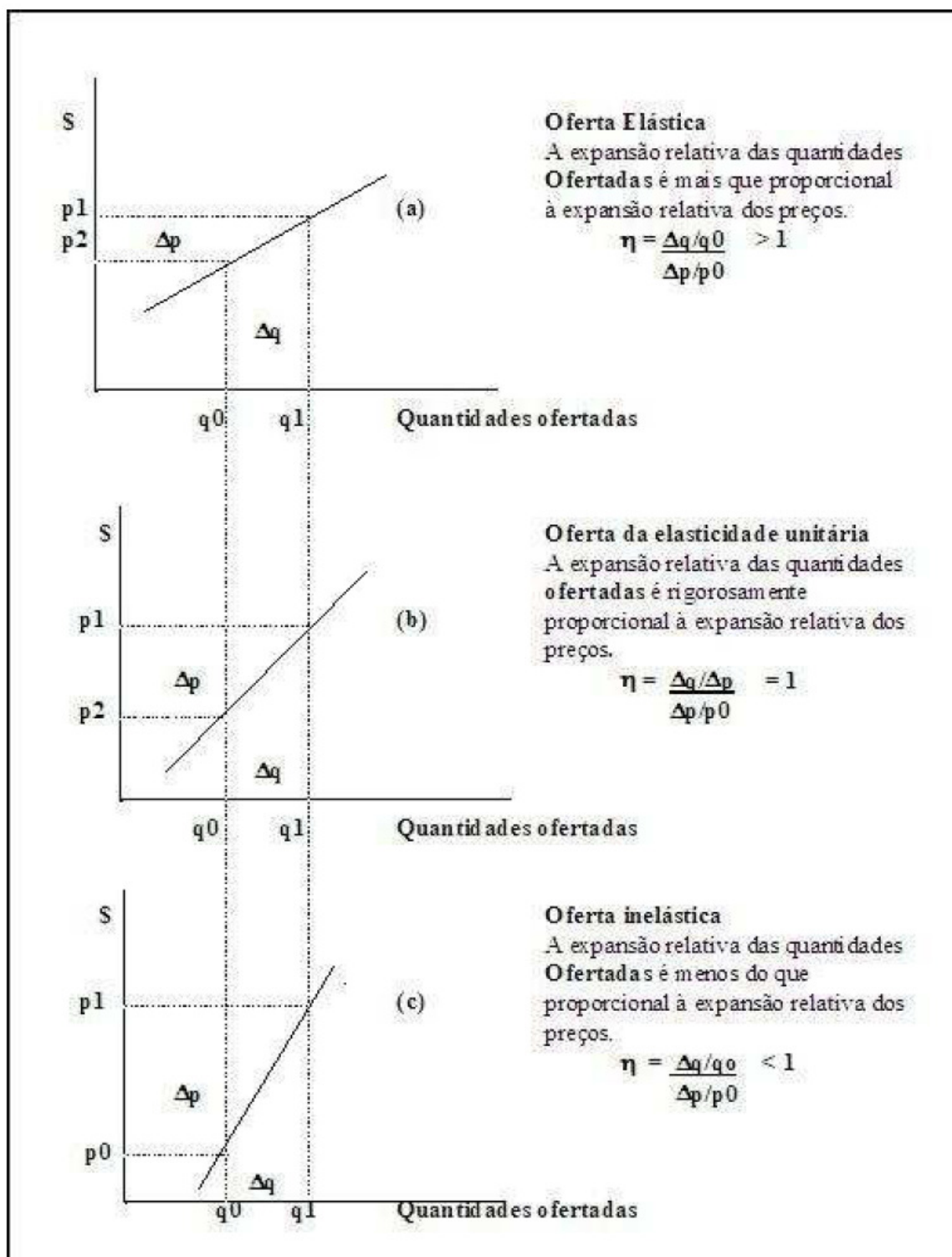
- O fator tempo e,
- A disponibilidade de recursos de produção.

Assim, quanto mais flexível for a disponibilidade de fatores, tanto mais elástico poderão ser os resultantes coeficientes de elasticidade-preço da oferta.

Os principais **fatores determinantes** da elasticidade-preço da oferta são:

- * A disponibilidade de fatores de produção;
- * Defasagem de resposta. Fator tempo exigido pelo processo produtivo.

Na figura a seguir encontra-se uma visualização gráfica da classificação da elasticidade-preço da oferta:



Fonte: Dallagnol (2008, p.69)

5. MACROECONOMIA E GRANDES AGREGADOS

O principal objetivo da teoria econômica é analisar como são determinados os preços e as quantidades dos bens produzidos e dos fatores de produção existentes na economia Pinho e Vasconcellos (1998). A partir de meados da segunda metade do século XIX, os economistas estruturaram um método de análise que iria consagrar-se posteriormente, denominado escola neoclássica. O princípio básico dessa escola era o da racionalidade dos agentes econômicos, ou seja, perante uma série de opções, os indivíduos, livremente, escolheriam aquela opção que considerariam mais vantajosa.

A fim de verificar como se determinavam os preços e quantidades produzidas, esses economistas criaram duas entidades básicas: o consumidor e a firma. O consumidor seria uma entidade abstrata que teria por objetivo maximizar alguma função (tradicionalmente coloca-se como objetivo básico a maximização da utilidade), enquanto as firmas, ao decidirem aspectos relativos sobre os preços a serem cobrados ou as quantidades a serem produzidas, tomariam tais decisões, procurando maximizar também alguma função objetiva. Neste caso, tem sido tradicional a colocação dos lucros como variável a ser Maximizada

Desta forma, percebe-se a necessidade de se dar um tratamento mais agregativo e empírico à análise econômica. E aqui surge o espaço para a Macroeconomia. Ela tem por objetivo fundamental analisar como são determinadas as variáveis econômicas de maneira agregada. Saber se o nível de atividades tem crescido ou diminuído, se os preços têm crescido etc., a nível agregado. É claro que a Microeconomia também analisa variáveis agregadas, como, por exemplo, o mercado de automóveis, que inclui uma série de tipos de automóveis fabricados. Entretanto, a Macroeconomia faz agregações absolutas, pois agrega todos os tipos de bens produzidos.

A Teoria Macroeconômica ganhou grande impulso, a partir da década de 30, com Keynes, que inclusive é considerado seu fundador. Evidentemente, os economistas anteriores a Keynes sempre tiveram preocupações a respeito do desempenho da economia no seu agregado. Entretanto, a linha predominante dos economistas acreditava que as economias de mercado tinham a capacidade de, sem a interferência do governo, utilizar de maneira eficiente todos os recursos disponíveis, ou seja, produzir a nível de pleno emprego desses recursos.

A partir do momento que as economias tivessem esta capacidade, o nível de produto e de emprego já estariam determinados, representando a efetiva disponibilidade de recursos. Assim, duas das principais variáveis que a Teoria Macroeconômica tinha por objetivo analisar já estariam determinadas. Neste momento, os economistas acoplavam a chamada Teoria Quantitativa da Moeda para determinar o nível de preços e a taxa

salarial, fixando assim outras duas variáveis. Analisando o mercado de títulos, através dos esquemas de ofertas de poupança por parte dos agentes superavitários e da demanda de recursos por parte dos agentes deficitários, determinava-se a taxa real de juros, conforme Pinho e Vasconcellos (1998).

Keynes mostrava que contrariamente aos resultados apontados pela teoria neoclássica, as economias capitalistas não tinham a capacidade de promover automaticamente o pleno emprego. Assim, abria-se a oportunidade para a ação governamental, através de seus clássicos instrumentos (política monetária ou fiscal) para direcionar a economia rumo à utilização total dos recursos. Enquanto para os economistas neoclássicos a ação governamental deveria restringir-se à produção dos chamados bens públicos (como, por exemplo, segurança, educação etc.), a partir de Keynes, o governo tinha não apenas a oportunidade, mas também a necessidade de orientar sua política econômica no sentido de promover a plena utilização dos recursos disponíveis na economia.

5.1 AGREGADOS

5.1.1 Conceitos

A mensuração do resultado da atividade social de produção conduz inicialmente à distinção de vários conceitos como de Produto e Renda Nacional, todos relevantes para a moderna análise macroeconômica.

O Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto exprime a estimativa do valor da produção, a preços de mercado, realizadas dentro do território econômico do país. Este conceito de território inclui o território terrestre, o espaço aéreo e as águas territoriais do país, as jazidas e as explorações nas plataformas ligadas aos territórios de outros países e exploradas sob regime concessionário, os “enclaves” e extraterritoriais fora das fronteiras geográficas do país (embaixadas, consulados, bases militares e bases de exploração e pesquisa científica) e os equipamentos móveis (barcos de pesca, navios, aeronaves, satélites artificiais e plataformas flutuantes).

Todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico, depurados das transações intermediárias, incluem-se no valor agregado do PIB, independentemente de recursos mobilizados serem ou não de propriedade de residentes no País.

O PIB é, assim, um agregado que independe do país onde residam os proprietários dos recursos de produção que foram mobilizados em sua geração. Desde que a atividade

produtora seja situada dentro do território econômico do país, é computada na avaliação do PIB. Esta é a razão de ser do designativo interno.

No caso do Brasil, o PIB é o agregado mais expressivo, em termos monetários. Sua estimativa supera a do Produto Nacional Bruto.

O Produto Nacional Bruto a preço de mercado

O Produto Nacional Bruto exclui a parcela dos bens e serviços finais que, não obstante tenha sido produzida dentro do território econômico do país, não é de propriedade de residente no país. O designativo nacional decorre de que o conceito de PNB exclui os rendimentos (sob as formas de salários, juros, aluguéis, arrendamentos, royalties, direitos de patente, lucros e outras formas mistas de pagamentos de fatores produtivos) pagas a proprietários residentes em outros países. Esta diferenciação decorre de que os países não utilizam na geração do seu PIB apenas recursos de propriedade de residentes.

Devido às transferências internacionais de tecnologia e de outras categorias de fatores de produção, nem todos os recursos mobilizados dentro dos territórios econômicos de cada país podem ser considerados como pertencentes à nação que os recebem e que nela exercem suas atividades produtivas.

Todos os países utilizam, em maior ou menor grau, recursos pertencentes a não-residentes, ao mesmo tempo e, que seus residentes fornecem recursos a outros países. Os fluxos de renda correspondentes são registrados em contas específicas do balanço internacional de pagamentos. Quando o balanço registra, em síntese, rendimentos líquidos recebidos do exterior, os fatores pertencentes a residentes e mobilizados por outros países, superam os fatores de propriedade de não-residentes mobilizados internamente. Mas quando esse registro vem sob a forma de rendimentos líquidos enviados ao exterior, os recursos de não-residentes utilizados dentro do território econômico do país foram proporcionalmente superiores ao que os residentes fornecem ao exterior.

No caso do Brasil, o PNB é inferior ao PIB. O Brasil remete anualmente, pelo uso de fatores produtivos, mais rendimentos para o exterior do que recebe. Os direitos sobre recursos de estrangeiros mobilizados internamente superam as remunerações correspondentes aos fatores de propriedade de residentes no país, mas utilizadas em outras economias. Conseqüentemente, o fluxo de rendimentos do país ao exterior aos dos direitos recebidos de outros países. O produto não é inteiramente nacional.

O Produto Nacional Bruto a Custos de Fatores

Trata-se de agregado que incorpora todas as remunerações de fatores de produção pagas a residentes no país, mais os impostos indiretos deduzidos dos subsídios. É,

portanto, agregação de salários, aluguéis, juros, lucros, depreciações e impostos indiretos líquidos. Para passarmos da avaliação a preços de mercado para a avaliação a custos de fatores, basta, portanto subtrair da primeira as estimativas correspondentes aos impostos indiretos, somando-se os subsídios.

O conceito de Produto Nacional Bruto a custo de fatores é, portanto, bastante simples. Como nos preços de mercado incluem-se os impostos indiretos líquidos, sua dedução implica a apuração dos custos dos fatores produtivos.

A Renda Disponível

O conceito de Renda Disponível é geralmente subdividido em duas categorias, nas tabelas estatísticas divulgadas pelo Centro de Contas Nacionais do Brasil: a renda disponível do setor privado e a do setor público.

Para o caso da Renda Disponível do setor privado, a estimativa deve partir do PNB a custo de fatores. A este agregado cabe acrescentar as transferências governamentais, feitas pelo governo sob as formas de pagamentos de assistência, previdência e outras formas de pensões e benefícios, sem que tenha havido qualquer fluxo correspondente de produção. Incorpora-se ainda às transferências, os juros da dívida pública interna, pagos pelo governo ao setor privado, definindo-se então o total da renda recebida. Todas estas categorias de transferência não fazem parte, todavia, dos fluxos considerados para as estimativas do PNB, consideram-se as atividades governamentais, dentro do agregado da produção do setor terciário da economia (onde se classificam as diferentes esferas do governo). No exercício de suas atividades, o governo, além de recolher impostos indiretos (que fazem parte dos preços de mercado), recolhe ainda impostos diretos (que incidem sobre as diferentes categorias de renda de fatores) e obtém outras formas de receitas não tributárias.

Assim, cabe deduzir os valores líquidos dessas receitas públicas, ao mesmo tempo em que se adicionam os pagamentos de transferências, para se chegar ao conceito de Renda Disponível do setor privado. Para a estimativa da Renda Disponível do setor público, não necessário partir dos diferentes conceitos de PNB. Basta somar as receitas tributárias (diretas e indiretas), as receitas não tributárias e deduzir a concessão de subsídios e os pagamentos de transferência e de juros da dívida pública interna.

5.2 POLÍTICA MACROECONÔMICA

5.2.1 Política econômica

Dallagnol (2007) afirma que a política econômica é determinada por um conjunto de medidas governamentais, que atuam sobre a Economia do país. Consiste na determinação dos setores ou pólos econômicos, que prioritariamente devem ser impulsionados e desenvolvidos, mediante apoio técnico, financeiro ou fiscal. Como não é possível atuar de forma efetiva em todos os campos da Economia, o governo deve priorizar determinados setores que mais necessitam da ação do Estado e canalizar recursos orçamentários para apoiar uma ação, que deve ser minuciosamente estudada para que os recursos sejam aplicados de forma eficiente e eficaz.

Embora estejamos passando por um momento do pensamento econômico com predominância do pensamento liberal, há aceitação mais ou menos geral da importância da ação do governo na Economia. A divergência está no modo como esta ação deve ser conduzida.

Além das funções sociais de educação, saúde e justiça, o governo detém responsabilidade sobre a economia do país, mesmo quando o sistema dominante é o de mercado, ou liberal.

São as seguintes as metas de políticas macroeconômicas:

Alto nível de emprego

Estabilidade de preços

Distribuição de renda socialmente justa

Crescimento econômico.

As questões relativas ao emprego e à inflação são consideradas como conjunturais, de curto prazo. É a preocupação central das chamadas *políticas de estabilização*. As questões relativas ao crescimento são predominantemente de longo prazo, enquanto o problema da distribuição de renda envolve aspectos de curto e longo prazo

Alguns textos colocam também como meta o equilíbrio no balanço de pagamentos, mas estes não apresentam um objetivo em si mesmo, mas um meio, um instrumento para se atingir as quatro metas assinaladas.

Alto nível de emprego

Pode-se dizer que a questão do desemprego, a partir dos anos 30, permitiu um aprofundamento da análise macroeconômica. Surgiu o livro de John Maynard Keynes – Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda –, em 1936, que forneceu aos governantes os instrumentos necessários para que a economia recuperasse seu nível de emprego potencial ao longo do tempo.

Deve-se salientar que antes da crise dos anos 30, a questão do desemprego não preocupava a maioria dos economistas, pelo menos nos países capitalistas. Isso porque

predominava o pensamento liberal que acreditava que os mercados, sem interferência do Estado, conduziam a economia ao pleno emprego de seus recursos, ou a seu produto potencial: milhões de consumidores e milhares de empresas, como que guiados por uma “mão invisível”, determinariam os preços e a produção de equilíbrio, e, desse modo, nenhum problema surgiria no mercado de trabalho.

De fato, desde a Revolução Industrial, em fins do século XVIII, até o início do século XX, o mundo econômico parece ter funcionado mais ou menos assim. Entretanto, a evolução da economia mundial trouxe em seu bojo, novas variáveis, como o surgimento dos sindicatos dos trabalhadores, os grupos econômicos e o desenvolvimento do mercado de capitais e do comércio internacional, de sorte a complicar e trazer incertezas sobre o funcionamento da economia. A ausência de políticas econômicas levou à quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, e uma crise de desemprego atingiu todos os países do mundo ocidental nos anos seguintes. (DALLAGNOL, 2007)

Com a contribuição de Keynes, contudo, fincaram-se as bases da nova Teoria Macroeconômica, e da intervenção do Estado na economia de mercado. Na verdade, Keynes praticamente inaugurou uma questão da macroeconomia que perdura até hoje – qual deve ser o grau de intervenção do Estado na economia e, em que medida ele deve ser produtor de bens e serviços. A corrente de economistas liberais (hoje neoliberais) prega a saída da produção de bens e serviços, enquanto outra corrente de economista apregoa um maior grau de atuação do Estado na atividade econômica.

Estabilidade de preços

Define-se inflação como um aumento contínuo e generalizado no nível geral de preços, acarretando distorções, principalmente sobre a distribuição de renda, sobre a expectativa dos agentes econômicos e sobre o balanço de pagamentos. Este elemento macroeconômico será detalhado mais adiante.

Distribuição eqüitativa de renda

A economia brasileira cresceu razoavelmente entre o fim dos anos 60 e a maior parte da década de 1970. Apesar disso, verificou-se uma disparidade muito acentuada de nível de renda, tanto na área pessoal como no campo regional. Isso fere, evidentemente, o sentido de eqüidade ou justiça.

No Brasil, os críticos do “milagre” argumentavam que havia piorado a concentração de renda do país, nos anos de 1967-1973, devido a uma política deliberada do governo baseada em, crescer primeiro para depois distribuir (a chamada Teoria do Bolo).

A posição oficial era de que certo aumento na concentração de renda seria inerente ao próprio desenvolvimento capitalista, dada as transformações estruturais que ocorrem

(êxodo rural, com trabalhadores de baixa qualificação, aumento da proporção de jovens etc.). Nesse processo gera-se uma demanda por mão-de-obra qualificada, a qual, por ser escassa, obtém ganhos extras. Assim, o fator educacional seria a principal causa da piora distributiva. O economista Mario Henrique Simonsen argumentava que há “desigualdades com mobilidade”, isto é, o indivíduo permanece pouco tempo na mesma faixa salarial e tem facilidade de ascensão. Isso seria um fator importante para a convivência com má distribuição de renda. (DALLAGNOL, 2007)

Deve ser observado que, embora tenha ocorrido no Brasil uma concentração de renda naquele período, a renda média de todas as classes aumentou. O problema é que, embora o pobre tenha ficado menos pobre, o rico ficou relativamente mais rico no período considerado.

Crescimento Econômico

Se existem desemprego e capacidade ociosa, pode-se aumentar o produto nacional através de políticas econômicas que estimulem a atividade produtiva. Mas, feito isso, há um limite à quantidade que se pode produzir com os recursos disponíveis.

Aumentar o produto além desse limite exigirá:

- a) Ou um aumento nos recursos disponíveis;
- b) Ou um avanço tecnológico (ou seja, melhoria tecnológica, novas maneiras de organizar a produção, qualificação de mão-de-obra).

Quando falamos em crescimento econômico, estamos pensando no crescimento da *renda nacional per capita*, ou seja, em colocar à disposição da coletividade uma quantidade de mercadorias e serviços que supere o crescimento populacional. A renda per capita é considerada um razoável indicador – o mais operacional – para se aferir a melhoria do padrão de vida da população, embora apresentem falhas (os países árabes têm as melhores rendas per capita, mas não o melhor padrão de vida do mundo).

Durante os anos 60 e 70, começaram a surgir dúvidas em relação à importância do crescimento como meta principal da política econômica. Nos países desenvolvidos tem-se considerado a questão da piora do meio ambiente (poluição, degradação etc.). Nos países em desenvolvimento (ou economias emergentes), como o Brasil, o rápido crescimento dos anos do chamado “milagre econômico” coincidiu com uma redistribuição de renda a favor dos segmentos mais ricos da população.

Inter-relação e conflitos entre objetivos

Os objetivos não são independentes uns dos outros, podendo inclusive ser conflitantes. Atingir uma meta pode ajudar a alcançar outra. O crescimento pode facilitar a solução dos problemas da pobreza, pois se podem abrandar conflitos sociais sobre a divisão do bolo

produtivo quando ele aumenta. Nesse sentido, poder-se-ia aumentar a renda dos pobres sem diminuir a dos ricos.

Entretanto no Brasil, e em outros países em desenvolvimento, as metas de crescimento e a eqüidade distributiva têm-se mostrado conflitantes, uma vez que o aumento do nível de poupança (necessário para aumentar os investimentos geradores de crescimento) parece ser mais facilmente obtido através de uma distribuição desigual de renda – (especificamente aumentando a parte dos lucros e da poupança dos mais ricos na renda nacional).

Outro conflito pode ser observado entre as metas de redução de desemprego e a estabilidade de preços. É fato observável que, quando o desemprego diminui e a economia aproxima da plena utilização dos recursos, passam a ocorrer pressões por aumentos de preços, principalmente nos setores fornecedores de insumos básicos (aço, embalagens, matérias-primas), o que explica o freqüente controle do crescimento do consumo pelas autoridades para não provocar inflação.

5.2.2. Instrumentos de Política Econômica

De acordo com Dellagnol (2007), o domínio do conhecimento acerca do macroambiente econômico é de suma importância para empresários, homens de negócio, tomadores de decisão e para todas as pessoas de forma generalizada, a dona de casa, o estudante, o político, o profissional, pois os acontecimentos que ocorrem na esfera macroeconômica afetam a vida de todos.

Cabe ao governo, a política macroeconômica, as quais têm como última função a de estabilizar/controlar os grandes agregados macroeconômicos. A política macroeconômica envolve a atuação do governo sobre a capacidade produtiva (oferta agregada) e despesas planejadas (demanda agregada), com o objetivo de permitir que a economia opere em pleno emprego, com baixa taxa de inflação e uma distribuição justa de renda. Dentro dessa função do setor público, os principais agregados econômicos são: taxa de juros, crescimento econômico, nível de preços, taxa de desemprego e taxa de câmbio.

Assim, para que esses objetivos do setor público sejam alcançados de forma eficaz, o governo utiliza-se de um conjunto de políticas e instrumentos econômicos destacados a seguir.

POLÍTICA MONETÁRIA

A política monetária tem como objetivo controlar a oferta de moeda na economia. Determinar a quantidade de moeda (dinheiro) na economia é função do Conselho Monetário Nacional (CMN¹), com participação do Banco Central do Brasil (BACEN). Ao determinar a quantidade de dinheiro, tem-se a formação da taxa de juros, ou seja, a taxa de juro pode ser simplificada interpretada como sendo o “preço do dinheiro”. (DALLAGNOL, 2007)

A lógica da política monetária consiste em controlar a oferta de moeda (liquidez) para determinar a taxa de juros de referência do mercado. Nesse sentido, o Banco Central, seja qual for o país, eleva a taxa de juros², enxugando (diminuindo) a oferta monetária, e a reduz atuando de forma inversa.

A seguir é apresentado um panorama global das taxas de juros atualmente praticadas em muitos países do mundo.

Taxas de Juros no Mundo

Taxas de juros dos últimos 12 meses descontada a inflação dos últimos 12 meses (out/07-set/08)			Taxas de juros atuais descontadas a inflação projetada para os próximos 12 meses		
Ranking	País	Taxa ano	Ranking	País	Taxa ano
1	Austrália	5,60%	1	Brasil	7,90%
2	Brasil	5,30%	2	Hungria	5,50%
3	Turquia	4,60%	3	Turquia	5,10%
4	China	2,80%	4	Austrália	4,70%
5	Hungria	2,60%	5	México	2,70%
6	México	2,40%	6	China	2,20%
7	Colômbia	1,90%	7	Colômbia	2,00%
8	Alemanha	1,20%	8	Polônia	1,40%
9	Polônia	1,10%	9	Alemanha	0,80%
10	França	1,10%	10	França	0,70%
11	Hong Kong	1,10%	11	Holanda	0,60%
12	Holanda	1,00%	12	Portugal	0,60%
13	Portugal	1,00%	13	Dinamarca	0,30%

¹ CMN: Conselho Monetário Nacional - É o principal órgão do Sistema Financeiro Nacional, criado pela Lei 4.595 de 1964. Determinada a sua competência quanto a ser órgão disciplinador do Mercado de Capitais pela Lei 4.728 de 14 de julho de 1965, o Conselho Monetário Nacional também substitui o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), e tem como finalidade formular a política da moeda e do crédito.

² A taxa de juros é determinada pelo COPOM – Comitê de Política Monetária.

14	Taiwan	0,40%	14	Argentina	0,30%
15	Áustria	0,40%	15	Taiwan	0,10%
16	Itália	0,30%	16	Áustria	0,00%
17	Canadá	0,30%	17	Itália	0,00%
18	Argentina	0,10%	18	Hong Kong	-0,50%
19	Inglaterra	0,00%	19	Suécia	-0,60%
20	Dinamarca	0,00%	20	Inglaterra	-0,70%
21	Coréia do Sul	-0,10%	21	Espanha	-0,70%
22	Suécia	-0,10%	22	Coréia do Sul	-0,80%
23	Suíça	-0,10%	23	Grécia	-0,80%
24	Espanha	-0,40%	24	Chile	-0,90%
25	Grécia	-0,50%	25	Canadá	-0,90%
26	Venezuela	-1,10%	26	Suíça	-0,90%
27	Bélgica	-1,30%	27	Israel	-1,20%
28	Israel	-1,50%	28	África do Sul	-1,50%
29	Japão	-1,60%	29	Japão	-1,60%
30	África do Sul	-1,80%	30	Bélgica	-1,60%
31	EUA	-2,10%	31	Venezuela	-2,10%
32	Chile	-2,10%	32	Tailândia	-2,70%
33	Índia	-2,50%	33	Índia	-2,80%
34	República Tcheca	-2,80%	34	República Tcheca	-2,90%
35	Tailândia	-2,80%	35	Rússia	-3,50%
36	Rússia	-3,80%	36	Indonésia	-3,50%
37	Malásia	-4,30%	37	EUA	-4,00%
38	Indonésia	-4,30%	38	Malásia	-4,30%
39	Cingapura	-5,00%	39	Filipinas	-4,60%
40	Filipinas	-5,30%	40	Cingapura	-5,50%
	Média geral	-0,30%		Média geral	-0,30%

Fonte: Financenter (2009)

Cabe destacar que em um sistema econômico, moeda representa os meios de pagamentos. Estes, na sua forma mais líquida, podem ser representados pelo papel-moeda e pelos depósitos à vista nos bancos comerciais. Tanto as cédulas/moedas metálicas quanto os valores existentes em contas bancárias representam os meios de pagamentos.

A política monetária, ao controlar os meios de pagamentos, está visando estabilizar o nível de preços geral da economia. Os governos que necessitam diminuir a taxa de inflação reduzem a oferta de monetária e aumentam a taxa de juros. Esse mecanismo controla os níveis de preços. Mas, se a taxa de juros permanece elevada por um período

longo, a economia pode deixar de ter um crescimento econômico, redundando, assim, em baixos níveis de emprego.

O BACEN (Banco Central do Brasil) pode alterar os meios de pagamento (oferta de moeda) utilizando-se de quatro instrumentos:

a) **Operação de mercado aberto (*Open Market*)**

As operações de mercado aberto são caracterizadas pela compra e venda de títulos públicos³ do BACEN⁴ no mercado. Esses títulos podem ser de emissão própria ou em geral do Tesouro⁵. Seu impacto sobre a liquidez na economia pode ser resumido em dois simples exemplos:

Exemplo 1: Banco Central compra títulos públicos do mercado, fazendo o pagamento em Reais. Nesse caso, a oferta de moeda aumenta, pois o BACEN está retirando um ativo (título) que não é meio de pagamento e fornecendo ao mercado um ativo líquido (moeda), no caso, Real.

Essa operação, realizada em grande quantidade, tem como objetivo aumentar a oferta de moeda e conseqüentemente diminuir a taxa de juros do mercado.

Exemplo 2: Banco Central vende título no mercado, recebendo pagamento em Reais. Ocorre o caso inverso do exemplo anterior. O BACEN está ofertando um ativo menos líquido (títulos) e retirando do mercado um ativo mais líquido (moeda). Essa operação, realizada em grande escala, tem como finalidade diminuir a oferta monetária e conseqüentemente aumentar a taxa de juros e com isso controlar o nível de preços.

b) **Depósito compulsório⁶**

São depósitos sob a forma de reservas bancárias que cada banco comercial é obrigado legalmente a manter junto ao Banco Central. É calculado como um percentual sobre os depósitos à vista nos bancos comerciais.

Quanto maiores os depósitos compulsórios, maior o nível de reservas obrigatórias dos bancos junto ao Banco Central. Os recursos destinados aos empréstimos sofrem uma diminuição e provocam com isso a criação de moeda bancária (valores depositados nos bancos). A taxa de juros sofre um aumento, sendo o inverso também verdadeiro.

Para diminuir a liquidez do sistema financeiro, o Banco Central eleva a taxa de compulsório. Com menos recurso para emprestar dos bancos comerciais, o crescimento da economia como um todo é afetado.

c) **Redesconto bancário**

³ **C-Bonds:** Título da dívida externa brasileira mais negociados no mercado internacional.

⁴ A taxa de juros básica – **Selic** – em que são negociados os títulos do governo está em torno de 12%

⁵ **Títulos do BACEN:** Emitidos com o objetivo de fazer política monetária, ou seja, controlar o volume de dinheiro em circulação no sistema financeiro.

⁶ O **depósito compulsório** no Brasil é: 70% sobre os depósitos à vista; 30% sobre os depósitos na caderneta de poupança e 23% sobre os depósitos a prazo.

A assistência financeira de liquidez ou redesconto é o mecanismo pelo qual o BACEN socorre instituições financeiras com problemas de liquidez. O redesconto é o empréstimo que os bancos comerciais recebem do BACEN para cobrir eventuais problemas de liquidez. A taxa cobrada sobre esses empréstimos é chamada de taxa de redesconto.

Um aumento da taxa de redesconto indica que os bancos sofrerão maiores custos, caso tenham problema de liquidez. Neste caso, as instituições irão aumentar suas reservas e diminuir o crédito, aumentando o custo para se obter meios de pagamento, ou seja, a taxa de juros.

d) **Controle e seleção de crédito**

Um instrumento não muito convencional, mas às vezes utilizado pelo Banco Central, refere-se ao controle direto sobre o crédito. Este pode estar relacionado ao volume de crédito, ao prazo e destinação do crédito. Este instrumento pode gerar distorções no livre funcionamento do mercado de crédito, e até desestimular a atividade de intermediação financeira.

Assim, por exemplo, se o objetivo é controle da inflação, a medida apropriada de política monetária seria diminuir o estoque monetário da economia (por exemplo, aumento da taxa de reservas compulsórias, ou compra de títulos no *open market*). Se a meta é o crescimento econômico, a medida adotada seria o aumento do estoque monetário. (DALLAGNOL, 2007)

POLÍTICA FISCAL

O principal instrumento de política econômica do setor público refere-se à **política fiscal**. Esta, por sua vez, consiste na elaboração e organização do orçamento do governo, o qual demonstra as fontes de arrecadação e os gastos públicos a serem efetuados em um determinado período (exercício).

**A política fiscal visa estimular o crescimento e
reduzir a taxa de desemprego por meio da
elaboração do orçamento público.**

A política fiscal visa atingir a atividade econômica e assim alcançar dois objetivos inter-relacionados, a saber, estimular a produção, ou seja, o crescimento econômico e combater, se for o caso, a elevada taxa de desemprego. O financiamento do déficit do setor público⁷, também é um fator de preocupação da política fiscal.

⁷ 28% da arrecadação no Brasil são utilizados para a rolagem da dívida, girando em torno de 150 bilhões de reais.

Refere-se, portanto, a todos os instrumentos que o governo dispõe para a arrecadação de tributos⁸ (política tributária) e o controle de suas despesas⁹ (política de gastos), ou seja, consegue alterar o volume das receitas e dos gastos públicos através dos instrumentos fiscais. Estes instrumentos são:

a) **Imposto¹⁰ (receita):**

Os impostos podem ser classificados em duas categorias:

- Impostos diretos: incidem diretamente sobre a renda das unidades familiares e das empresas. Ex.: IRPF (Imposto de Renda de Pessoa Física); IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica).
- Impostos indiretos: são tributos que oneram as transações intermediárias e finais. São incorporados ao processo produtivo e, portanto, incidem indiretamente sobre o contribuinte (consumidor). Ex.: ICMS, ISS, CONFINS, PIS.

b) **Despesas do governo (gastos):**

As despesas do governo podem ser divididas em:

- Consumo: gastos com salário, administração pública, funcionalismo civil e militar.
- Transferências: benefícios pagos pelos institutos de previdência social, sob a forma de aposentadoria¹¹, salário-escola, FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).
- Subsídios: são pagamentos feitas pelo governo a algumas empresas públicas ou privadas.
- Investimentos: gastos com aquisição de novas máquinas, equipamentos, construção de estradas, pontes, infra-estrutura.

c) **Orçamento do governo:**

O resultado das operações de receita menos os gastos do setor público representam o orçamento do governo. Este saldo pode ser classificado em três esferas:

- Orçamento equilibrado: ocorre quando o total das receitas em valores monetários de um determinado período for exatamente igual ao total de gastos em valores monetários.
- Orçamento superavitário: as receitas superam os gastos em valores monetários em um determinado exercício do governo.

⁸ O governo brasileiro arrecada cerca de 700 bilhões de reais em imposto.

⁹ 95% das despesas do governo são obrigatórias

¹⁰ A carga tributária no Brasil gira em torno de 36% do PIB, ou seja, de cada 100 reais produzidos, 36 reais ficam com o governo – é considerada uma das mais altas do mundo. Em 1994 era em torno de 29% do PIB.

¹¹ 56% da arrecadação dos impostos são gastos com o funcionalismo público e aposentadorias – 3 milhões de aposentados do serviço público ficam com a metade dos recursos da previdência e 20 milhões de aposentados do INSS fica com os outros 50%.

- Orçamento deficitário: as receitas são inferiores aos gastos.

Quando o Tesouro Nacional, responsável pelas contas do setor público, registra um caso de déficit, o governo deve determinar como será o financiamento ou o pagamento desse excesso de gastos.

Entretanto, o resultado do setor público pode ser dividido em duas contas:

- ∇ Superávit/déficit primário ou fiscal: é o saldo positivo/negativo alcançado quando a receita do governo federal e estadual é superior/inferior aos seus gastos. É a diferença entre os gastos públicos e a arrecadação tributária no exercício, independente dos juros e da correção da dívida passada.
- ∇ Déficit operacional (Necessidade de Financiamento do Setor Público – NFSP): é calculado pelo resultado primário, acrescido do pagamento dos juros da dívida passada.

O déficit do setor público pode ser financiado por duas principais fontes de recursos:

Emissão de moeda: o BACEN, neste caso, cria moeda para financiar a dívida do Tesouro. Este procedimento é também conhecido como monetização da dívida.

Empréstimos: venda de títulos da dívida pública ao setor privado (interno ou externo): o governo oferta títulos em troca de moeda para financiar sua dívida atual. Este financiamento tende a aumentar o déficit operacional devido ao pagamento dos juros.

Além destas duas fontes de recursos, o governo pode utilizar alterações nas alíquotas de impostos para tentar cobrir o déficit orçamentário. O Brasil tem buscado diminuir seu déficit primário a fim de diminuir o déficit operacional, para tanto tem buscado o superávit primário. (DALLAGNOL, 2007)

A título de curiosidade, vejamos o que ocorre na economia caso o governo reduza os impostos, ocorrendo um conseqüente aumento déficit orçamentário:

- O aumento na renda disponível provoca elevação do consumo e redução da poupança;
- A redução da poupança eleva a taxa de juros e desestimula o investimento;
- Um menor nível de investimentos levará a um menor nível de produto/renda;
- Elevação da demanda, do produto e do nível de emprego apenas no Curto Prazo;
- No Longo Prazo, os efeitos será apenas a elevação no nível geral de preços;
- Com a redução da poupança, temos superávits na conta de capital e déficit na conta-corrente, implicando em endividamento da nação;
- Há ainda uma valorização da moeda nacional, desestimulando a importação e amenizando o efeito expansionista da política fiscal.

Além da questão do nível de tributação, a política tributária, por meio da manipulação da estrutura e alíquotas de impostos, é utilizada para estimular (ou inibir) os gastos de consumo do setor privado. (DALLAGNOL, 2007)

Se o objetivo da política econômica é reduzir a taxa de inflação, as medidas fiscais normalmente utilizadas são as diminuições de gastos públicos e/ou o aumento da carga tributária (o que inibe o consumo). Ou seja, visam diminuir os gastos da coletividade.

Se o objetivo é, um maior crescimento e emprego, os instrumentos fiscais são os mesmos, mas em sentido inverso, para elevar a demanda agregada.

Para uma política que vise melhorar a distribuição de renda, esses instrumentos devem ser utilizados de forma seletiva, em benefício dos grupos menos favorecidos. Por exemplo, gastos do governo em regiões menos atrasadas.

As políticas monetária e fiscal representam meios alternativos diferentes para as mesmas finalidades. A política econômica deve ser executada através de uma combinação adequada de instrumentos fiscais e monetários. (DALLAGNOL, 2007)

Pode-se dizer que a política fiscal apresenta maior eficácia quando o objetivo é uma melhoria na distribuição de renda, tanto na taxação às rendas mais altas como pelo aumento dos gastos do governo com destinação a setores menos favorecidos. A política monetária é mais difusa na questão distributiva.

Uma vantagem freqüentemente apontada da política monetária sobre a fiscal é que a primeira pode ser implantada logo após a sua aprovação, dado que depende apenas de decisões diretas das autoridades monetárias, enquanto a implementação de políticas fiscais depende de votação do Congresso, e deve obedecer ao Princípio da Anterioridade¹², o que aumenta a defasagem entre a tomada de decisão e a implementação das medidas fiscais.

POLÍTICA CAMBIAL E COMERCIAL

São as políticas que atuam sobre as variáveis relacionadas ao setor externo da economia.

A política cambial refere-se à atuação do governo sobre a taxa de câmbio. O governo, através do Banco Central, pode fixar a taxa de câmbio.

¹² Ou **Princípio da Anualidade** (como conhecido anteriormente), segundo o qual a implementação de uma medida só pode ocorrer a partir do ano seguinte ao de sua aprovação pelo Congresso Nacional. Como consta do art. 150, inciso III, b, da Constituição Federal de 1988, é vedado às autoridades públicas cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada lei que os instituiu ou aumentou.

O mercado de câmbio¹³ (divisas) é formado pelos diversos agentes econômicos que compram e vendem moeda estrangeira conforme suas necessidades. Empresas que vendem mercadorias ou ações no exterior estão aumentando a oferta de moeda estrangeira, em particular o Dólar, pois sua receita ocorre em moeda estrangeira. Empresas que compram bens ou ações no exterior estão demandando moeda estrangeira, pois seus gastos ocorrem em dólares. Neste sentido, o preço da moeda estrangeira em relação à moeda nacional é determinado neste mercado. Este preço é chamado de taxa de câmbio (R\$/US\$). (DALLAGNOL, 2007)

**As empresas brasileiras que participam
do comércio internacional dependem substancialmente
da taxa de câmbio. Entender o funcionamento
desse mercado é fundamental.**

Se o câmbio estiver em R\$ 2,50, significa que são necessários R\$ 2,50 reais para comprar um dólar. Se este **subir** para R\$ 3,00 por dólar, ocorreu uma **desvalorização** da moeda local (real) em relação à moeda estrangeira (dólar). O preço da moeda estrangeira elevou-se.

Assim, se o preço **sobe** devido a um aumento da demanda por dólar, dizemos que ocorreu uma **desvalorização** do Real frente ao dólar. Precisa-se de mais reais para comprar a mesma quantidade de dólares.

Se o preço **desce** devido a um aumento da oferta de dólares, dizemos que ocorreu uma **valorização** do Real frente ao dólar. Menos reais serão necessários para comprar a mesma quantidade de dólares.

Cabe explicar que as relações econômicas, comerciais e financeiras dos agentes de determinado sistema econômico, como os agentes de outro sistema econômico (normalmente país), são registradas na Balança de Pagamentos. Eventuais déficits no Balanço de Pagamentos são decorrentes do fato de a entrada de divisas (dólares) ser inferior a saída de divisas. Este fato é resultado de dois desequilíbrios. O primeiro é que se importam bens e serviços menos do que se consegue exportar, resultando em uma saída de divisas maior do que a entrada. O segundo desequilíbrio é causado pelo lado financeiro, onde não se consegue atrair recursos (dólares) em quantidade suficiente para pagar as contas em dólar. (DALLAGNOL, 2007)

¹³ **Câmbio Comercial:** É a cotação do dólar usada para o fechamento dos contratos de exportação e importação. O câmbio comercial também registra as operações de empréstimos de empresas no exterior, investimentos estrangeiros diretos, as entradas e saídas dos investimentos estrangeiros em renda fixa e nas bolsas de valores.

Câmbio Paralelo: É o mercado que existe quando o país não tem uma política de câmbio 100% livre.

A política comercial diz respeito aos instrumentos e incentivos às exportações e/ou estímulos e desestímulos à importação, ou seja, refere-se aos estímulos fiscais (crédito-prêmio do ICMS, IPI etc.) e creditícios (taxas de juros subsidiadas) às exportações e ao controle das importações (via tarifas e barreiras quantitativas sobre importações).

POLÍTICA DE RENDAS

A política de rendas refere-se à intervenção direta do governo na formação de renda (salários, aluguéis), através de controle e congelamentos de preços.

Alguns tipos de controles exercidos pelas autoridades econômicas podem ser considerados dentro do âmbito das políticas monetária, fiscal ou cambial. Por exemplo, o controle das taxas de juros e da taxa de câmbio. Entretanto, os controles sobre preços e salários situam-se em categorias próprias de política econômica. A característica especial é que, nesses controles, os preços são congelados, e os agentes econômicos não podem responder às influências econômicas normais do mercado.

Normalmente esses controles são utilizados como política de combate à inflação. No Brasil, a fixação de política salarial, o salário mínimo, a atuação do CIP (Conselho Interministerial de Preços), depois o SEAP (Secretaria Especial de Abastecimento e Preços) e os congelamentos de preços e salários nos recentes planos econômicos situam-se no contexto de políticas antiinflacionárias.

5.3 CONTABILIDADE SOCIAL

A parte da macroeconomia que trata da mensuração dos agregados econômicos chama-se contabilidade social. O nome de contabilidade se justifica porque ela segue o mesmo princípio de partidas dobradas da contabilidade.

Na contabilidade social são registradas todas as atividades produtivas do país, ao longo de um período de tempo, normalmente de um ano. Para possibilitar estudos comparativos de melhor qualidade e obter entendimento comum, a maioria dos países segue a metodologia de contas nacionais proposta pela ONU (Organização das Nações Unidas).

PRINCÍPIOS BÁSICOS DA CONTABILIDADE SOCIAL

- a) São computados valores produzidos apenas no período corrente. Não são considerados resultados obtidos em períodos anteriores. É, portanto, um sistema de fluxos;
- b) Os registros seguem um sistema de partidas dobradas. A cada crédito em uma conta, correspondem um ou mais débitos em outras e vice-versa;

- c) Qualquer atividade que agregue valor, como comércio e transporte, é considerada uma atividade produtiva;
- d) Transações puramente financeiras (como depósito e empréstimos bancários), que nada acrescentam ao produto real da economia não são consideradas na contabilidade social;
- e) A moeda na contabilidade social é apenas um padrão de medida. Não é considerado um bem, um ativo em si.

5.3.1 Agregados Econômicos

Nem todo faturamento da empresa representa resultado de sua produção. Para gerar o produto final, as empresas normalmente precisam adquirir de outras empresas matérias-primas e materiais de processo, denominados normalmente de bens intermediários. Assim, o resultado da produção das empresas é o valor por elas agregado, isto é, o valor das vendas de seus produtos, menos a compra de bens intermediários de outras empresas. (DALLAGNOL, 2007)

O PIB de um país é formado pelo somatório do valor agregado de todas as empresas e produtores individuais de bens e serviços como agricultores, artífices, caminhoneiros autônomos, prestadores de serviços, profissionais liberais etc., que se enquadram em um dos três setores da Economia. O valor agregado pelos setores é sempre igual ao valor dos bens finais, que podem ser de consumo ou de investimento.

A diferença entre o conceito de produto interno bruto (PIB) e de produto nacional bruto (PNB) está na renda líquida enviada para o exterior. Isto se compreende facilmente considerando-se que o produto interno é o resultado da produção de empresas nacionais e multinacionais em território brasileiro. Está ligado à circunscrição geográfica do país. O produto nacional bruto (PNB), por sua vez, é gerado por empresas nacionais que têm atividades em território nacional e fora dele. Está, portanto, ligado à nacionalidade da empresa.

Brasil – PIB, População e PIB per capita

Ano	PIB*	População**	PIB per capita***
1971	49,2	95.450	515.0
1972	58,8	97.818	600.6
1973	84,1	100.244	838.9
1974	110,1	102.731	1.074,6
1975	129,9	105.280	1.233.8
1976	153,9	107.891	1.427.0
1977	177,3	110.568	1.603.1

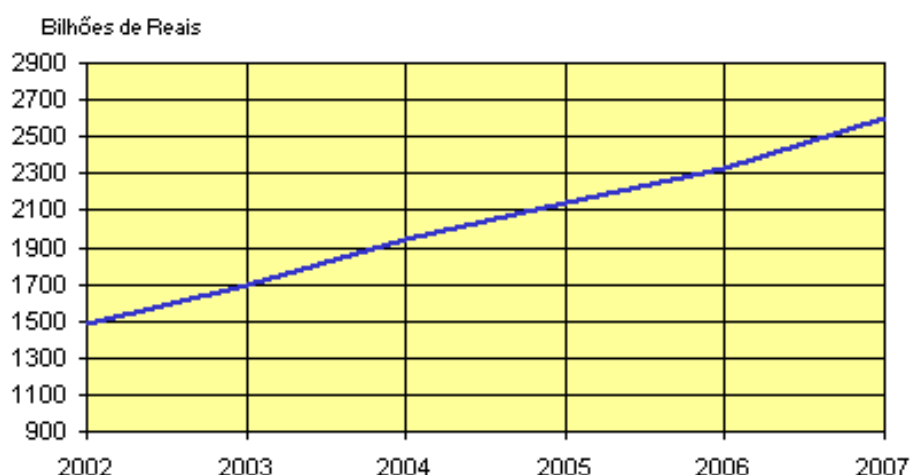
1978	201,2	113.331	1.775.3
1979	223,4	116.122	1.924.5
1980	237,8	118.563	2.005.4
1981	258,6	121.213	2.133.0
1982	271,3	123.885	2.189.5
1983	289,5	126.573	2.286.9
1984	189,7	129.273	2.241.3
1985	211,1	131.978	1.599.4
1986	257,8	134.653	1.914.6
1987	282,4	137.268	2.057.0
1988	305,8	139.819	2.186.8
1989	415,9	142.307	2.922.7
1990	445,9	144.724	3.081.2
1991	368,1	147.074	2.502.9
1992	374,3	149.358	2.506.2
1993	430,3	151.572	2.838.7
1994	561,3	153.726	3.651.0
1995	718,5	155.822	4.611.0
1996	774,8	157.480	4.920.0
1997	807,2	159.620	5.057.0
1998	787,0	161.800	4.864.0
1999	529,2	163.940	3.228.0
2000	595,4	166.220	3.582.0
2001	519,1	171.770	3.022.0
2005	644.133***	178.718 (2004)	8.020 (2004)

* Em US\$ bilhões correntes.

** Em unidades mil.

*** Em US\$

Produto Interno Bruto – PIB em Reais



Fonte: IBGE (2009)

O Brasil recebe renda de suas empresas gerada em outros países. Por outro lado, as empresas multinacionais enviam renda gerada em nosso território para seus países de origem. O resultado líquido desses envios e desses recebimentos é que se chama de renda líquida enviada ao exterior e corresponde à diferença entre os dois conceitos, PIB e PNB.

Os países desenvolvidos, que são detentores de tecnologia mais avançada, geralmente são os recebedores líquidos de renda externa e por isso seu produto nacional supera seu produto interno. Os países menos desenvolvidos que são dependentes de tecnologia externa e sediam maior número de empresas multinacionais do que tem empresas operando em território externo, tem o produto interno maior do que o produto nacional, ou seja, enviam mais renda para o exterior do que recebem de outros países.

Como é de interesse político, a apresentação de resultados expressivos e os melhores índices de crescimento da produção, os países pautam seus relatórios nos conceitos mais favoráveis. Por isso, encontramos nos relatórios internacionais os produtos nacionais dos países mais desenvolvidos e o conceito de produto interno dos países onde atuam maior número de filiais de empresas multinacionais e são dependentes líquidos de tecnologia externa.

Nos Estados Unidos, ao contrário do Brasil, o PNB é maior do que PIB porque as rendas obtidas pelas empresas americanas no exterior e enviadas aos Estados Unidos na forma

de remessa de lucros e dividendos, são consideradas parte do PNB americano. Portanto: O PIB, descontado dessa renda enviada ao exterior, ou somado à renda recebida do exterior é chamado PNB. O conceito de PNB, por esse motivo, está mais próximo ao conceito de Renda Nacional. O Produto Nacional Bruto, descontadas as perdas por depreciação, é exatamente igual à Renda Nacional Líquida. Assim:

$\text{PIB} - \text{Renda enviada ao exterior} + \text{Renda recebida do exterior} = \text{PNB}$

$\text{PNB} - \text{Depreciação} = \text{Produto Nacional Líquido} = \text{REND A NACIONAL LIQUIDA.}$

$\text{Renda Nacional Líquida/População} = \text{REND A PER CAPITA.}$

5.3.2 Indicadores Econômicos

Os indicadores econômicos podem ser classificados em cinco subconjuntos de variáveis macroeconômicas relevantes:

- a) Nível de atividade;
- b) Preços;
- c) Setor externo;
- d) Agregados monetários;
- e) Setor público.

a) Indicadores de nível de atividade: Os indicadores do nível de atividade funcionam como um termômetro das condições gerais dos elementos mais sensíveis às flutuações cíclicas do lado real da economia, sintetizados no comportamento do produto interno bruto (PIB), da produção industrial e das estatísticas de emprego e desemprego.

- **Produto Interno Bruto (PIB)**

Fala-se na distinção entre **PIB nominal** e **PIB real**; o primeiro é o valor comum na expressão do PIB, ou seja, a soma simples dos bens e serviços produzidos; o segundo acompanha-se de uma correção [inflacionária](#).

A fórmula clássica para expressar o PIB de uma região é a seguinte:

$$Y = C + I + G + X - M$$

Onde,

- Y é o PIB
- C é o consumo
- I é o total de investimentos realizados
- G representa gastos governamentais

- X é o volume de exportações
- M é o volume de importações

O PIB é calculado pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), com base em metodologia recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a partir de minucioso levantamento e sistematização de informações primárias e secundárias apuradas ou apropriadas por aquela instituição. O PIB pode ser aferido a preços correntes (nominais ou monetários) e constantes (reais).

- **Produção Industrial**

Este indicador revela a variação mensal da produção física da indústria brasileira, obtida a partir da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), realizada pelo IBGE desde o início dos anos de 1970. Serve como indicador preliminar da evolução do PIB industrial. Atualmente a PIM-PF é aplicada em uma amostra intencional de quase 950 produtos e mais de 6.000 empresas informantes, representativos de 62% do valor bruto da produção do Censo Industrial de 1985.

A pesquisa mensal industrial do IBGE fornece, mensalmente, uma estimativa do movimento do produto da indústria em termos físicos. Trata-se de um índice de *quantum* (análise das quantidades produzidas), cuja a base de comparação instituída pelo IBGE é atualmente o ano de 1991.

- **Desemprego**

O IBGE realiza a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) desde outubro de 1984, abrangendo seis regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador). A pesquisa procura levantar e medir apenas o desemprego aberto (incluindo a realização de bicos), para a população considerada em idade ativa, acima de quinze anos, que procurou emprego durante a semana que precede a visita do pesquisador.

BRASIL – TAXA DE DESEMPREGO – 1993-2002

ANO	PME-IBGE-BRASIL	SEAD/DIEESE/ SÃO PAULO
1993	5,3	14,7
1994	5,1	14,3
1995	4,6	13,2
1996	5,4	14,9
1997	5,7	15,7
1998	7,6	18,2
1999	7,6	19,3

2000	7,1	17,7
2001	6,2	17,5
2002 ⁽¹⁾	7,2	18,9

Fonte: IBGE, SEADE/DIEESE

(1) média do primeiro semestre

b) PREÇOS

- **Inflação**

O cálculo da inflação é efetuado por meio de uma média da variação dos preços pesquisados para os diferentes produtos, ponderada pelas quantidades produzidas, consumidas ou comercializadas dos bens, a partir de parâmetros primários obtidos das pesquisas dos orçamentos familiares e até de matrizes de relações intersetoriais. Os principais índices de inflação estão relacionados abaixo.

c) SETOR EXTERNO

Exportações – valor das vendas e outras remessas de bens e serviços de propriedade para o exterior, realizadas por agentes econômicos residentes do país, a preço de embarque, excluindo o pagamento de fretes, seguros, impostos e taxas.

Importações – valor das compras e outros ingressos de mercadorias e serviços procedentes do exterior do país.

Saldo da balança comercial – exportações menos importações.

Saldo em transações correntes – consolidação das balança comercial e de serviço e das transferências unilaterais. Os serviços compreendem transportes, seguros, viagens internacionais, assistência técnica, lucros e dividendos e juros da dívida externa. As transferências unilaterais correspondem às doações, remessa de imigrantes etc.

Dívida externa – valor total de débitos do país, contratados com residentes no exterior e garantidos pelo governo, decorrentes de empréstimos e financiamentos, com prazo de vencimento superior a um ano.

d) AGREGADOS FINANCEIROS

- **Juros Over/Selic** – taxa de juros média (em %) praticada pelo Banco Central para a rolagem de títulos da dívida pública por um dia. Apesar de terem sido concebidos para propiciar a gestão da liquidez do sistema econômico, os papéis do governo sempre representaram ativos de primeira linha, indicando o piso da rentabilidade do mercado financeiro, devido a sua pronta liquidez e à plena garantia de recompras.

- **Poupança** – rendimento calculado para a remuneração mensal dos depósitos em caderneta de poupança, a partir da Taxa Referencial de Juros (TR), acrescida de 0,5%. A TR é obtida a partir da combinação da remuneração média mensal, livre de impostos, dos depósitos a prazo fixo captados pelos bancos comerciais e de investimento e agências operadoras com títulos públicos.

Taxa Selic é a taxa de juros determinada pelo Banco Central. Essa taxa é que define o índice pelo quais os títulos do governo são remunerados. Se a taxa real de juros, que é a taxa Selic descontado a inflação, é a parte do rendimento financeiro que vai para o bolso do investidor, quando está baixa a economia cresce, quando estão alta, os agentes econômicos irão preferir investir nos títulos do governo.

O Brasil apresenta hoje, uma das maiores taxas de juros do mundo. Sua taxa real de juros é da ordem de 6,75% (11,25% Selic menos 4,5% de inflação), o que inviabiliza qualquer tipo de investimento no setor produtivo, acarretando, assim, desemprego, queda na renda e setor industrial parado.

O quadro a seguir mostra o juro real no mundo,

Turquia	4,6%
Coréia do Sul	-0,1%
Rússia	-3,8%
Alemanha	1,2%
EUA	-2,1%
México	2,4%
Japão	-1,6%
Argentina	0,1%

Fonte: Financenter (2009)

Evolução dos principais indicadores e taxas do mercado financeiro

REFERÊNCIA	SELIC	CDI	Us\$ VENDA	POUPANÇA	IGP-M	BOVESPA	NASDAQ
ANO 2000	17,43%	17,32%	9,30%	8,39%	9,95%	-10,72%	-39,29%
ANO 2001	17,32%	17,29%	18,67%	8,59%	10,37%	-11,02%	-21,05%
ANO 2002	19,17%	19,11%	52,27%	9,14%	25,30%	-17,01%	-31,53%
ANO 2003	23,34%	23,25%	-18,23%	11,10%	8,69%	97,34%	50,01%
ANO 2004	16,25%	16,17%	-8,13%	8,10%	12,42%	17,81%	8,59%
ANO 2005	19,05%	19,00%	-11,82%	9,18%	1,20%	27,71%	1,37%
ANO 2006	15,08%	15,03%	-8,66%	8,33%	3,85%	32,93%	9,52%

ANO 2007	11,88%	11,82%	-17,15%	7,59%	7,75%	43,65%	10,73%
ANO 2008	12,48%	12,38%	31,94%	7,90%	9,81%	-41,22%	-41,03%
fev-2008	0,802%	0,795%	-4,37%	0,52%	0,53%	6,72%	-4,95%
mar-2008	0,845%	0,839%	3,91%	0,54%	0,74%	-4,00%	0,34%
abr-2008	0,901%	0,898%	-3,54%	0,60%	0,69%	11,35%	5,87%
mai-2008	0,877%	0,871%	-3,43%	0,57%	1,61%	6,96%	4,55%
jun-2008	0,956%	0,948%	-2,30%	0,62%	1,98%	-10,44%	-9,10%
jul-2008	1,070%	1,064%	-1,59%	0,69%	1,76%	-8,48%	1,42%
ago-2008	1,018%	1,013%	4,33%	0,66%	-0,32%	-6,43%	1,80%
set-2008	1,103%	1,099%	17,13%	0,70%	0,11%	-11,03%	-11,64%
out-2008	1,176%	1,174%	10,50%	0,75%	0,98%	-24,80%	-17,73%
nov-2008	1,020%	0,996%	10,30%	0,66%	0,38%	-1,77%	-10,77%
jan-2009	1,048%	1,043%	-0,89%	0,68%	-0,44%	4,66%	-6,38%

Fonte: Financenter (2009)

e) SETOR PÚBLICO

- **Dívida líquida** - somatório do endividamento dos governos federal (inclusive Banco Central), estadual e municipal e por suas empresas junto ao sistema financeiro (público e privado), ao setor privado não financeiro e o resto do mundo, descontados os valores correspondentes aos créditos do governo.
- **Dívida Pública**

A dívida pública é composta pela dívida interna e externa. A dívida interna consiste no total de débitos assumidos pelo governo junto às pessoas físicas e jurídicas residentes no próprio país. Sempre que as despesas do governo superam as receitas, há necessidade de cobrir o déficit. Para isso, as autoridades econômicas podem optar por três soluções: emissão de papel-moeda, aumento da carga tributária e lançamento de títulos. Já a dívida externa consiste no somatório dos débitos de um país, garantidos por seu governo, resultantes de empréstimos e financiamentos contraídos com residentes no exterior. Os débitos podem ter origem no próprio governo, em empresas estatais e em empresas

privadas. No caso da dívida privada, ela ocorre com aval do governo para o fornecimento das divisas que servirão às amortizações e ao pagamento dos juros.

5.4 TEORIA MONETÁRIA

Conforme afirmam Pinho e Vasconcellos (1998), não é fácil definir-se com exatidão o que seja moeda. Desta forma, é preferível conceituar moeda em vez de defini-la. Usa-se o termo moeda para algo geralmente aceito em troca de bens e serviços. Em outras palavras, moeda é um instrumento ou objeto que, pelo fato de ser aceito pela população em troca de bens e serviços, passa a ser usado como meio de troca.

Pode-se também entender o que seja moeda a partir das funções que ela desempenha. Em geral, as moedas têm várias funções, de tal forma que o bom desempenho de uma particular moeda é medido e estudado em relação ao cumprimento de funções.

As principais funções são as seguintes:

- I - um meio ou instrumento de troca;
- II - reserva de valor;
- III - unidade de conta ou denominador comum de valor;
- IV - padrão para pagamentos diferidos.

Não se sabe com exatidão qual foi e quando surgiu a primeira moeda. Desde a mais remota antigüidade a sua utilidade foi percebida, e surgiram alguns bens que, por terem aceitação geral, passaram a ser usados como moeda.

Como, por exemplo, o gado -que tinha a vantagem de poder se multiplicar entre uma troca e outra - o sal na Roma Antiga, dinheiro de bambu na Velha China, dinheiro em fios na Arábia foram utilizados como meios de pagamento, mas os metais preciosos passaram a sobressair, por diversas razões. Mostraram ter uma aceitação geral, pois tinham uma farta e permanente procura, uma oferta limitada e, portanto, um preço estável e alto. Não se desgastavam. Eram facilmente reconhecidos. Eram divisíveis e não pesados. Mas havia o problema de pesagem. Em cada transação os metais precisavam ser pesados para se determinar o seu valor, de forma que mercadores, além de sua mercadoria, tinham que levar junto uma balança sensível. Este problema foi superado pelas cunhagens, por meio das quais; se imprimia na moeda uma figura para mostrar o seu valor.

Moeda é um bem ativo especial. É tudo aquilo que serve como meio de troca num sistema econômico. Imaginemos as dificuldades de um sistema em que não houvesse a moeda. Um sapateiro, por exemplo, necessita, além de sapatos, de roupas, de alimentos,

de uma casa e de diversos outros bens para poder sobreviver. Se não houvesse a moeda, esse sapateiro precisaria encontrar outras pessoas que produzissem os bens de que necessita e propor a elas a troca dos sapatos que produz por esses bens. (DALLAGNOL, 2007).

Moeda é a representação concreta do dinheiro. Consiste numa terceira mercadoria convencional e representativa do valor de troca dos bens e serviços, destinando-se a decompor a troca em compra e venda.

A moeda representa o instrumento por excelência da troca, ou denominador comum de valores. Quando se compra, trocam-se indiretamente objetos ou serviços por outros objetos ou serviços, empregando-se uma mercadoria intermediária, que é a moeda.

A moeda é mercadoria ou riqueza de aceitação geral, quer pela confiança que oferece em matéria de troca de objetos ou serviços, quer por sua qualidade de medida comum de valores.

5.4.1 Tipos e Função da Moeda

FUNÇÕES DA MOEDA

As quatro funções clássicas exigidas da moeda são:

1. Intermediária de trocas

Esta é a função essencial da moeda, já exercida em caráter embrionário até mesmo pelas primitivas mercadorias-moeda. Entre os benefícios resultantes desta função destacam-se a especialização e a divisão social do trabalho, básicas para a aceleração do progresso material e, em consequência, para expansão do bem-estar social.

2. Medida de valor

A moeda é uma unidade padrão de medida de valor. É um denominador comum de valores, uma unidade de conta. Além de racionalizar o sistema de valoração, esta função da moeda torna possível a contabilização das atividades econômicas, não só de cada um dos agentes, mas do sistema como um todo. Essa função refere-se à necessidade de pessoas e empresas registrarem suas operações e transações econômicas em uma medida que seja comum a todos os bens e serviços. Assim, uma empresa que tem

despesas com matéria-prima, equipamentos e mão-de-obra registra as operações correspondentes pelo valor. Como o valor é expresso em unidade monetária, a moeda é, nesse caso, o elemento comum a todos os itens de despesas da empresa, que fisicamente, são diferentes. Dessa forma, é possível somar tratores com galinhas e obter o produto de uma economia.

3. Reserva de valor

Segundo J. M. Keynes, a moeda é a ponte entre o presente e o futuro. Ela não se limita a exercer função transacional. Os motivos para sua retenção podem ser de precaução ou de especulação. É o padrão de liquidez.

As primitivas mercadorias-moeda não preenchiam satisfatoriamente essas três funções. Já o advento das moedas metálicas representou uma notável evolução, cujo ciclo seria completado com a constituição dos meios de pagamentos mais recentes, mais eficazes e seguros.

Um indivíduo que possui uma certa soma de dinheiro e não quer trocá-la imediatamente por mercadorias precisa estar seguro de que esse dinheiro, ao ser gasto no futuro, terá o mesmo valor em termos de possibilidade de aquisição de bens e serviços.

4. Padrão para pagamento diferido

Ou seja, que se realizarão no futuro. Essa função está associada, inicialmente, a função reserva de valor, pois uma pessoa só aceitará receber um pagamento no futuro se a moeda não perder valor. Está associada, também, à unidade de conta, pois um pagamento a ser realizado no futuro é acertado anteriormente e a quantia, uma vez estabelecida, é expressa em termos monetários. Assim, se uma pessoa pede emprestada R\$ 5.000,00 para outra e promete pagar-lhe em 15 dias, por exemplo, esse pagamento será feito em reais, e não em outra moeda ou objetos.

5.4.2. Meios de Pagamento

Pinho e Vasconcellos (1998) conceituam assim os meios de pagamento:

Papel-moeda

Os cunhadores (ourives) tinham cofres seguros para guardar o ouro que lhes era entregue para cunhagem. Assim, por causa do perigo de roubo, desenvolveu-se o costume de deixar o ouro com eles e, em troca, receber-se um recibo do ouro depositado sob sua guarda. Se houvesse confiança no cunhador, o recibo poderia ser trocado por

bens, pois sua transferência passa o poder sobre o ouro para o novo proprietário do recibo, sem que haja a necessidade e a complicação da entrega do metal diretamente. Em outras palavras, o recibo nada mais é que a promessa de pagar ao seu proprietário certo montante de metal. Mudando o proprietário do recibo, muda a pessoa a quem o pagamento deve ser feito, não alterando o seu montante. Esta promessa era feita inicialmente pelos cunhadores, depois, corri o desenvolvimento das atividades e instituições econômicas, pelos bancos comerciais e após estes pelo governo ou Banco Central. Este recibo nada mais é que papel-moeda, totalmente assegurado por metal (Lastro) e conversível em ouro.

Moeda fiduciária

Com o desenvolvimento da economia monetária e com a consolidação dos estados nacionais, o controle sobre a moeda passou para as mãos das autoridades governamentais. As notas emitidas pelos bancos comerciais tornam-se pouco comuns, passando os bancos centrais a ter o monopólio da emissão de papel-moeda. Isto, todavia, não significa que os bancos comerciais não possam criar moeda. Como veremos adiante, os bancos comerciais criam um tipo de meio de pagamento chamado moeda escritural, mas o que não podem é emitir papel-moeda.

No passado, este papel-moeda podia, como foi várias vezes, ser convertido em ouro. Havia um lastro que garantia a moeda, não sendo, no entanto, um lastro total, mas sim parcial. A moeda era fracionalmente lastreada e vigorava o padrão-ouro. A partir de 1920 o padrão-ouro foi abandonado por, virtualmente, todos os países, não sendo mais possível converter-se em ouro as moedas existentes. Algo similar ao padrão-ouro vigora, atualmente, apenas para as trocas internacionais, mas com objetivos definidos e controlados pelos bancos centrais nacionais e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Mas, desaparecendo a relação com o ouro, o que garante a moeda? A resposta é muito simples. O que garante atualmente a moeda e a faz ser aceita por todos é a lei. No Brasil, todos são obrigados por lei a aceitar cruzeiros em troca de mercadorias, sendo crime a não-aceitação. Há muitos anos, devido à inflação e ao congelamento dos aluguéis, muitos contratos de locação estipularam o montante a ser pago em dólares. Estes contratos foram considerados, pela Justiça, como ilegais, porque o meio de pagamento no Brasil, por lei, era, na época, o cruzeiro, e só a moeda nacional pode servir como padrão de medida monetária. Por estas razões, costuma-se denominar este papel-moeda de moeda de curso forçado.

A passagem do padrão-ouro para a moeda fiduciária e inesgotável deu às autoridades monetárias a capacidade de afetar a quantidade de moeda existente no país, pois, com o padrão-ouro, a quantidade de moeda era em função da existência de ouro no país e, portanto, escapava ao controle das autoridades. Caso se descobrisse uma mina de ouro, a quantidade de moeda aumentava. Se não houvesse esta descoberta, a quantidade

seria fixa. A possibilidade de controlar a oferta de moeda permite às autoridades monetárias variá-la de acordo com as necessidades da economia nacional, ou seja, adequar a quantidade de moeda às exigências da vida econômica.

Moeda escritural

Além das notas e moedas emitidas pelo Banco Central, que acabamos de discutir, existe um outro tipo de meio de pagamento criado pelos bancos comerciais - a Moeda Escritural, também chamada Moeda Bancária. O monopólio da emissão pertence ao Banco Central, mas, apesar disto, os bancos comerciais podem criar moeda. A natureza do fenômeno é a mesma já apresentada com relação à criação de moeda a partir do ouro. Somente uma parte do total de depósitos é utilizada ao mesmo tempo. Em qualquer momento existem sempre pessoas depositando e outras retirando, de tal forma que somente uma parcela é movimentada, pois grande parte dos pagamentos é feita pela utilização dos cheques.

O depósito é uma promessa que o banco faz de pagar quando lhe for pedido. O cheque é uma ordem de transferências de depósito: passar de uma pessoa para outra¹⁰⁰. Como é só uma parcela dos depósitos que é requerida para pagamentos, pois grande parte é feita por cheques, o banco pode fazer promessas de pagar acima do que ele dispõe consigo em depósito ou reserva e, desta forma, criar moeda ou meio de pagamento, apesar de não poder emitir papel-moeda ou cunhar moeda metálica.

O cheque não é moeda. Os depósitos é que são moeda. A utilização do cheque apresenta algumas vantagens em relação ao papel-moeda, pois:

- é fácil de ser transportado e pode mesmo ser remetido pelo correio;
- dispensa a necessidade de troco;
- apresenta maior segurança contra roubo;
- pode ser usado como recibo de pagamento e é utilizado como comprovante de despesas como no caso do imposto de renda.

Caso a parcela dos depósitos que é requerida em forma de papel-moeda seja da ordem de 10% do total, os bancos poderão ter um movimento médio 10 vezes superior em valor ao dos depósitos efetuados. Desta forma, uma grande parte da oferta de moeda é feita pelos bancos comerciais, que a podem aumentar ou diminuir.

Quase-moeda

Em relação ao problema dos depósitos a prazo. Vimos que eles não são considerados moeda, mas apresentam algumas características que os aproximam de um meio de pagamento. Assim sendo, costuma-se chamá-los de quase-moeda, pois podem, sem grandes problemas, ser transformados em moeda. Da mesma forma, outros títulos de grande liquidez que, apesar de não serem aceitos, normalmente, em troca de bens e serviços, podem, rapidamente, ser convertidos em moeda, são também considerados

quase-moeda. O exemplo clássico deste ativo são os títulos ou obrigações de curto prazo do governo.

Um outro tipo de quase-moeda é encontrado nos cartões de crédito, com os quais o consumidor pode pagar suas despesas em restaurantes, hotéis, lojas etc., sem a necessidade de, na hora, entregar papel-moeda ou cheque.

5.4.3. Controle da Oferta Monetária

Pinho e Vasconcellos (1998) destacam que a principal função do Banco Central é controlar a oferta de moeda. Para tal fim, ele pode utilizar vários instrumentos. Os principais são as emissões de papel-moeda, as reservas obrigatórias dos bancos comerciais e as operações de mercado aberto (*open market*).

a) Monopólio das Emissões

Em quase todos os países do mundo, o Banco Central controla, por força de lei, o volume de papel-moeda emitido. Em outras palavras, o Banco Central tem o monopólio das emissões. Em geral, não se recomenda que o Banco Central use este seu poder para controlar a oferta de moeda, mas que coloque em circulação o volume de notas e moedas metálicas necessárias ao bom desempenho da economia. O controle da oferta de meios de pagamento deve ser realizado pela utilização dos outros instrumentos.

b) Reservas Obrigatórias

Os bancos comerciais guardam uma parcela dos depósitos como reservas e com a finalidade de atender ao movimento de caixa. Em geral, os bancos centrais forçam os bancos comerciais a guardar reservas superiores às que seriam indicadas pela experiência e prudência destes estabelecimentos. No Brasil, estas reservas obrigatórias ou compulsórias são em média pouco superiores a 35% dos depósitos à vista; nos Estados Unidos, esta taxa é pouco inferior a 20%; e na Inglaterra, aproximadamente 8 % do total dos depósitos.

c. Operações de Mercado Aberto ("Open Market")

Outro instrumento importante para o controle da oferta de moeda são as operações de mercado aberto. Em muitos países, Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo, este instrumento é o mais utilizado pelas autoridades monetárias. No Brasil, sua utilização data do início da década de 70. Em essência, estas operações consistem em vendas ou compras, por parte do Banco Central, de títulos governamentais no mercado de capitais. Qual o efeito destas compras e vendas sobre a oferta de moeda?

Para entender esta repercussão, Pinho e Vasconcellos (1998) analisam o que ocorre quando estas operações são realizadas. Vamos supor que o Banco Central compre obrigações governamentais possuídas pelo público. Como pagamento desta compra, o Banco Central entrega ao antigo possuidor um cheque no valor da importância devida. Por sua parte o indivíduo que vendeu os títulos deposita o cheque num banco comercial no qual seja correntista. Ora, o Banco Central, quando realiza estas operações, compra títulos de inúmeros indivíduos, os quais vão seguir o mesmo procedimento, ou seja, depositar os cheques recebidos nos seus bancos comerciais. Já estudamos a repercussão do aumento dos depósitos no sistema bancário. Como uma só parte dos depósitos precisa ser guardada como reserva ou encaixe, os bancos vão agora se defrontar com encaixes excedentes. Estes encaixes são a condição necessária, e de acordo com a hipótese formulada, suficiente para que se dê a expansão múltipla dos meios de pagamento.

Em resumo, a compra de títulos governamentais, por parte do Banco Central, acarretou um aumento nos depósitos junto aos bancos comerciais. Este aumento, por sua vez, gerou encaixes excedentes, e estes foram o ponto de partida para uma expansão múltipla dos meios de pagamento e, portanto, para um aumento na oferta de moeda.

O oposto se verificaria caso o Banco Central vendesse títulos. Os indivíduos que comprassem os títulos os pagariam com cheques. Quando o Banco Central descontasse estes cheques, ele reduziria as reservas dos bancos que, por sua vez, seriam obrigados a contrair a oferta de meios de pagamento, ou seja, reduzir a oferta de moeda.

d) Política de Redesconto

Uma outra forma, bastante importante, de se controlar a oferta de moeda e a política de redesconto. Esta é, inclusive, uma das mais usadas nas economias modernas. O Banco Central é o banco dos bancos, empresta fundos líquidos aos outros estabelecimentos bancários, seja por meio de empréstimos diretos ou por meio do redesconto de títulos. Na medida em que adota uma política liberal de crédito, oferecendo empréstimos abundantes e a juros (taxa de redesconto) baixos, o Banco Central fornece aos bancos comerciais uma fonte acessível de empréstimos, e, portanto, estes podem também adotar uma política liberal de crédito para seus clientes. Caso o Banco Central limite quantitativamente os redescontos ou eleve suas taxas, os bancos comerciais serão obrigados a reduzir seus empréstimos e elevar as taxas de juros. Desta forma, o crédito bancário se torna difícil e dispendioso.

Além da fixação da taxa de recolhimentos compulsórios sobre os depósitos a vista no sistema bancário, as autoridades monetárias dispõem de outros meios para controlar a oferta monetária e para a adequação do nível geral de liquidez da economia.

Os quatro principais instrumentos de controle da oferta monetária são:

- A fixação da taxa de recolhimentos compulsórios.
- As operações de redesconto.
- As operações de mercado aberto.
- O controle seletivo do crédito.

Recolhimentos compulsórios. A taxa de reservas compulsórias é um instrumento de alta eficácia para controlar o processo de multiplicação da moeda escritural e, desta forma, a expansão dos meios de pagamento. O aumento das reservas compulsórias contrai a proporção dos depósitos a vista que os bancos destinarão a operações de empréstimo; já a redução das reservas exigidas pelo banco central atua em direção oposta, liberando maior volume de recursos para o financiamento do setor real da economia.

Operações de redesconto. Trata-se de empréstimos que o Banco Central concede, redescontando títulos de crédito que o setor real da economia descontou no sistema bancário. Estas operações têm o sentido de um socorro aos bancos, embora as taxas de juros praticadas pelo banco central sejam usualmente punitivas.

Operações de mercado aberto. São operações destinadas a regularizar a liquidez geral da economia. Em situações de aperto de liquidez, o banco central injeta papel-moeda na economia, comprando títulos quase-monetários. Quando as condições de liquidez frouxa, o Banco Central enxuga o mercado monetário, expandindo os juros e absorvendo papel-moeda com a colocação líquida de títulos.

Controle seletivo do crédito. Trata-se de intervenções diretas do banco central no mercado de crédito. Neste sentido, é um instrumento de controle da oferta monetária que se diferencia do trinômio compulsório, redesconto e mercado aberto em pelo menos três aspectos:

1. Alcança as operações ativas de todo o subsistema de intermediação financeira e todos os subsegmentos de mercado em que se realiza a maior parte das operações de crédito e financiamento.
2. Condiciona diretamente, e não por vias indiretas, o volume e os custos das aplicações do setor financeiro, direcionando-as para as categorias de fluxos do setor real que sejam alinhadas a consecução dos objetivos da política econômica como um todo.
3. Atua sobre o conceito mais abrangente de oferta monetária.

O aumento ou a redução da taxa de juros transmite-se para o setor real da economia, impulsionando ou não os fluxos reais de consumo e de acumulação. Mas os efeitos dos juros não se propagam apenas sobre o setor real. Eles tem um efeito também sobre o setor monetário, como um dos mais importantes fatores condicionantes da procura por moeda.

A procura por moeda é definida por três motivos: transação, precaução e especulação. São assim sintetizados por Gwartney-Stroup:

Motivo transação. Todos agentes econômicos a empregam como meio de pagamento.

Motivo precaução. A retenção de saldos precaucionais de moeda é destinada a atender as incertezas do futuro.

Motivo especulação. Os agentes econômicos mantêm ainda saldos monetários na expectativa de ganhos especulativos, com a compra de ativos reais e financeiros.

Além do nível da renda agregada e das taxas de juros, outros fatores determinam a procura por moeda. Os de maior relevância são:

- Expectativas quanto a variação futura dos preços.
- Fatores institucionais, como usos-e-costumes quanto aos prazos de liquidação de operações reais.
- Grau de maturidade e de desenvolvimento da intermediação financeira e conseqüente existência de substitutos próximos da moeda.
- Graus de incerteza quanto ao futuro da economia, envolvendo os suprimentos, os padrões e a regularidade do abastecimento, a ocorrência ou não de crises e de perturbações da ordem político-institucional estabelecida.
- Condições estruturais prevaletentes, como os graus de concentração da concorrência nos mercados de produtos finais, a rigidez contratual nos mercados de fatores de produção e a estrutura de repartição da renda.

5.5. INFLAÇÃO

5.5.1. Conceitos, Tipos e Intensidade

Conceito

Para Pinho e Vasconcellos (1998), a inflação pode ser conceituada como um aumento contínuo e generalizado no nível geral de preços. Ou seja, os movimentos inflacionários representam elevações em todos os bens produzidos pela economia e não meramente o aumento de um determinado preço. Outro aspecto fundamental refere-se ao fato de que o

fenômeno inflacionário exige a elevação contínua dos preços durante um período de tempo, e não meramente uma elevação esporádica dos preços.

Dado que a inflação representa uma elevação dos preços monetários, ela significa que o valor real da moeda é depreciado pelo processo inflacionário. Assim, por definição, a inflação é um fenômeno monetário. Entretanto, isto não significa que a sua solução passe simplesmente por um controle do estoque de moeda.

De início, pode-se dizer que a inflação representa um conflito distributivo existente na economia, mal administrada. Em outras palavras, a disputa dos diversos agentes econômicos pela distribuição da renda representa a questão básica no fenômeno inflacionário. Dada a diversidade de agentes econômicos existentes, o processo inflacionário pode estar acoplado a inúmeras facetas.

O exemplo mais típico, tradicionalmente enfatizado pelos monetaristas, refere-se ao desequilíbrio financeiro do setor público, que induz a uma elevação do estoque de moeda em taxas acima do crescimento do produto. No âmbito do conflito distributivo, poderíamos representar esse tipo de inflação como decorrente de um conflito entre o setor privado e o setor público pela disputa do produto. Nesta hipótese, caso o setor público reduza seus gastos e assim consiga evitar o acréscimo de moeda, o problema inflacionário pode ser resolvido.

5.5.2 Causas e Efeitos

Conforme cita Dallagnol (2007), existem várias teorias que são capazes de explicar todos os tipos de inflação; geralmente são diferenciados por qualificativos que remetem às causas, às magnitudes dos processos de alta e a suas características visíveis. Podem ser agrupadas em quatro principais troncos teóricos:

a) Inflação de procura.

Uma das principais explicações teóricas da inflação sustenta que as altas generalizadas de preços resultam de uma procura agregada excessiva em relação à capacidade de oferta da economia. A inflação resultante de gastos agregados excessivos pode originar-se tanto no setor real, quanto no setor monetário. Podem resultar de expectativas sobre insuficiências nas cadeias de suprimento, ou seja, o consumidor passa a consumir mais com medo que falem suprimentos.

Podem resultar de excessivos gastos públicos sem correspondência de poupança do governo. Ou pela inadequada condução da política monetária, conduzindo à prostração da oferta de moeda e à multiplicação dos meios de pagamento em escala mais que proporcionais à capacidade efetiva de geração de bens e serviços. Trata-se, portanto, de um tipo de inflação fortemente correlacionada à expansão da moeda.

b) Inflação de custos.

Trata-se de movimentos de alta originários da expansão dos custos dos fatores mobilizados no processamento da procura de bens e serviços; ou se, é um processo inflacionário gerado pela elevação dos custos de produção, especialmente dos salários ou dos preços de importação. No Brasil, por exemplo, no final da década de 70, os sindicatos dos trabalhadores na indústria metalúrgica teriam assumido o papel de agentes propulsores de elevações reais das taxas salariais.

Além de ser explicada pela variação nas taxas salariais, a inflação de custos pode resultar de acréscimos nos preços de matérias-primas de alta participação na estrutura de custos das principais indústrias da economia.

A teoria da origem da inflação nos custos supõe que aumentos reais das taxas salariais são as causas da inflação. Pressões que resultem em elevações salariais desse tipo são, em geral, decorrentes de negociações coletivas conduzidas por sindicatos organizados e poderosos e da capacidade de esses setores influenciarem os sindicatos menos organizados. A base desse argumento supõe que elevações de custos de produção se incorporem como regra geral, aos preços de mercado.

c) Inflação estrutural.

Trata-se de inflação que se apóia em fatores estruturais básicos, relacionando essencialmente com a inelasticidade da oferta de produtos agrícolas, com o desequilíbrio crônico no comércio exterior, com a distribuição desigual da renda e com a rigidez dos orçamentos públicos.

A teoria estrutural contém muitos elementos das outras teorias. A originalidade está em ser voltada para países em desenvolvimento. Foi desenvolvida por pesquisadores da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), órgão da Organização das Nações Unidas. Em resumo, a origem da inflação nos países pobres decorre de características particulares da estrutura dos países em desenvolvimento, quais sejam:

- a) Inelasticidade da oferta agrícola. Na América Latina, temos uma estrutura fundiária concentrada (terra em poucas mãos), o setor agrário é tecnologicamente atrasado e a região está em processo de urbanização (parcelas crescentes da população dependem da oferta de produtos agrícolas). O resultado é o aumento de preço dos produtos agrícolas.
- b) Desequilíbrio crônico no comércio exterior. Os países em desenvolvimento, em geral, são importadores de bens de capital (máquinas e equipamentos), objetivando aparelhar seu parque industrial. Os bens de capital são comercializados em moedas fortes (dólar, libra esterlina, marco alemão, franco suíço, iene), gerando desequilíbrios no balanço de comércio (importações maiores do que as exportações) dos países em desenvolvimento.
- c) Distribuição desigual de renda. Com a produção de novos produtos, os grupos assalariados de baixa renda pressionam para a ampliação de sua capacidade aquisitiva. Obtendo êxito, teremos pressões inflacionárias de custo, desde que as empresas tentem manter as margens de lucro. Por conta dos aumentos

salariais, manter o lucro significa aumentar os preços. A solução seria a aceitação, por parte dos setores empresariais, da nova distribuição de renda mais favorável aos assalariados de baixa renda.

- d) Rígidez do orçamento público. Nos países de crescimento acelerado, o governo assume responsabilidades na implantação de infra-estrutura industrial (abastecimento de água, energia, esgoto e transportes). Em geral, não existe um mercado no qual a colocação de títulos do governo financie a infra-estrutura. A solução seria a emissão de moeda (fabricação de dinheiro), aumentando o dinheiro em circulação, origem monetária da inflação. No caso da existência do mercado de títulos, via de regra, o volume disponível de recursos é pequena diante das necessidades do governo e dos empresários privados. O resultado da disputa por recursos escassos é um aumento na remuneração dos proprietários dos recursos (aumento da taxa de juros). Nesse caso, quem recorreu a empréstimos aumenta preços em função do aumento na parcela a ser paga aos credores.

d) Inflação inercial.

A abordagem inercialista fundamenta-se na capacidade de autopropagação da inflação e na prática generalizada da indexação, ou seja, é um processo inflacionário muito intenso, gerado pelo reajuste pleno de preços, de acordo com a inflação, observado no período imediatamente anterior. Com isso, ocorre a indexação generalizada dos preços, os contratos e os preços passam a se reajustar num período cada vez menor. A indexação generalizada e outros mecanismos iniciais de manutenção da inflação dificilmente são controláveis pelos instrumentos tradicionais da política monetária.

EFEITOS DA INFLAÇÃO

De acordo com Pinho e Vasconcellos (1998), o processo inflacionário, especialmente aquele caracterizado por elevadas taxas e particularmente por taxas que oscilam, tem sua previsibilidade dificultada por parte dos agentes econômicos, e promove profundas distorções na estrutura produtiva, inclusive provocando um equilíbrio abaixo do nível de pleno emprego. Diante de tais questões, os principais efeitos provocados por esse fenômeno são apontados a seguir.

Efeito sobre a distribuição de renda

Pinho e Vasconcellos (1998) afirmam que talvez a distorção mais séria provocada pela inflação diga respeito à redução relativa do poder aquisitivo das classes que dependem de rendimentos fixos, que possuem prazos legais de reajuste. Neste caso, estão os assalariados que, corra o passar do tempo, vão ficando com seus orçamentos cada vez mais reduzidos, até a chegada de um novo reajuste. Os proprietários que auferem renda de aluguel também têm uma perda de rendimento real, ao longo do processo inflacionário, mas estes são compensados pela valorização de seus imóveis, que costuma caminhar à

frente das taxas de inflação. Nesta categoria também estão os capitalistas, que têm mais condições de repassar os aumentos de custos provocados pela inflação, procurando garantir a manutenção de seus lucros.

Efeito sobre o mercado de capitais

Tendo em vista o fato de que, num processo inflacionário intenso, o valor da moeda deteriora-se rapidamente, ocorre um desestímulo à aplicação de recursos no mercado de capitais financeiro. As aplicações em poupança e títulos devem sofrer uma retração. Por outro lado, a inflação estimula a aplicação de recursos em bens de raiz, como terras e imóveis, que costumam valorizar-se.

No Brasil, essa distorção foi bastante minimizada pela instituição do mecanismo da correção monetária, pelo qual alguns papéis, como os títulos públicos, bem como as cadernetas de poupança e títulos privados, passaram a ser reajustados (ou indexados) por índices que refletem aproximadamente o crescimento da inflação. Em épocas de aceleração da inflação, isso tem contribuído para um verdadeiro desvio de recursos de investimentos no setor produtivo, para aplicação no mercado financeiro.

Efeito sobre o balanço de pagamentos

Elevadas taxas de inflação, em níveis superiores ao aumento de preços internacionais, encarecem o produto nacional relativamente ao produzido externamente.

Assim, devem provocar um estímulo às importações e um desestímulo às exportações, diminuindo o saldo do balanço comercial (exportações menos importações). Esse fato costuma, inclusive, provocar um verdadeiro círculo vicioso, se o país estiver enfrentando um déficit cambial. Nessas condições, as autoridades, na tentativa de minimizar o déficit, são obrigadas a lançar mão de desvalorizações cambiais, as quais, depreciando a moeda nacional, podem estimular a colocação de nossos produtos no exterior, desestimulando as importações. Entretanto, as importações essenciais, das quais muitos países não podem prescindir, como petróleo, fertilizantes, equipamentos sem similar nacional, tornar-se-ão inevitavelmente mais caras, pressionando os custos de produção dos setores que se utilizam mais largamente de produtos importados. O círculo se fecha com uma nova elevação de preços, provocada pelo repasse do aumento de custos aos preços dos produtos.

Efeito sobre as expectativas

Outra distorção provocada por elevadas taxas de inflação prende-se à formação das expectativas sobre o futuro. Particularmente o setor empresarial é bastante sensível a esse tipo de situação, dada a relativa instabilidade e imprevisibilidade de seus lucros. O empresário fica num compasso de espera, enquanto a conjuntura inflacionária perdurar, e

difícilmente tomará iniciativas no sentido de aumentar seus investimentos na expansão da capacidade produtiva. Assim, a própria capacidade de produção futura e, conseqüentemente, o nível de emprego podem ser afetados pelo processo inflacionário.

Efeito sobre os pagamentos de empréstimos e impostos

Nas etapas iniciais do processo inflacionário, todos aqueles que contraíram dívidas líquidas ganham com a inflação, justamente porque não incorporam nenhuma expectativa inflacionária. Neste caso, o credor é quem perde, recebendo a quantia emprestada reduzida pela inflação e, por isso mesmo, perdendo não só as taxas normais, mas também a renda que teria se tivesse aplicado seu dinheiro em outras alternativas mais rentáveis de investimento.

Quanto aos impostos, era uma prática comum no Brasil o atraso do pagamento desses débitos, pois os juros da mora eram irrisórios, e o atraso significava, em termos reais, uma diminuição do valor do imposto. Após a Reforma Tributária de 1967, essa vantagem deixou de existir, uma vez que são cobrados juros da mora, acrescidos de multas e de correção monetária. Agora, embora alguns possam ganhar com a inflação a curto prazo, pode-se dizer que, a longo prazo, poucos ou quase ninguém ganha com ela, porque seu processo, funcionando como um rolo compressor, desarticula todo o sistema econômico. Uma vez discutidas as distorções; provocadas por elevadas taxas de inflação, cabe analisar mais detidamente os fatores que a provocam.

5.5.3 Medidas de Inflação

Pinho e Vasconcellos (1998) apresentar, de forma resumida, as metodologias dos IPCs - índices de Preços ao Consumidor da FIBGE e da FIPE, e dos IGPs – índices Gerais de Preços da FGV.

Sistema Nacional de índices de Preços ao Consumidor (SNIPC - FIBGE)

No ano de 1978, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística assumiu, por determinação oficial, a responsabilidade integral de elaboração dos índices de Preços ao Consumidor do Ministério do Trabalho (IPC MTb), que serviu de balizador da indexação de salários, entre 1948 e 1979. Quando de sua criação, o SNIPC foi incumbido de elaborar dois índices de Preços ao Consumidor para o Brasil -um IPC restrito e um IPC amplo. O IPC restrito (INPC) teria por finalidade constituir-se no indexador oficial dos salários. Sua população objetivo seria formada de famílias cuja principal fonte de rendimento fosse o trabalho assalariado. Por sua vez, o IPC amplo (IPCA) deveria ser o indexador de aplicação mais geral, e sua população objetivo seria constituída de famílias, sem especificação da fonte de rendimento, situadas em uma faixa mais ampla de rendimento.

O INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor- Restrito

É calculado com base em índices elaborados para dez regiões metropolitanas mais Brasília, compreendendo, cerca de 29% da população brasileira e 43 % da população urbana. Refere-se às famílias cuja fonte de rendimento é o trabalho assalariado e cujo rendimento monetário familiar disponível encontra-se entre 1 e 8 pisos salariais. O INPC é uma estatística contínua, de periodicidade mensal para todas as áreas. Todos os produtos são pesquisados ao longo dos períodos de referência e base de cálculo, de modo a refletir o movimento de preços. Os períodos de referência e base de cálculo correspondem, aos meses atual e anterior do calendário.

O IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Tem a mesma abrangência geográfica, o mesmo sistema de coleta, e utiliza a fórmula - Laspeyres modificada - do INPC. Difere, no entanto, quanto à definição da estrutura de ponderações e a classe social de referência. O IPCA é calculado a partir de uma cesta de itens representativo do consumo de famílias com renda entre 1 e 40 pisos salariais, sem distinção quanto à fonte de renda.

Como o objetivo deste índice era o de constituir-se no indexador do mercado financeiro, enquanto o INPC se destinava originalmente a indexar os contratos de trabalho, foi adotado, na determinação dos pesos de cada item, o critério de participação relativa do gasto total com cada item, relativamente ao total geral de despesas com todos os itens - critério plutocrático. O mesmo critério foi adotado na definição dos pesos de cada região, seguindo-se, neste caso, procedimento análogo aos adotados para o INPC.

O IPC-FIPE: índice de Preços ao Consumidor da FIPE

O índice de Preços ao Consumidor no Município de São Paulo é o mais tradicional indicador da evolução do custo de vida das famílias paulistanas, e um dos mais antigos números-índices de inflação existente no Brasil. O início da série data de janeiro de 1939, com base em uma pesquisa de padrão de vida, realizada entre fins de 1936 e meados de 1937, e em um incipiente sistema de acompanhamento de preços no atacado e no varejo.

O Sistema IGP e IGP-M da FGV

Com a criação da FGV, teve início o cálculo do IGP, divulgado, pela primeira vez, no número inaugural da Revista Conjuntura Econômica, em novembro de 1947, quando veio a público uma série retroativa a 1944. O IGP, obtido a partir de uma média dos índices de preços no atacado e no varejo, era o deflator do índice do Movimento dos Negócios, então calculado pela IBRE-FGV.

A partir de 1950 foi incorporado ao cálculo um índice de preços para a indústria da construção civil, o ICC, hoje INCC - índice Nacional de Custo de Construção. Desde a sua criação, o IGP passou por uma série de atualizações em sua metodologia. Mais recentemente - maio de 1989 -, o IBRE passou a calcular o índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) para servir como indexador de títulos privados. A metodologia do IGP-M é basicamente a mesma do IGP.

O IGP é uma combinação de três outros índices, ou seja:

$$\text{IGP} = 0,6 \text{ IPA} + 0,3 \text{ IPC-BR} + 0,1 \text{ INCC}$$

onde

IPA = índice de Preços por Atacado.

IPC-BR = índice de Preços ao Consumidor - Brasil.

INCC = índice Nacional de Construção Civil.

Cada componente representa uma fase do processo produtivo, correspondendo aos componentes da despesa interna bruta. Assim, tem-se que:

- a) os 60% representados pelo IPA equivalem ao valor adicionado pela produção, transportes e comercialização de bens de consumo e de capital, nas transações em grosso (atacado);
- b) os 30% do IPC equivalem ao valor adicionado pelo setor varejista, e pelos serviços de consumo;
- c) os 10% complementares do INCC respondem pelo valor adicionado da indústria da construção civil.

O IGP é calculado em dois conceitos: oferta global e disponibilidade interna:

- no conceito de oferta global, consideram-se a produção interna e as importações;
- no conceito de disponibilidade interna, excluem-se as exportações da oferta global.

O IPA - Índice de Preços no Atacado

O peso de cada mercadoria corresponde à sua parcela no valor adicionado total, calculada a partir do coeficiente:

valor da transformação industrial / valor da produção
ou do coeficiente:

valor da transformação agropecuária / valor da produção

O INCC - Índice Nacional de Custo da Construção

O Índice Nacional de Custo da Construção - INCC foi concebido com a finalidade de aferir a evolução dos custos da construção habitacional. São realizadas pesquisas em 18 municípios de capitais: Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Maceió, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

O IGP-M - Índice Geral de Preços – Mercado

A partir de maio de 1989, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) passou a calcular o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M). Este índice, voltado predominantemente à comunidade financeira, difere do seu congênere, o IGP-DI, em alguns pontos.

- a) O período adotado para efeito de coleta de preços é aquele compreendido entre os dias 21 do mês anterior e o dia 20 do mês de referência.
- b) No que diz respeito à periodicidade de cálculo, os índices baseiam-se nas variações de preços coletados sistematicamente, durante o mês de referência, com três apurações. As apurações parciais correspondem às prévias referentes ao primeiro e ao segundo decêndios. O primeiro decêndio mostra a variação de preços, entre os dez primeiros dias de cada mês de referência e todo o mês-base. O segundo decêndio refere-se à comparação da soma do primeiro e segundo decêndios do mês de referência em relação ao mês-base. O resultado do mês, conseqüentemente, provém da comparação dos três decêndios do mês referência em relação a idêntico período do mês-base (mês de referência precedente).

O uso dos resultados dos decêndios para a formação de expectativas inflacionárias deve ser procedido de cuidados especiais, visto que a coleta de preços não é uniforme, nem a amostra é homogênea. Deve-se tomar o cuidado de balizar os resultados com o comportamento de outros índices.

Tabela Geral dos Indicadores

SIGLA	IPCA	INPC	IPC-FIPE	IGP-M
DENOMINAÇÃO	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo	Índice Nacional de Preços ao Consumidor	Índice de preços ao consumidor - IPC	Índice Geral de Preços do Mercado
DIVULGAÇÃO	Aproximadamente 8 (oito) dias úteis após o término da	Aproximadamente 8 (oito) dias úteis após o término da	São apresentadas 3 prévias durante o	divulgado no último dia útil do mês de referência.

	coleta	coleta	mês, sendo a 4ª quadrissemana o resultado definitivo do mês.	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	IBGE	IBGE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - Fipe, órgão vinculado à USP.	Ibre - Instituto Brasileiro de Economia da FGV - Fundação Getulio Vargas
PÚBLICO ALVO	famílias com rendimentos mensais entre 1(hum) e 40(quarenta) salários-mínimos	famílias com rendimentos mensais entre 1(hum) e 8(oito) salários-mínimos	famílias com rendimentos mensais entre 1(hum) e 20(vinte) salários-mínimos	indicador com ampla cobertura que, além de refletir a evolução de preços de atividades produtivas, também representam o movimento das operações de comercialização no atacado, no varejo e na construção civil
VARIÁVEIS INVESTIGADAS	Os preços obtidos são os efetivamente cobrados ao consumidor, para pagamento à vista. A Pesquisa é realizada em estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, domicílios e concessionárias de serviços públicos.	Os preços obtidos são os efetivamente cobrados ao consumidor, para pagamento à vista. A Pesquisa é realizada em estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, domicílios e concessionárias de serviços públicos.	amostra de aproximadamente 110.000 tomadas de preços. Componentes: alimentação, despesas pessoais, habitação, transporte, vestuário, saúde, educação	média ponderada de três índices componentes, com a seguinte configuração: o IPA-DI - Índice de Preços por Atacado - Disponibilidade Interna, peso 6; o IPC - Índice de Preços ao Consumidor, peso 3; e o INCC - Índice Nacional de Custo da Construção, peso 1
ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além do Distrito Federal e do município de Goiânia.	Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além do Distrito Federal e do município de Goiânia.	município de S. Paulo	INCC: Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Maceió, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória. IPC: Rio de Janeiro e São Paulo

METODOLOGIA	Os índices são calculados para cada região, através do cálculo da média aritmética simples de preços do produto que, comparadas em dois meses consecutivos, resultam no relativo das médias..A variável de ponderação do IPCA é o rendimento total urbano (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/96).	Os índices são calculados para cada região, através do cálculo da média aritmética simples de preços do produto que, comparadas em dois meses consecutivos, resultam no relativo das médias.A variável de ponderação do INPC é a população residente urbana (Contagem Populacional 1996)	O sistema de cálculo sempre abrange um período total de 08 SEMANAS e as variações são obtidas fazendo-se a divisão dos preços médios das 4 SEMANAS de referência pelos preços médios das 4 SEMANAS anteriores (base). São apresentadas, 3 prévias durante o mês, sendo a 4ª quadrissemana o resultado definitivo do mês.Os resultados da POF 98/99 serão utilizados para atualizar a metodologia do IPC a partir de janeiro/2001	os pesos convencionados, representam a importância relativa de cada um desses índices no cômputo da despesa interna bruta:
PERIODICIDADE	mensal, o período de coleta do IPCA estende-se, em geral, do dia 01 a 30 do mês de referência.	mensal, o período de coleta do IPCA estende-se, em geral, do dia 01 a 30 do mês de referência.	mensal, considerando as 4 semanas do mês	do dia 21 do mês anterior ao dia 20 do mês de referência.

Fonte: Financenter (2009)

5.6 POPULAÇÃO ECONOMICA ATIVA

Com o surgimento do sistema capitalista de produção e conseqüente utilização do trabalho assalariado em larga escala, emerge o mercado de trabalho como uma instituição fundamental ao funcionamento da economia. De uma forma bastante ampla, ele pode ser entendido como a compra e venda de mão-de-obra, representando o *locus* onde trabalhadores e empresários se confrontam e, dentro de um processo de

negociações coletivas que ocorre algumas vezes com a interferência do Estado, determinam conjuntamente os níveis de salários, as condições de trabalho e os demais aspectos relativos às relações entre capital e trabalho.

O mercado de trabalho assim definido, e que tem sido abordado em diversas partes deste livro, denomina-se mercado formal de trabalho, o qual contempla as relações contratuais de trabalho, em grande parte determinadas pelas forças de mercado, ao mesmo tempo que são objeto de legislação específica que as regula. Em contraposição, existe o chamado mercado informal de trabalho, onde prevalecem regras de funcionamento com um mínimo de interferência governamental. Ainda que a dimensão do mercado informal possa ser relativamente grande, a dinâmica da economia é fornecida pelo setor formal, notadamente nutre países em desenvolvimento como o Brasil. A própria dimensão e o funcionamento do mercado informal estão intrinsecamente ligados ao que ocorre no núcleo capitalista de produção, onde desponta o papel do mercado formal de trabalho.

O mercado de trabalho não pode ser analisado isoladamente do contexto da economia. As modificações das principais variáveis que o determinam - salários, emprego, desemprego, rotatividade e produtividade - são condicionadas, basicamente, pelo nível e pela flutuação da atividade econômica. Isso é verdade tanto em curto prazo, durante o chamado ciclo de conjuntura, quanto numa perspectiva de longo prazo, onde os principais fatores condicionantes da evolução das variáveis acima mencionadas são o nível e o ritmo do desenvolvimento econômico do país.

5.6.1 PEA

De acordo com Pinho e Vasconcellos (1998), para entender-se o que vem a ser o mercado de trabalho, em termos dos indivíduos que o constituem, é necessário, inicialmente, classificar a população segundo a atividade econômica que cada um exerce. Assim, para delimitar o mercado de trabalho, deve-se partir da noção de atividade econômica, um conceito marcado por dificuldades em definir-se e, quando isto ocorre, verificam-se situações ambíguas. Ademais, o conceito de atividade econômica diferencia-se no espaço e no tempo, carregando consigo a necessidade de decidir sobre situações não suficientemente claras entre determinadas situações, bem como utilizando-se frequentemente de critérios arbitrários para definir determinadas ocupações.

Entende-se por PEA o conjunto de elementos empregados (E) e desempregados (D), num dado instante do tempo, e captado por um inquérito estatístico, a partir da definição de atividade econômica dos indivíduos. A PEA é um subconjunto da População em Idade Ativa (PIA), conforme podemos inferir o diagrama a seguir, o qual fornece, com algum grau de detalhe, as categorias da população com relação à atividade econômica,

partindo-se do total da população de um país. Neste diagrama podemos destacar três grandes segmentos de trabalhadores que mais diretamente dizem respeito ao mercado de trabalho e à própria dinâmica de formação de salários e emprego na economia: (a) os indivíduos em idade ativa, mas não considerados economicamente ativos, isto é, os indivíduos fora da força de trabalho; (b) os indivíduos ocupados (empregados); (c) os indivíduos desocupados (desempregados). Estes dois últimos somados constituem a força de trabalho à disposição das empresas.

No interior de cada um desses segmentos ocorrem inúmeras outras classificações que permitem enquadrar com maior precisão os trabalhadores segundo a atividade econômica que exercem. Um sumário é a seguir apresentado.

População Economicamente Ativa

Empregados

(a) Plenamente ocupados

- Em tempo completo
- Em tempo parcial

(b) Subempregados

- Visíveis Invisíveis
- Desempregados

Desempregado

(a) Buscando trabalho

- Já trabalharam
- Nunca trabalharam (1º emprego)

(b) Não estão procurando trabalho, mas dispostos a trabalhar em condições específicas

- Já trabalharam
- Nunca trabalharam

População Não Economicamente Ativa

Capacitados ao Trabalho

(a) Trabalhadores desalentados (dispostos a trabalhar, mas desestimulados a buscar emprego)

- Dedicando-se a afazeres domésticos
- Estudante
- Aposentado

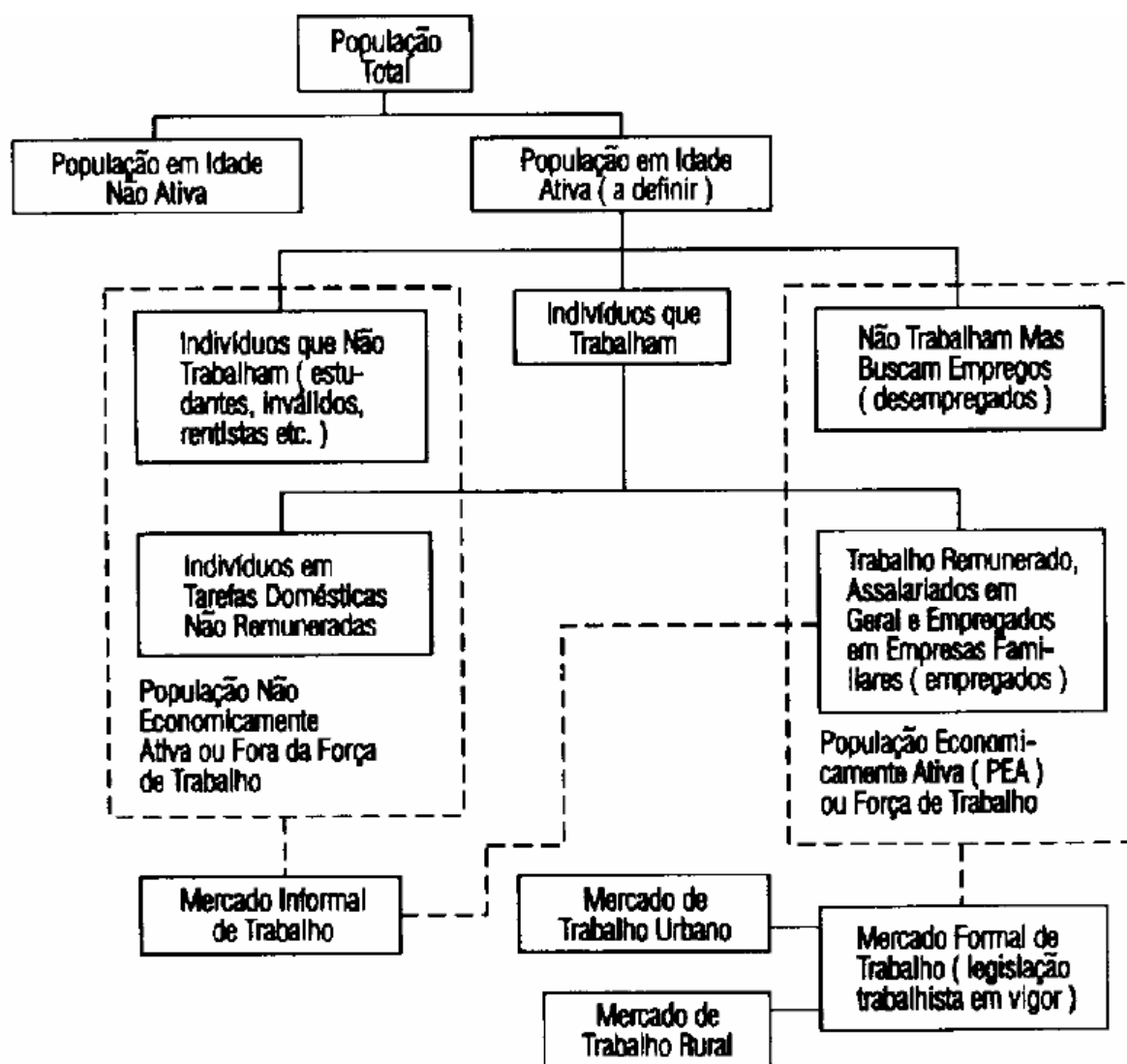
- Pensionista
- Rentista etc.
- (b) Inativos (não buscam trabalho nem desejam trabalhar)

Incapacitados ao Trabalho

- (a) Inválidos física e mentalmente
- (b) Idosos, réus e outros

Esta forma de apresentação da PEA é universal, contemplada pelas mais importantes instituições voltadas para questões do mercado de trabalho, e adotada nos principais inquéritos visando captar aspectos relativos à atividade econômica dos indivíduos. A principal polêmica ocorre em como enquadrar determinada categoria ocupacional a partir de uma situação observada. Como exemplo, temos o subemprego que, para alguns, como a FIBGE, é uma categoria entre os empregados, enquanto para o DIEESE é uma forma de desemprego.

Diagrama do Mercado de Trabalho



FONTE: Pinho e Vasconcellos (1998, p.385)

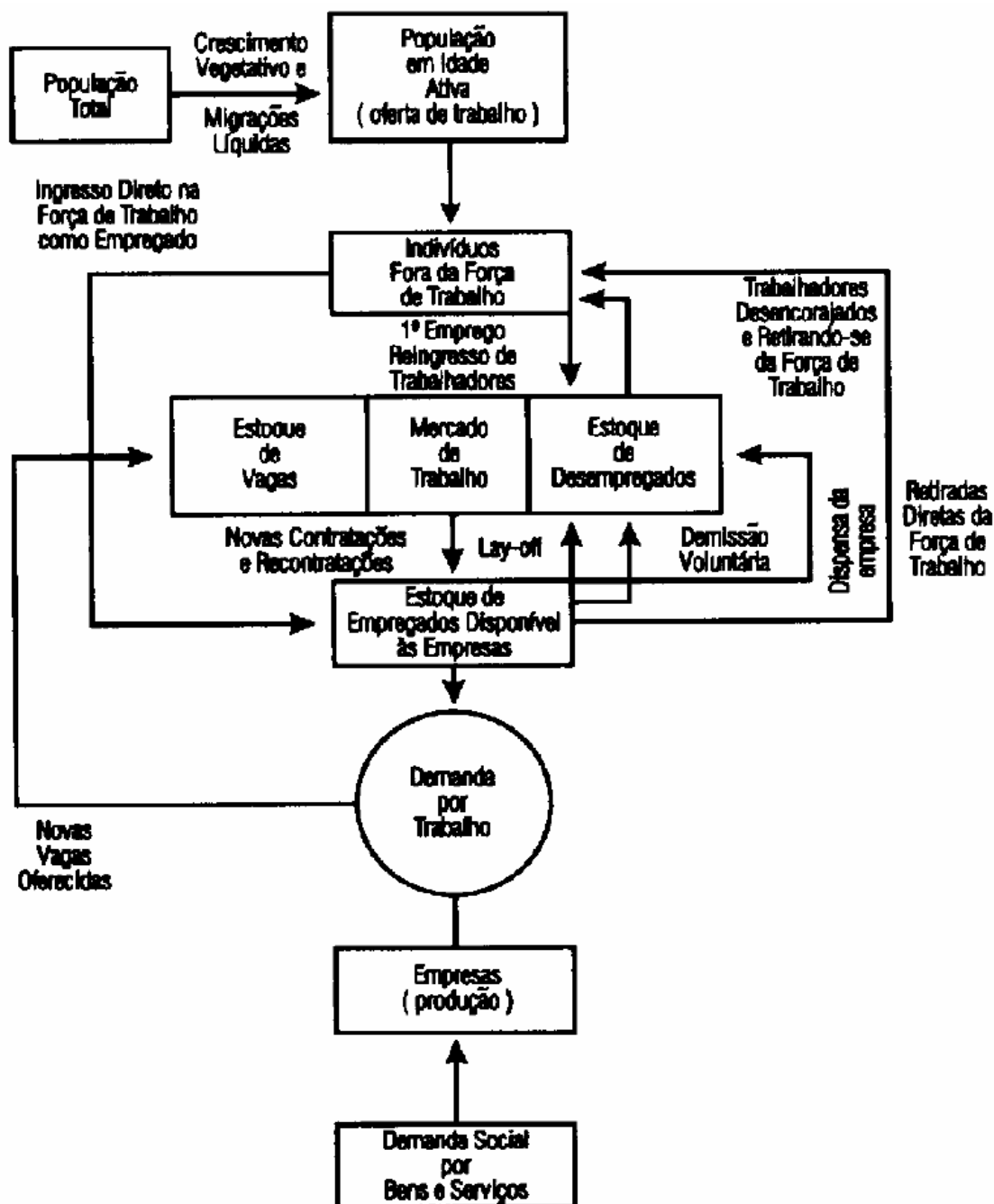
5.7.1. Dinâmica do Mercado de Trabalho

O diagrama acima revela sucintamente as categorias populacionais com relação à atividade econômica. Trata-se de uma visão estática do conjunto de trabalhadores e / ou indivíduos economicamente ativos. No que diz respeito ao mercado de trabalho, torna-se indispensável conhecermos os movimentos dos trabalhadores entre as diversas

categorias existentes. O diagrama a seguir permite visualizar tais movimentos a partir dos três grupos principais já mencionados: o estoque de indivíduos fora da força de trabalho, o estoque de empregados e o estoque de desempregados.

As diversas categorias da população descritas estão em constante mutação, ou porque se alteraram determinados critérios de enquadramento, ou, principalmente, devido às influências exercidas pelos ciclos da atividade de produção e o conseqüente impacto sobre a política de pessoal das empresas. Uma retração da atividade econômica, por exemplo, transforma um empregado em um desempregado, permanecendo imutável, contudo, o total da força de trabalho.

Diagrama Dinâmica do Mercado de Trabalho



FONTE: Pinho e Vasconcellos (1998, p.387)

Estes movimentos de trabalhadores dão-se de forma dinâmica, todos simultaneamente, ainda que não de mesma intensidade, esteja a economia em declínio ou em crescimento acelerado. Deve-se ainda notar que o mercado de trabalho depende do estoque de vagas colocado pelas empresas à disposição dos trabalhadores, as quais tendem a aumentar pela elevação da demanda por mão-de-obra, esta pressionada pela demanda social por bens e serviços. Este estoque de vagas pode incrementar-se não só pela oferta de vagas adicionais oferecidas pelas firmas já existentes como pelo surgimento de novas empresas.

Além disso, observa-se que tais vagas podem ocorrer num conjunto relativamente amplo de diferentes ocupações.

5.7. EMPREGO E DESEMPREGO

Figurando entre os mais conhecidos indicadores, este índice tende a refletir desequilíbrios no mercado de trabalho. Representa a falta de capacidade do sistema econômico em prover ocupação produtiva para todos aqueles que a desejam (Pinho e Vasconcellos, 1998).

A taxa de desemprego contabiliza aqueles indivíduos que estão aptos, saudáveis, e buscando trabalho, mas que não encontram ocupação à taxa de salários vigente no sistema econômico. Esta taxa inclui o que se denomina desemprego aberto, o qual expressa um patamar mínimo de subutilização de mão-de-obra, já que o subemprego existe no mercado de trabalho. Estatisticamente, a taxa de desemprego é a relação entre o número de desempregados (D) e o total da força de trabalho (PEA), ou seja:

$$t_d = \frac{D}{PEA} = \frac{D}{E + D}$$

Todo mês o IBGE entrevista por meio de uma amostra, 38.500 domicílios, em diversas capitais para representar a população total brasileira. Com base nas suas respostas, as pessoas são incluídas em uma das três categorias que segue:

- a) População Ocupada; uma pessoa está empregada se ela trabalhou na semana anterior a entrevista e/ou está ausente por doença, greve ou férias.
- b) População Desocupada; uma pessoa está desempregada se ela não tinha trabalho num determinado período de referência, mas estava disposta a trabalhar.
- c) População não economicamente ativa; a força de trabalho é composta por todos que estão empregados ou desempregados, os demais é fora da força de trabalho. Isso

inclui estudantes, cônjuges que não trabalham fora de casa e aposentados. Inclui também pessoas que desistiram de procurar trabalho.

Taxa de desemprego é a porcentagem da força de trabalho que está desempregada.

Estimativas do Mês de Dezembro de 2008 (em mil pessoas)

Região Metropolitana : RE, SAL, BH, RJ, SP E POA

Em mil pessoas

Idade Mínima: 10 anos

Especificação	dez/07	nov/08	dez/08
Pessoas em Idade Ativa	40.843	41.410	41.545
Pessoas Economicamente Ativas	23.095	23.864	23.720
Pessoas Não Economicamente Ativas	17.748	17.546	17.825
Pessoas Ocupadas	21.381	22.060	22.115
Pessoas Desocupadas	1.713	1.804	1.605
Pessoas Marginalmente Ligadas à PEA	935	739	863
Pessoas Desalentadas	16	16	14
Pessoas que Saíram do Último Trabalho no PR 365 Dias	1.783	1.824	1.908
Pessoas Subocupadas por Insuf. Horas Trabalhadas	617	671	686
Pessoas Ocupadas c/ Rend. Hora Sal.Min./Hora	3.316	3.347	3.362
Emp. com Carteira de Trabalho Assinada no setor privado(*)	9.231	9.818	9.900
Emp. sem Carteira de Trabalho Assinada no setor privado(**)	2.968	2.955	2.919
Taxa de Ocupação	92,6	92,4	93,2
Taxa de Desocupação	7,4	7,6	6,8
Percentual de pessoas subocupadas por insuf. de horas trab.	2,9	3,0	3,1
Percentual de pessoas ocupadas c/ rend./hora sal.min./hora	15,5	15,2	15,2
Percentual de pessoas ocupadas proc.trab.no pr. de 30 dias	3,1	4,3	3,5
Distribuição das Pessoas em Idade Ativa (%):			
Economicamente Ativas (Taxa de Atividade)	56,5	57,6	57,1
Ocupadas	52,4	53,3	53,2
Desocupadas	4,2	4,4	3,9
Não Economicamente Ativas	43,5	42,4	42,9
Distribuição das Pessoas Ocupadas (%) - Trabalho Principal:			
Grupamento de Atividade			
Ind. Ext. e de Transf., e Prod. e Dist. de Eletr., Gás e Água	16,9	17,3	16,9
Construção	7,1	7,4	7,3
Com., Rep.Veic. Aut. e de Obj.Pessoais e Dom. e Com. a Varejo de Combustíveis	19,9	19,2	19,7
Intermediação Financ. e Ativ. Imob., Aluguéis e Serv.Prest. à Empresa	14,4	14,7	15,0
Adm. Pública, Defesa, Seguridade Social, Educação, Saúde e Serv Sociais	15,4	16,2	16,0
Serviços Domésticos	7,9	7,5	7,3
Outros Serviços	17,7	17,2	17,4

Especificação	dez/07	nov/08	dez/08
Outras Atividades	0,6	0,5	0,5
Posição na Ocupação			
Empregados	75,2	76,1	76,0
Empregados com Carteira de Trabalho Assinada (***)	47,6	48,8	49,2
Empregados sem Carteira de Trabalho Assinada (***)	20,3	19,5	19,1
Conta Própria	19,4	18,7	18,7
Empregadores	4,7	4,6	4,7
Trab.Não Remunerados	0,7	0,6	0,6
Distribuição das Pessoas Não Economicamente Ativas (PNEA):			
PNEA que Gostariam e Estavam Disponíveis Para Trabalhar (%)	12,5	10,6	11,0
Marginamente Ligadas à PEA	5,3	4,2	4,8
Desalentadas	0,1	0,1	0,1
PNEA que Gostariam e Não Estavam Disponíveis Para Trabalhar (%)	2,4	2,2	2,8
Distribuição das Pessoas Desocupadas (%): (Segundo a Faixa de Tempo de Procura de Trabalho)			
Até 30 Dias	21,9	23,9	24,0
De 31 Dias a 6 Meses	47,5	48,6	49,6
De 7 a 11 Meses	8,2	10,6	9,4
De 1 Ano a Menos de 2 Anos	13,3	9,4	10,2

(*) Exclusive Trabalhadores Domésticos

(**) Exclusive Trabalhadores Domésticos e Trabalhadores Não Remunerados de Membro da Unidade Domiciliar que era Empregado

(***) Inclusive Trabalhadores Domésticos

Fonte: IBGE (2009)

Efeito da recessão: Uma economia está em uma recessão quando o produto total cai. Uma recessão aumenta a taxa de desemprego de duas maneiras, quando perdem seus empregos e quando há menos oferta de trabalho.

5.7.1. Tipos do desemprego

Pinho e Vasconcellos (1998) afirma que existem diversas classificações de desemprego, segundo sua origem, todas ocorrendo simultaneamente e, desta forma, captadas pela taxa de desemprego, tradicionalmente calculada a partir de pesquisas primárias. As principais são:

Desemprego involuntário: ocorre quando o indivíduo deseja trabalhar à taxa de salários vigente no sistema econômico, mas não encontra ocupação. É também denominado desemprego cíclico ou desemprego conjuntural. Ocorre devido à insuficiência de demanda agregada na economia. Desde que Keynes destacou-se como formalizador das idéias sobre o impacto da insuficiência de demanda sobre a economia e o mercado de trabalho, esse tipo de desemprego é também conhecido como keynesiano. Representa, sem dúvida, aquele tipo de desocupação dos indivíduos, que deve merecer maior atenção das autoridades governamentais.

Desemprego estrutural: ocorre quando o padrão de desenvolvimento econômico adotado exclui uma parcela dos trabalhadores do mercado de trabalho. Denomina-se também desemprego tecnológico, e ocorre devido ao desequilíbrio entre a oferta e a demanda por mão-de-obra de determinada qualificação.

Desemprego friccional: surge em decorrência do processo dinâmico que caracteriza o mercado de trabalho, onde o sistema de informações sobre a oferta de vagas disponíveis no sistema produtivo é imperfeito. Existe um lapso de tempo entre a saída do indivíduo de um emprego e a obtenção de uma nova ocupação e acordo com suas características. Nesse ínterim ele é classificado como desempregado.

Desemprego sazonal: ocorre devido à sazonalidade de determinados tipos de atividade econômica. Como é possível prever-se esse tipo de flutuações, pode-se atribuir uma dose de voluntariedade dos indivíduos engajados em ocupações dessa natureza.

5.7.2. Desemprego e Desenvolvimento

De acordo com Dallagnol (2007, o desemprego é, sem dúvida, o problema econômico mais grave deste início de milênio. A origem direta desse problema é a concentração de renda, responsável pela retração da demanda, e a elevação da capacidade de produção atingida em todos os setores da indústria, de serviços e da agricultura. A globalização, que difunde tecnologias cada vez mais eficientes, é um fator de disseminação de desemprego nos sistemas capitalistas, porque obriga as empresas no mundo todo a adotarem técnicas de produção cada vez mais poupadoras de mão-de-obra. Os sistemas automatizados de produção atuam no desemprego pelo lado da oferta, que se expande mesmo com redução no uso do fator trabalho e a concentração de renda age pelo lado do mercado consumidor, à medida que concentra a renda nas mãos da minoria e deixa as grandes massas quase sem poder de compra. No Brasil, o desemprego total passa de 18%, segundo dados do Dieese, embora o IBGE apresente taxa de desemprego aberto bem mais modesto. Hoje, os economistas têm consciência de que a industrialização não vai resolver o grave problema mundial de desemprego, deixando para os governos a responsabilidade de encontrar formas para distribuir renda da economia, porque o

sistema capitalista que se baseia na acumulação de lucros não o fará por si mesmo, apesar de ter consciência de que sua sobrevivência depende da formação do mercado, através da distribuição da renda e da geração de emprego.

Embora o nível de ocupação tenha crescido em algumas regiões do país, este aumento não tem se dado de forma generalizada, tendo como resultado a eliminação de 733.177 postos formais de trabalho no período entre agosto de 1994 e março de 1997. Segundo dados do Dieese, só a Grande São Paulo fecharam o ano de 1997 com mais de 1,4 milhões de desempregados. Mesmo que os índices oficiais do desemprego, publicado pelo IBGE, não reconheçam a gravidade do problema que o país atravessa por falta de melhores oportunidades, sua expressão está na presença constante de vendedores ambulantes, que lotam as calçadas das ruas dos grandes centros e dividem espaço nos engarrafamentos e sinais de trânsito, e nos inúmeros bolsões de trabalhadores sem terra e sem trabalho, que se espalham pelo interior do Brasil.

TENTATIVAS DE REDUZIR O DESEMPREGO

“Há três objetivos principais que devem ser perseguidos simultaneamente: conseguir uma inserção dinâmica internacional; combater a tragédia moderna da pós-industrialização, que é a falta de emprego; e acatar outro problema universal, que é a má distribuição de renda” (Celso Furtado)

A pressão para a redução dos custos de produção é muito grande no mundo inteiro. O Japão, para vencer a crise que atravessa a sua economia, promete investir cerca de US\$ 127,0 bilhões para fortalecer suas empresas. Isso significa respeitável aporte de capital para modernizar ainda mais o seu sistema produtivo e tornar suas empresas mais competitivas. Outros países serão levados a melhorarem tecnologicamente suas empresa para competirem com o Japão, USA, Coréia, China e assim sucessivamente, de modo que a redução de custos não tem limites e, conseqüentemente, as empresas são levadas cada vez mais para a automação, modernidade e eficiência, enquanto que os trabalhadores serão cada vez mais empurrados para o desemprego e subemprego.

.

Na Europa, discute-se com profundidade a redução da jornada de trabalho, como solução para o desemprego

No Brasil, algumas soluções para reduzir o desemprego têm sido adotadas sem muito sucesso. Uma delas é incentivar as micro e pequenas empresas, através de financiamentos favorecidos e redução de carga tributária. O financiamento a empresas com taxas de juros reduzidas pode não gerar os resultados almejados, pois o empregador muitas vezes se beneficia dos financiamentos para modernizar sua unidade produtora, através de máquinas mais poupadoras de mão-de-obra. Outra incongruência que encontramos no governo é ele proclamar-se preocupado com o desemprego e simultaneamente impor terceirização e dar incentivo a demissões em empresas estatais, gerando redução de emprego e perda da qualidade nas condições de trabalho.

O lançamento do Simples – Sistema Tributário Simplificado, poderá ser extremamente significativo, dado que micro e pequenas empresas são mais intensivos em mão-de-obra.

Outra medida importante, mas com resultados discutíveis, devido a perda da qualidade do emprego, é a nova legislação do contrato temporário de trabalho, aprovado pelo Congresso no mês de janeiro de 1998.

6. UMA NOVA ECONOMIA ?

6.1.1. ECONOMIA SOLIDÁRIA

Entre muitos expoentes personalidades brasileiras, Paul Singer (2002) defende a idéia que a economia solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que tem acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a pobreza e a desesperança, necessitando de benefícios públicos para atender às suas necessidades mais elementares.

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

A economia solidária é geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital. Simultaneamente, ela vem gestando as bases de um novo sistema socioeconômico capaz de integrar solidariamente toda a sociedade, promovendo as liberdades públicas e pessoais eticamente exercidas e a paz entre os povos e coletividades, constituindo os fundamentos econômicos de uma globalização humanizadora, seguindo um caminho para o desenvolvimento sustentável na qualidade de vida de cada pessoa e de todos os povos.

Princípios

- a valorização social do trabalho humano,
- o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e
- os valores da cooperação e da solidariedade.
- a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica

O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.

A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da

atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.

A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.

Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Pode-se elencar como princípios gerais da Economia solidária: o seu caráter emancipatório; os valores da cooperação e da solidariedade; a valorização social do trabalho humano autogestionário como fonte de fortalecimento de vínculos sociais e de desenvolvimento do ser humano; a satisfação plena das necessidades de todas as pessoas como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o desenvolvimento econômico tendo como centralidade o homem e a mulher; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio harmoniosa com a natureza; busca de eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas, indo além da eficiência econômica e dos benefícios materiais dos empreendimentos em particular; busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios; organiza a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana; a formação permanente como um dos instrumentos para o fortalecimento de valores como cooperação e solidariedade; o resgate da dignidade e da cidadania através da prática da economia; a auto-sustentabilidade ecológica, social e econômica dos empreendimentos; valorização e participação da diversidade, sem discriminação de crença, sexo, cor ou opção sexual; posse coletiva dos meios de produção; valorização do saber local, da cultura e da tecnologia popular; desenvolvimento de cadeias produtivas locais e regionais fomentando a cooperação; afirmação de uma vocação local, articulada com uma

perspectiva de globalização humana; reconhecimento e valorização da identidade estética e cultural da produção popular; organização do consumo em bases éticas, visando a construção de cadeias produtivas solidárias e sustentáveis, integrando campo e cidade.

Empreendimentos relacionados com a Economia Solidária:

- ⌘ Empreendimentos associativos
- ⌘ Empresas de autogestão
- ⌘ Cooperativas
- ⌘ Empresas alternativas
- ⌘ Empresas de economia popular
- ⌘ Empresas sociais
- ⌘ Organizações produtivas de economia social

Carta de Princípios, 2 de maio de 2005. (FBES, 2008)

Em junho de 2003, a III Plenária Nacional da Economia Solidária, após debates em 18 estados brasileiros, aprovou a Carta de Princípios, abaixo. Essa carta pretende ser a identidade do Fórum Brasileiro da Economia Solidária, criado naquela ocasião. Ela tem 3 partes distintas que se complementam: a história e o momento atual; os princípios gerais e específicos; o que a economia solidária não é.

1. ORIGEM E CENÁRIO ATUAL

A Economia Solidária ressurgiu hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza.

Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado – principal forma de organização do trabalho nesse sistema – levaram a um tal grau de exploração do trabalho humano que os(as) trabalhadores(as) organizaram-se em sindicatos e em empreendimentos cooperativados. Os sindicatos como forma de defesa e conquista de direitos dos/as assalariados/as e os empreendimentos cooperativados, de auto-gestão, como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada.

As lutas, nesses dois campos, sempre foram complementares; entretanto a ampliação do trabalho assalariado no mundo levou a que essa forma de relação capitalista se tornasse hegemônica, transformando tudo, inclusive o trabalho humano, em mercadoria.

As demais formas (comunitárias, artesanais, individuais, familiares, cooperativadas, etc.) passaram a ser tratadas como “resquícios atrasados” que tenderiam a ser absorvidas e transformadas cada vez mais em relações capitalistas.

A atual crise do trabalho assalariado, desnuda de vez a promessa do capitalismo de transformar a tudo e a todos/as em mercadorias a serem ofertadas e consumidas num mercado equalizado pela “competitividade”. Milhões de trabalhadores/as são excluídos dos seus empregos, amplia-se cada vez o trabalho precário, sem garantias de direitos. Assim, as formas de trabalho chamadas de “atrasadas” que deveriam ser reduzidas, se ampliam ao absover todo esse contingente de excluídos.

Hoje, no Brasil, mais de 50% dos trabalhadores/as, estão sobrevivendo de trabalho à margem do setor capitalista hegemônico, o das relações assalariadas e “protegidas”. Aquilo que era para ser absorvido pelo capitalismo, passa a ser tão grande que

representa um desafio cuja superação só pode ser enfrentada por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de economia solidária.

Neste cenário, sob diversos títulos - economia solidária, economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão etc, têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

Mas seu horizonte vai mais além. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

As experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de diversos continentes e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de expressar-se.

2. CONVERGÊNCIAS - O QUE É A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Princípios gerais

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

- a valorização social do trabalho humano,
- a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e
- os valores da cooperação e da solidariedade.

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

- O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.
- A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.
- A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.
- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.
- Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.
- A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Princípios específicos

Por um sistema de finanças solidárias

- Para a Economia Solidária o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças. São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento do nível local ao nacional:
- A nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mutuários, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças.
- A nível nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando

moedas comunitárias; o conseqüente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólica, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apóiam e se complementam:

- Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos.
- Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.
- A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes, permite que se faça investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.
- A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.
- A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais eqüitativamente entre grupos e países.
- A economia solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável.

Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático

- A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa.
- A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa.
- A Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores.
- A economia solidária, em primeiro lugar, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar.
- Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada um e de todos.
- O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento.
- Assim, a Economia Solidária pode constituir-se em setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

3. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NÃO É:

- A economia solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.
- A Economia solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual.
- A economia solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul.
- A economia solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de

auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.

- A economia solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.
- A economia solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.
- A economia solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.
- A economia solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.
- A economia solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.
- A Economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma, a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico.

BIBLIOGRAFIA

DALLAGNOL, RENATA C. CHIARINI, **Apostila Economia I**, FAG- FACULDADE ASSIS GURGACZ, Cascavel, 2008.

DALLAGNOL, RENATA C. CHIARINI, **Apostila Economia II**, FAG- FACULDADE ASSIS GURGACZ, Cascavel, 2007.

FINANCENTER. **Indicadores Econômicos**. Disponível em: http://financenter.terra.com.br/Index.cfm/Fuseaction/Secao/Id_Secao/2160. Acesso em 10/02/2009

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de Princípios**. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60. Acesso em: 10/12/2008

GONÇALVES, R. R. **Economia aplicada**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MULLER, Antonio. **Manual de economia básica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

IBGE. **Dados Econômicos**. Disponível em: <HTTP://www.ibge.gov.br>. Acesso em 10/02/2009

PINHO, D. ;VASCONCELLOS, M. ET AL. **Manual de Economia**, Saraiva, São Paulo, 1998.

POSSAMAI, Ademar, **Apostila Economia**, UNERJ, Jaraguá do Sul, 2001.

RIANI, F. **Economia: princípios básicos e introdução à microeconomia**. São Paulo: Pioneira, 1998.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 19 Ed. Editora Atlas, São Paulo, 2002

SINGER, Paul I. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002.

SILVA, C. R. L. LUIZ, S. **Economia e mercados: introdução à economia**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

SILVA, F. G. JORGE, F. T. **Economia aplicada à administração**. 2 ed. São Paulo: Futura, 2000.

VASCONCELOS, M. A. GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

VICECONTI, P. E. V. DAS NEVES, S. **Introdução à economia**. 5 ed. (rev. e ampl.). São Paulo: Frase, 2002.

WESSELS, W. **Economia**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.